

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Theo Soares de Lima

**ENSAIO SOBRE A VIDA COTIDIANA.
Passos e tropeços de uma pesquisa psicogeográfica.**

Porto Alegre

2015

Theo Soares de Lima

**ENSAIO SOBRE A VIDA COTIDIANA.
Passos e tropeços de uma pesquisa psicogeográfica.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rego

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Soares de Lima, Theo
Ensaio sobre a vida cotidiana. Passos e tropeços
de uma pesquisa psicogeográfica / Theo Soares de
Lima. -- 2015.
146 f.

Orientador: Nelson Rego.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2015.

1. Geografia urbana. 2. Psicogeografia. 3.
Caminhar. 4. Corpo. 5. Cidade. I. Rego, Nelson,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Foram intensos anos, estes últimos. E é hora de expressar meus agradecimentos para aqueles que fazem do meu cotidiano um encontro. Ao meu filho, que cada vez mais aprende palavras e forma frases, um crescente amigo de brincadeiras, conversas e risadas. Tão pequeno, e já tão amado, Ignacio. À companheira que carrega de tudo um pouco, menos a indiferença, a submissão e a covardia. Cipriani, obrigado por me mostrar uma entrega apaixonante pelo mundo, acompanhando este trabalho como se fosse teu. Te quiero siempre, flaquita. À prima Iana que, desde que saí do ninho, me atura, me dá carinho e me põe nos eixos. Ao casal que nunca vi igual, que encarna a palavra dupla, pais que reiteradamente me mostram a importância de ter um lugar para voltar quando a gente se afasta muito da margem. Dona Ana e Seu Rubs, um enorme beijo de quem tem um eterno respeito e profunda admiração. Às “geografias”, às “lindezars”, aos “sindicais”: sempre provando como se pode fazer da vida uma longa festa. Aos familiares que me completam e aos que eu lamento, também. Ao CNPq, por possibilitar a pesquisa. Ao Nelson, mais que um orientador, um amigo.

Uma forma cômoda de travar conhecimento com uma cidade é procurar saber como se trabalha, como se ama e como se morre. (...) Dir-se-á sem dúvida que nada disso é peculiar à nossa cidade e que, em suma, todos os nossos contemporâneos são assim. Sem dúvida, nada há de mais natural, hoje em dia, do que ver as pessoas trabalharem da manhã à noite e optarem, em seguida, por perder nas cartas, no café e em tagarelices o tempo que lhes resta para viverem. Mas há cidades e países em que as pessoas, de vez em quando, suspeitam que exista mais alguma coisa. Isso, em geral, não lhes modifica a vida. Simplesmente houve a suspeita, o que já significa algo.

(Albert Camus – A peste)

RESUMO

A presente pesquisa é decorrência de uma curiosidade que começou com o Trabalho de Conclusão de Curso. Em grande medida é a continuação das perguntas deixadas por esse trabalho que a precedeu. Tentou-se realizar, partindo das ideias da Internacional Situacionista (IS), uma pesquisa psicogeográfica no bairro Centro Histórico de Porto Alegre/RS. A partir disso foram agregados elementos que compusessem um escopo mais denso para a metodologia, através dos conceitos de caminhar, corpo, urbe/cidade. Para tal, foram realizados diversos trabalhos de campo na área de estudo, resultando em materiais diversos: uma narrativa, dezenas de fotos e dois mapas.

Palavras-chave: Geografia urbana, Psicogeografia, Caminhar, Corpo, Cidade.

ABSTRACT

The present research comes from a curiosity that started in the work made for the conclusion of the graduation course. In large measure is the following of the questions left behind by this previous work. Beginning with the ideas of the International Situationist (IS), a psychogeographical investigation were attempted, in the historical district of Porto Alegre/RS. From this, where aggregated elements to compose a heavier scope for the methodology, through the concepts of walking, body and urbe/city. For such, were made a series of field works, resulting in multiple products: a narrative, dozens of pictures and two maps.

Key-words: Urban Geography, Psychogeography, Walking, Body, City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Escadaria 24 de Maio. (Acervo pessoal).....	60
Figura 2: Escadaria da Borges. (Acervo pessoal).....	61
Figura 3: Complexo viário da Conceição. (Acervo pessoal).....	63
Figura 4: Viaduto da Av. João Pessoa (esq.) e Campus da UFRGS (dir). (Acervo Pessoal)....	65
Figura 5: Rua Demétrio Riberio e as "curvas de nível" (Acervo pessoal)	68
Figura 6: Escadaria João Manoel, vista de cima. (Acervo pessoal)	72
Figura 7: Escadaria João Manoel, vista de baixo. (Acervo pessoal)	73
Figura 8. Rua José Montauray (Acervo pessoal)	75
Figura 9: Praça da Alfândega. (Acervo pessoal)	76
Figura 10: Praça da Matriz. (Acervo pessoal)	77
Figura 11: Praça Otávio Rocha. (Acervo pessoal).....	77
Figura 12: Praça Daltro Filho. (Acervo pessoal).....	78
Figura 13: Praça Oswaldo Crus. (Acervo pessoal).....	79
Figura 14: Praças Argentina (esq.) e Raul Pila (dir.). (Acervo pessoal).....	80
Figura 15: Largo Glênio Peres. (Acervo pessoal)	84
Figura 16: Abrigo do Chalé. (Acervo pessoal)	85
Figura 17: Acesso ao Catamarã. (Acervo pessoal)	87
Figura 18: A Rua dos Andradas (1). (Acervo pessoal)	88
Figura 19: Rua dos Andradas (2). (Acervo pessoal).....	89
Figura 20: Igreja Nossa Senhora das Dores. (Acervo pessoal)	90
Figura 21: Av. Sepúlveda e Pórtico do Cais. (Acervo pessoal)	91
Figura 22: Usina do Gasômetro. (Acervo pessoal)	93
Figura 23: Alto da Bronze. (Acervo pessoal)	96
Figura 24: Ponte de Pedra e o Centro Administrativo (dir). (Acervo pessoal).....	98
Figura 25: Ambiência expandida (1). (Acervo pessoal).....	99
Figura 26: Ambiência expandida (2). (Acervo pessoal).....	100

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Conexões e placas giratórias	81
Mapa 2: Ambiências do Centro	102

SUMÁRIO

ANGÚSTIAS ANALÍTICAS	10
INTRODUÇÕES, DO DIVERSO AO DIVIDIDO.....	11
OBJETIVO, O LOCAL ALMEJADO.	11
JUSTIFICATIVAS, OS PORQUÊS DA JORNADA.....	12
PASSOS METODOLÓGICOS	12
ARMADILHAS DE PERCURSO	13
PESQUISA DERIVANTE.....	14
ENTRADAS DE CAMPO	14
REFERENCIAL TEÓRICO, OS GUIAS DE VIAGEM	17
O JOGO QUE ESTÁ EM CAUSA.....	18
CONTEXTUALIZAÇÃO SITUACIONISTA.....	20
CAMINHAR, CAMINHEI.....	27
CORPO, FISIOLOGIA E METÁFORA.....	30
URBANICIDADES	38
A DISTINÇÃO	40
A ESCALA, E A IMPORTÂNCIA, DA RUA	44
PARÂMETROS ESPACIAIS.....	46
ENSAIOS CENTRAIS.....	48
EXPRESSÕES DARDELIANAS	54
A PESQUISA PSICOGEOGRÁFICA	57
AMBIÊNCIA E LIMITE ADMINISTRATIVO DO BAIRRO.....	58
ACESSOS E CONEXÕES.....	59
EIXOS DORSAIS	59
CIRCUITO.....	62
EIXOS EXTERNOS E INTERNOS.....	64
PLACAS GIRATÓRIAS	74
PLACA GIRATÓRIA CENTRAL	74
PLACAS GIRATÓRIAS PERIFÉRICAS	76
AMBIÊNCIAS DO CENTRO	83
O LARGO GLÊNIO PERES E SEU ENTORNO	83
O CAIS DA MAUÁ.....	86
A RUA DOS ANDRADAS	88
A PRAÇA DA ALFÂNDEGA	90
A USINA DO GASÔMETRO	92
A PRAÇA DA MATRIZ.....	94

O VIADUTO OTÁVIO ROCHA	95
O ALTO DA BRONZE.....	96
A PRAÇA DOS AÇORIANOS E A PONTE DE PEDRA	97
AS RAMIFICAÇÕES DO CENTRO, OU A AMBIÊNCIA EXPANDIDA	98
BOTAR O PÉ NA ESTRADA.....	103
VIVER A PAISAGEM, VISUALIZAR COREMAS	109
LÁ E DE VOLTA, OUTRA VEZ.....	113
CORPOS, CONFLITOS E A CIDADE	115
A TEMPORALIDADE DO ESPAÇO	129
NARRATIVA INTERPESSOAL AMBIENTADA EM ESCALA 1:1	131
CONCLUSÃO, A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142

ANGÚSTIAS ANALÍTICAS

Um escritor propõe-se a colocar palavras em uma página em branco, reconhecendo, portanto, que o infinito está ao alcance de suas mãos. Tudo que pode ser dito depende, apenas, dos movimentos da tinta. Assim, uma folha em branco é como o vazio taoista, pura potência! E, se tomamos a concepção de que a Terra é um texto a ser decifrado (DARDEL, 2011), os dramas do geógrafo e do escritor não se colocam tão distantes. Pelo contrário.

Ao chegar perante a área de estudo, o recorte espacial, o empírico, sente-se a mesma sensação da folha sem palavras. Perante a imponentia do mundo, a possibilidade de falar sobre ele se expressa de maneira acachapante. O grande medo da página em branco anda de mãos dadas com o medo da realidade empírica. Não se pode perceber tudo de um momento dado, assim como não se pode dizer tudo em uma página. Ambas situações estão sujeitas a escolhas, conscientes ou não, desejosas ou não, de quem se defronta com elas. Mesmo que se decida observar determinado fenômeno, não há garantias de que se consiga observar o que se quer, pelo contrário. Mesmo que analisar seja uma questão de “trocar de lentes” - a velha analogia dos métodos e ideologias com usos de óculos, em suas variações de graus de foco -, é necessário admitir que ninguém detém a totalidade plena das lentes existentes. E pior, estas não se vende no varejo. A totalidade no seu eterno refazer, portanto, é impossível de ser açambarcada, condicionando que sempre será deliberadamente necessário abrir mão de dizer alguma coisa. E, por outro lado, enunciar é correr o risco de estar errado. É prevenção, ou talvez sorte, que não se tenha almejado nenhuma dessas destinações, nem a totalidade plena nem a verdade absoluta. Preocupou-se, isso sim, em não fugir do monstro antes de ver seu tamanho.

Conformados com as limitações, e cientes dos temores, os pés moveram-se para fora de casa e se direcionaram para o Centro Histórico de Porto Alegre.

INTRODUÇÕES, DO DIVERSO AO DIVIDIDO

A diversidade do planeta. Dado desigual em seus diversos momentos. Uma referência mutável. Quantas eras geológicas nos mostram isso, em diferentes quantidades e localidades, ao largo do tempo? Diversidades espaço-temporais, para mais e para menos, mais para lá e mais para cá. E quanto sofreu o planeta sob a pena de alguns milhares de anos de trabalho humano. Mas não um sofrimento no sentido de que o planeta haveria de ter um sistema neural, ao qual corresponderia a reação de certos estímulos. Não é que a mão humana cause conexões sinápticas em um organismo vivo, como se o planeta fosse uma entidade que chora pelo condenável comportamento de seus habitantes hominídeos. Não. Sofrimento no sentido de contingência causal, como resultado de uma ação, amoral e independente de sentimentos correlacionados. Causa de um efeito que gradualmente transformou a superfície terrestre. Da diversidade à sua divisão. Da continuidade dos amplos espaços, durante muito tempo desconhecidos ao homem, para seu recorte. Linhas e pontos, nodosidades formando-se para repartir o que por si é unísono, ressoa conjuntamente: correntes de ar, assim como animais, não param em fronteiras porque não reconhecem aduanas. À maneira complexa, nada pode ser tomado como completamente localizado, existe uma globalidade que torna possível “reconhecer, em cada acontecer, uma fagulha do mundo” (SANTOS, 2008, p. 161), e, portanto, rejeitar sua separação. Foi a ação humana que fragmentou a Terra, localizando montanhas e rios para delimitar territórios, nacionais ou não. Delimitou constantes climáticas para repartir zonas equatoriais, temperadas, polares. Separou as paisagens em ambientes, dos desertos às florestas. Transformou a Terra em Mundo. Criou-a ao seu modo, à sua imagem e semelhança. Agregou-se, e assim constituiu um mundo urbano. Crescente de cidades globais, recheadas de falta de significado e ressecadas de pertencimentos. Chega-se, então, ao interesse presente. Caminhar por uma das atuais fragmentariedades.¹

OBJETIVO, O LOCAL ALMEJADO.

Realizar, através de derivas, uma pesquisa psicogeográfica no bairro Centro Histórico de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS).

¹ Aqui se toma emprestada a inspiração de Mizoguchi (2007), ao falar em “Segmentariedades: passagens do Leme ao Pontal”. Todavia, em vez de segmentos trata-se de fragmentos, por isso a mudança de prefixo. A diferença reside na ideia de que um segmento está grudado em outros de maneira sequencial, enquanto fragmentos não possuem essas relações, pois podem existir sem que haja ligações entre si, e se elas existirem não serão necessariamente sequenciais, fisicamente contiguas. Permite uma composição muito mais precisa com a crítica situacionista de um urbanismo fragmentador.

JUSTIFICATIVAS, OS PORQUÊS DA JORNADA.

Deve-se caminhar. Caminhar para refletir. Caminhar para escrever. Caminhar. Forçar e fortalecer pulmões, pernas, coração. A cultura chinesa acredita que temos três corações, não como órgãos factuais, mas como representação. Junto com o coração-órgão, representam-se os outros dois pelas panturrilhas, que pulsam o sangue de volta para as partes superiores do corpo. Colocá-las em movimento é mover a vida. As pausas servem para recuperar, recarregar o corpo com o devido descanso. Devolvê-lo ao acúmulo de energia antes de retornar à sua utilização. Se é certo que “uma vez em pé, o homem não consegue ficar parado” (GROS, 2010, p. 10), este é um dilema que deve enfrentar qualquer caminhante, queira ou não continuar caminhando. Sano equilíbrio entre ficar e ir. Saber parar e seguir. Colocar-se em movimento, aí está algo ao qual almejar. Aí está algo de importância imprescindível. Sair daqui para chegar ali. Um passo, uma magnitude. Um passo pode levar de um lado fronteiro a outro, pode levar a outro cômodo da casa, pode levar de um local fechado ao céu aberto. Um passo pode ser de dança, ou pode nos deixar mais distantes do que jamais estivemos de um lugar ou de alguém. Um passo: o suficiente para significar algo entre a vida e a morte. Um passo, poder efetuar-lo e também se resguardar de seu acontecimento quando for necessário. Deter a chance da escolha de seu acontecer, aí está algo a ser defendido. Movimentos sucessivos, um pé depois do outro, começo de qualquer jornada: o infinito na força dos calcanhares.

Não constranger os pés. Deixá-los livres, à vontade. Confortáveis para empreender o esforço que lhes é demandado cotidianamente. Arejá-los sempre que possível. Endurecê-los com as pisadas de solas nuas. Confiança em sua firmeza. E, quando falsearem, exigir a força de se reerguerem. Fortes devem ser os pés, para que o corpo se sustente. Não há espaço necessário ao equilíbrio além do que há abaixo dos pés. Lembrar-se que cada parte da superfície terrestre pode, e deve, servir como apoio. “Um sábio taoista [Tchurang-tseu] dizia: ‘Os pés sobre o chão ocupam pouquíssimo espaço; é por todo o espaço que eles não ocupam que se pode caminhar’”. (GROS, 2010, p. 185). Almejar a capacidade de alcançá-los todos, de reter significados e sentir-se pertencente, ao lugar e ao mundo.

PASSOS METODOLÓGICOS

De início, foram pretendidos quatro passos bastante básicos para a realização da dissertação de Mestrado. A saber: a) revisão bibliográfica; b) entradas de campo; c) produção cartográfica; d) labor da escrita. Pode-se se dizer que, ao final, todos foram perpassados.

Ainda no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a experiência da realização de derivas se deu através de um estudo situacionista, o de Khatib (2003 [1958]) em Les Halles, e pela participação da “derivAção”², no mesmo bairro analisado aqui. Juntando-se a essa bagagem, se chegou a uma espécie de síntese. Assim, tendo-se analisado um exemplo de pesquisa dessa natureza (psicogeográfica), e da Deriva como experiência comportamental (de caminhar sem rumo pela cidade), o que fica posto é: pesquisar o Centro através das referências analíticas de Khatib, mas com materiais distintos do seu, para uma representação mais estreita entre o que foi observado e contado. Descrições mais extensas, acervo fotográfico e produções cartográficas, bem como a narrativa que encerra esta pesquisa, foram as maneiras encontradas para suprir tal demanda.

ARMADILHAS DE PERCURSO

Tomar conhecimento das lutas pelo espaço para entender o combate espetacular, mas não para entender o que se passa em lugares incomparáveis. Cada lugar é diferente do outro. Uma constatação que, antes de ser degradante, deve ser ressaltada por sua precisão. Se for a isso que se presta a Geografia, presta-se a muito.

O Centro Histórico de Porto Alegre não é Les Halles em Paris. Afirmção banalizada, mas longe de ser banal. Caminhar para refletir suas especificidades e não para comparar suas semelhanças. Respeitar o cerne das evidências escalares. Uma escala 1:1 não pode ser replicada. Não existem duas do mesmo, ainda que os princípios da complexidade nos lembrem da disjunção nociva do processo científico. Não se pode querer observar as mesmas coisas em cenários diferentes. Há que se precaver contra a redução dos fenômenos, como que os limpando de suas arestas indesejadas, ao ponto de enxergar sempre a mesma coisa, sob influência de um olhar viciado. Não desbastar a realidade, como um seixo arredondado ao longo da descida por uma encosta. Ao menos não de antemão.

Assim, o desenvolvimento não se deteve em apontar as mesmas questões que os esboços situacionistas, reproduzindo o mesmo estudo para outro local, ou em apenas apontar problemas metodológicos do mesmo. Utilizou-se o que era válido, contestou-se o que não era e agregou-se o que parecia faltar.

² Oficina realizada durante a 8ª Bienal do Mercosul em Porto Alegre, pelo Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT), pertencente a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): <<http://gpitufrgs.wordpress.com/>>

PESQUISA DERIVANTE

Derivar é certamente, dentre outras coisas, um árduo trabalho de questionamentos incessantes. No mínimo, sempre se estará diante de uma pergunta-mestra, como o farol que a cada 12 segundos brinda a escuridão com um feixe de luz. E agora, *para onde ir?*

Inicialmente esta pergunta estava restrita aos campos, às atividades de deriva em si, no exercício de deambular pelas ruas da cidade. Com o passar do tempo e algumas reflexões consolidadas, tornou-se imperioso que a ideia se ampliasse, e que o trabalho inteiro de dissertação fosse uma larga e única deriva. Inicialmente, tratava de um tema, depois passou a sê-lo.

O primeiro grande momento de cristalização, em que os acúmulos ficaram registrados e moldados, foi o projeto para qualificação. Era necessário fazer escolhas, definir métodos, utilizar conceitos, indicar caminhos, propor continuidades a partir daquela pausa. Assim como todo derivante carece do seu momento de descanso, o trabalho precisava tomar uma primeira forma, para, então, partir de novo.

As bibliografias, as decisões, os registros, os campos, tudo foi se transformando. Escolhas deixadas de lado, novas realizadas, percepções e reflexões que mudaram os trajetos sem afetar o foco essencial, ou seja, o tema e a área de estudo. O principal princípio metodológico foi de que, tal como não é possível dar o segundo passo sem ter dado o primeiro, é impossível dizer qual será o momento seguinte de uma pesquisa derivante sem que seu antecessor tenha acontecido. Com certeza pode-se dizer que este método é extremamente inseguro e arriscado, e quanto a isto não há dúvidas, mas é também por esta mesma condição que ele é igualmente excitante e instigante. O planejamento psicogeográfico realiza-se no seu desenrolar e não há garantias de onde seu resultado aportará: o desconhecido coloca-se como objeto e como método.

ENTRADAS DE CAMPO

Diversos dilemas foram enfrentados quanto às realizações das entradas de campo. Em termos de cronograma e organização inicial da pesquisa, o que aconteceu foi uma ação bastante pragmática e tradicional: atribui-se determinado período de tempo para realizar os trabalhos de campo, como é feito igualmente com a revisão bibliográfica, análise dos dados, etc. Cada coisa encadeada na outra, mas ao mesmo tempo separadas, pois definidas a partir de cada acontecer. Uma ação a cada mês.

Igualmente havia-se decidido por escrever diários de campo, afim de registrar as

andanças individualmente, como se fossem fechadas em si mesmas. Em determinado dia, sob determinada condição atmosférica, por determinado período, foi realizado determinado campo. Registrando-os e relatando-os, um a um. As narrativas seriam os aportes mais abstratos - por falta de palavra melhor -, que expressariam as concepções da dissertação, como janelas gráficas em meio ao trabalho. Uma narrativa sobre placas giratórias, outra sobre a concepção dos rituais que envolvem as derivas, uma terceira para explicar que poder está sendo analisado e qual guerra está sendo empreendida.

Como uma deriva que de repente dobra uma esquina, mudou-se esta proposta. Uma questão em verdade simples, mas profunda, foi o catalisador para tal. Se os campos da pesquisa ficassem realmente restritos a si mesmos, ou seja, a acontecimentos planejados, fechados, bem delimitados, todo e qualquer aporte, que fosse interessante fora dos campos, seria difícil de ser incluído na dissertação. Como colocar uma frase dita por alguém, como falar sobre uma situação peculiar, e assim por diante, se estes aconteceram fora do previsto, ou melhor, fora da “caixinha” espaço-temporal dos trabalhos de campo? Só existiu e foi importante o que constaria nos diários? Só se deram as conversas registradas por um gravador? E o acaso florescente de um dia corriqueiro, onde e como expressá-lo? As narrativas, enfim, seriam apenas partes específicas dentro de um trabalho “cientificamente sério” e “academicamente coerente”, como uma espécie de concessão, de licença poética? A todas estas perguntas propagou-se um retumbante não.³

Todavia, se, por um lado, esta escolha facilitou e, inclusive, permitiu determinadas questões na maneira de abordar os campos, ela, por outro, acarretou em maior transpiração. Já salientado, o autor deste trabalho é morador próximo e frequentador antigo do Centro de Porto Alegre, por isso este é corriqueiro no dia-a-dia, e tal influenciou na pesquisa diretamente. Por exemplo, houve momentos de passagem por um local ainda não visitado durante o período de elaboração da pesquisa, mas sem posse do celular, ou com este, mas sem carga na bateria, não conseguindo fazer o registro fotográfico. A referência ao celular é proposital, pois todas as fotos foram tiradas através deste equipamento. A opção por perder em qualidade de pixels foi em função de tentar manter as derivas com uma característica mais próxima do rotineiro. O processo de ambientação, de delimitar as ambiências, também, por vezes, demandou retorno para sanar alguma dúvida, confirmar determinada impressão ou ideia suscitada por uma passagem rápida de um dia apressado, que, entretanto, merecia ser tomada com mais calma. Portanto, utilizar-se da própria rotina possibilitou e penou em equivalência.

³ “Dizer *não* é mostrar-se plenamente vivo e portador de uma existência ativa, é recuperar os poderes perdidos e levantar-se sobre os próprios escombros, reaprendendo a liberdade” (SANTOS, 2012, p. 74).

Por essas diversas questões, chegou-se à conclusão de que as derivas, em conjunto e individualmente, poderiam ser tomadas como viagens. A noção tradicional de trabalhos de campo não tinha como ser aplicada a elas. Se, de uma pesquisa sobre derivas, houve a passagem para uma pesquisa que é em si derivante (na verdade o que aconteceu foi mais uma adesão plena e consciente de uma constatação que já vinha, latente e timidamente, sendo posta em prática), as experiências deveriam se dar a partir do mesmo molde. O descontínuo e o acaso foram imperiosos perante a linearidade e o planejamento.⁴

Tomar-se-á o devido momento para abordar tal perspectiva, dado que não é de maneira solta que se trata o termo viagem, mas de um ponto de vista bastante peculiar: o de Michel Onfray (2009), em consonância com Eric Dardel (2011). Seus apontamentos desembocam em um caráter metodológico, numa perspectiva de fazer geografia e, em especial, de ler o mundo geograficamente. Merecem destaque não apenas por sua força própria, mas por estarem imbuídos no pensamento aqui construído.

É necessário mencionar, antes de passar ao próximo tópico, que mesmo que o caminhar tenha sido o meio de transporte e a maneira filosófica principal do trabalho, também a bicicleta, o carro e o ônibus, em ordem decrescente, foram pertinentes no desenvolvimento do mesmo. Já que os campos não ocorreram através de uma abordagem linear – ou seja, com um início, meio e fim bem definidos, com datas previamente marcadas, mas, pelo contrário, dispersos, ocasionais, variáveis em duração –, as formas de locomoção tenderam a se multiplicar, o que se revelou extremamente formidável e importante. Cada meio mostrou a diferença de um Centro para o outro, e vieram a se complementar enquanto possibilidade de análise.

O bairro estudado torna-se um labirinto radicalmente distinto quando se percorre suas ruas de carro, por exemplo. Os sentidos das vias criam barreiras simbólicas que obrigam o condutor a tomar decisões que muitas vezes contrariam sua vontade ou direção de destino. Por essas e outras razões torna-se comum estacionar em locais vizinhos e percorrer-se o “último trecho” a pé. Os efeitos que sofre a bicicleta, por óbvio, são muito mais físicos. E é certo que, em termos de legislação, a bicicleta deveria acompanhar os carros, no sentido das vias, não subir nas calçadas, locomover-se, enfim, como um veículo tal qual seus companheiros motorizados. Ainda assim, o tipo de piso (asfalto ou paralelepípedo) influencia na escolha de

⁴ Aqui há uma contribuição de Foucault (2012), em “Ordem do discurso”, quando ele fala sobre seu método de análise para o aparecimento dos discursos. Sabe-se que não é deles propriamente que se está abordando aqui. Todavia, os termos foram tomados como indicações metodológicas, uma vez que ele próprio os toma – o descontínuo e o acaso - como princípios do fazer científico.

trajetos, bem como a inclinação do terreno e, enfim, as possibilidades de se utilizar uma faixa exclusiva (o que, no caso tratado, é muito mais uma condição teórica, visto que grande parte das ciclofaixas do Centro são utilizadas ou como extensão da calçada ou como local de estacionamento provisório – às vezes tomado como permanente – de automóveis) são outras variáveis. Quanto aos ônibus não há muito o que fazer, é, literalmente, entrar por uma porta, sair por outra, e, se possível, sentar-se durante o percurso: seus pontos de parada e trajetos estão pré-estabelecidos, e a questão se resume em pagar por um serviço, por sinal, a custos nada módicos. Portanto, para a grande maioria, preocupada com os deslocamentos apressados, com as distâncias, com o cansaço, com o desconforto, caminhar torna-se meramente uma preocupação de mínimo esforço. Adaptando-se a lei de rendimentos decrescentes, quanto mais se caminha, mais parece que se perde tempo. É essa ideia que o mundo moderno motorizado, compressor das relações espaço-temporais (HARVEY, 1992), passa como ideário de vida e condição de sua existência: se o tempo é dinheiro, o espaço, necessariamente, é questão de logística. Em resposta, aconteceu que “do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*” (grifo do autor; SANTOS, 2012, p. 25).

REFERENCIAL TEÓRICO, OS GUIAS DE VIAGEM

Existem diversos pontos que demandam cortes e restrições, que mostram ser necessário abdicar e quase que mutilar um trabalho acadêmico. Quando o tema é amplo e a possibilidade de bibliografia é vasta, já se parte, de início, de um grande escopo. A temporalidade e a espacialidade apresentam-se como fatores de limitação: que tempo, que momento da história, que evento se está tratando; em que local, qual sua abrangência, sob que forma se manifesta. Disso, quais bibliografias interessam, quais não. Qual a carga de trabalho a ser enfrentada e os prazos disponíveis são outras limitações presentes.

Se fosse o caso de uma continuação direta do TCC (LIMA, 2011), e do artigo posterior (LIMA, 2013), poder-se-ia seguir as respostas das perguntas suscitadas. Se o TCC tratou especialmente da Teoria da Deriva, e deixou perguntas sobre a Psicogeografia e seu método, o linear-causal seria tratar desse “resquício”. Mas o passo dado foi outro. O de “retroceder”, versar sobre os termos postos na mesa antes do tema ao qual eles se propõem a nominar. Do que depende a realização da pesquisa psicogeográfica, o que dá sentido e movimento a este tipo de investigação, antes de tecer elaborações sobre seu método.

Daí decidir trabalhar a tríade, que também é quarteto: caminhar, corpo, urbe/cidade. São esses elementos que sustentam a existência e a prática da psicogeografia. O caminhar, um

modo. O corpo, um lócus. A urbe, um entorno. Um corpo que caminha pela urbe. Se é disso que se ocupa a proposta da pesquisa psicogeográfica, qualquer que seja sua finalidade (desvendar os prazeres, o governo dos seres, ou os dois), é disso que se precisa tratar antes. É uma ação precavendo não tornar o prévio em pressuposto.

Eis o momento para tal. Antes tarde do que nunca.

Um sujeito que caminha. E que, portanto, reflete. Que pensa, escava e projeta. Que analisa a produção do espaço em que vive e busca produções outras. Um sujeito que busca compreender a si próprio e seu entorno. Tornar-se um errante (JACQUES, 2005). Impregnar-se na paisagem. Abrir o que está fechado, sem propriamente entender a realidade como um algo a desvelar, ali, para ser trazido à luz. Um cotidiano que pode, e deve, ser pulsante. Apropriação dos sujeitos sobre seu dia-a-dia. Sobre a construção de suas próprias vidas, passagem do nível da simples sobrevivência, o continuar existindo, apenas. Um corpo que percorre um espaço, que vê e é visto. Que percebe e é percebido. Que sujeita e é sujeitado. Que impõe e é imposto. Que impede e é impedido. Que é cotidianamente colocado sob a tensão do mover-se e sua impossibilidade, do querer ir e descobrir contra o ficar e deixar por desvendar. A realização dos sujeitos se dá por um constante enevoado do que está por aí, para ser visto, descoberto, inventado.

O JOGO QUE ESTÁ EM CAUSA

Em seu célebre livro, “Por uma Geografia do poder”, Raffestin (2010, p. 241) atesta que “[t]oda geografia humana é política [...]. O trunfo da geografia política é o homem, na sua qualidade de membro de uma coletividade, na sua existência cotidiana. É, portanto, uma 'geografia da autonomia' que está em causa”. E, lembrando Souza (2011, p. 154), “autonomia significa dar-se lei a si próprio [...], um discurso autônomo é aquele que defende e afirma a autodeterminação e a ausência de dominação como valores fundamentais”.

Assim, juntando proposição e conceito, o que se tem é uma geografia que deveria pesquisar o poder para poder lutar contra ele, entender seus mecanismos de controle e produção, suas espacialidades e de que trunfos ele lança mão, para conseguir, quase que por antítese, dotar quem sofre seus efeitos de um entendimento que permita a liberdade de darem leis a si próprios, em vez de serem governados por discursos heterônomos. Pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo por que, e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2012, p. 10).

É nesse jogo que se formam os territórios, essa “prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 2011, p. 10). Na disputa por discursarem, ou seja, na disputa pelo poder, os homens projetam-se sobre o espaço, territorializando-o, demarcando e limitando por onde agem, grafando a Terra. Há, certamente, uma multiplicidade enorme acerca do conceito de território. Não se tem, contudo, o intuito de resgatá-la. É impossível que se faça isso com todos os conceitos com os quais se opera. Aborda-se ele pela importância essencial que o permeia: as disputas de poder; seja no sentido clássico – como área de controle e dominação, com seu exemplo mais típico, o território nacional – seja nas esferas mais contemporâneas, que o tratam sob a perspectiva das constituições de identidade e de pertencimento, muitas vezes se confundindo com o conceito de lugar. Acredita-se que a perspectiva deste geógrafo engloba ambas, ao tratar do território como um local onde se projeta um trabalho, que por sua vez possui uma intencionalidade, um projeto, portanto se disputa e se exerce poder, e a construção de um pertencimento (mesmo que seja através do domínio) a partir do ator que territorializa determinado espaço - essa “prisão original” (RAFFESTIN, 2011, p. 10) da qual nenhum ser humano pode escapar -, atribuindo-lhe significados e construindo símbolos por meio de suas práticas diárias. Mais particularmente está a questão dos “nanoterritórios” (SOUZA, 2007; 2011), ou seja, a escala das casas, das praças, das ruas. De maneira geral, a escala onde se dão as disputadas cotidianas de poder, ou, a partir da perspectiva miltoniana, o ponto onde os feixes globais se alojam (SANTOS, 2008).

Ao entender o espaço, para saber nele se organizar e combater (LACOSTE, 2008), é que se coloca em xeque o sentido original de psicogeografia, dada à transformação urbana a partir dos prazeres sensoriais. Antes é preciso que ela possibilite a criação e adoção de uma estratégia, em função de uma crítica assentada no desvendamento dos campos de força que regem o fato físico, a urbe, e que impedem o fato político, a cidade.

Existe uma luta pela cidade. E ela se dá tanto na cidade como fora dela. Agentes externos produzem o espaço urbano completamente descontextualizados. Uma empresa localizada em um ponto do globo pode ter, e as grandes corporações de fato têm, influência em seus antípodas. A globalização permitiu a configuração de uma rede que cobre toda a superfície terrestre, e quem pode se beneficiar dela certamente o faz. Muito do cotidiano contemporâneo escapa às mãos, dentre outras razões, por isso: a construção dele se dá em locais completamente longínquos, e, mesmo que próximos metricamente, distantes pelos poderes e pelo Poder, como atenta Raffestin (2011) à distinção entre: os poderes “individuais”, existentes em qualquer relação humana, que se escondem detrás do Poder, grandioso, coercitivo por natureza, governante. Aliás, muitos dos apontamentos desse autor merecem ser abordados com calma,

pois ainda que sofra críticas sobre suas definições de espaço e território, há muitas nuances nesse entremeio que são de suma fecundidade e que, ainda hoje, possuem valiosa originalidade. Vide-se, por exemplo, o destaque dado às redes, que expressam uma determinada configuração territorial, um momento materializado do exercício do(s) poder(es), ao mesmo tempo em que não são somente resultado, mas possibilidade de atuação. As redes não só expressam como permitem a circulação, seja de energia, seja de informação – outros dois conceitos caros ao autor. Sua influência, neste trabalho, advém de uma maneira de enxergar o mundo, de pensá-lo pelo viés dos conflitos, dos antagonismos, das multiplicidades, das materialidades resultantes das ações dos homens, que disputam entre si posições e posses. Assim, nesta luta é preciso conhecer por onde se anda, que movimentos é possível efetuar, o que sacrificar e onde atacar. Daí a importância avassaladora das ruas.

Nessa linha, novamente traz-se Souza (2012), que discorre de maneira cirúrgica sobre a importância metafórica do xadrez para as análises de tensão e conflito na sociedade, através de seu papel político-pedagógico, para pensar em como atuar para transformá-la. Para tal, é preciso, primeiramente, conhecer o tabuleiro. Saber que há um determinado número de quadriculas. Que as peças estão dispostas para a movimentação sobre elas, dependendo de seu poder: quem são, como se movem, que jogadas permitem e quais suas impossibilidades. Se um bispo somente “anda” em diagonal, uma rainha pode se mover em qualquer sentido. Saber que cada peça só ocupa uma casa por vez. Se duas disputarem a mesma casa, restará somente uma, e mesmo sendo os poderes dissimétricos, um poder dito menor pode vencer um maior, bem como um peão pode eliminar uma torre. Assim, poderes vindo de baixo, as “sociedades em movimento” (ZIBECHI, 2008, p. 38), podem ser vistos como possíveis vencedores em uma batalha onde seu discurso é deslegitimado, suas ações são repudiadas e seus objetivos desacreditados. Mas que não se engane. “São os mais fracos, no espaço, que têm a força de portar o futuro” (SANTOS, 1996, p. 12).

A metáfora, no fundo, é simples. A superfície terrestre, e mais especificamente no caso presente a rua, é o tabuleiro. A sociedade, as peças dispostas sobre ele. Regra de partida: as brancas começam.

CONTEXTUALIZAÇÃO SITUACIONISTA

Torna-se necessário recuperar, brevemente, o histórico situacionista, para poder ambientar de quem se está falando, além de citar os conceitos que interessam à pesquisa psicogeográfica e ao que ela é.

A Internacional Situacionista (IS) é um movimento de cunho político-artístico, fundado em 1957 e autodissolvido em 1972. Seu nome advém da defesa de que as pessoas deveriam começar a criar, cotidianamente, *situações*: momentos espontâneos e autônomos de ataraxia coletiva.

A primeira metade de sua existência teve um intuito claramente mais artístico do que político, enquanto centro de suas discussões e práticas. Voltar-se-á neste ponto, mas adianta-se que não é coincidência as suas duas grandes obras de crítica social pertencerem à segunda metade. “A Sociedade do Espetáculo”, de Guy Debord (1997), e “A arte de viver para as novas gerações”, de Raoul Vaneigem (2002a), foram ambas publicadas originalmente em 1967, prosperes à grande participação militante da IS, as barricadas de Maio de 68. Poderiam ser citados, ainda, “Banalidades Básicas” (VANEIGEM, 2002b, p. 73-115), de 1962-63, “O declínio e a queda da economia espetacular mercantil” (DEBORD, 2002 [1965]), e “A miséria do meio estudantil” (IS, 2002 [1966]). Esse último, assim como o planejamento de divulgação, foi feito sob encomenda para um diretório estudantil da Universidade de Strasbourg, em nome da União Estudantil da França, e acabou se espalhando amplamente pelas outras universidades do país. Sua tiragem foi de 10 mil exemplares (BADERNA, 2002, p. 9-25).

Se sua crítica à sociedade se dirigia ao Espetáculo, sua crítica urbana se dirigia ao modernismo e seu bastião Le Corbusier, responsável pelo que acabou sendo uma cidade fragmentada, automatizada, entediante. Contra isso, propunham jogos urbanos, fazer do situacionista um artista, do concreto um ambiente plástico e da superação uma atividade de pesquisa.

Haveria muito o que falar sobre os situacionistas. Acredita-se que, em parte, isso foi feito ainda no TCC, quando interessava mais abordar seu histórico, seus conceitos e pensamentos. Restringir-se-á, portanto, em retomar os conceitos em seu sentido mais pontual.

É desejável, do ponto de vista situacionista, que se realize uma ultrapassagem do urbanismo moderno para o urbanismo unitário, quando a estrutura urbana se tornaria um grande motivo de jogo cotidiano, onde a própria locomoção propiciaria o sentimento de estar em derivas constantes, ou o “emprego conjunto das artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento” (IS, 2003b, p. 65). O integral e comportamental unitário opõe-se ao fragmentado e funcional moderno. À parte da grande ludicidade, e considerável dificuldade de se pensar um urbanismo sobre esses preceitos, o que parece ser realmente o grande ponto focal dessa proposta é fazer desaparecer as fronteiras, em sentido situacionista: romper com as rupturas da cidade contemporânea, da cidade apresentada em fragmentos, em repetição constante, do mesmo tédio

e do mesmo cinza, dos usos funcionais cristalizados, essa cidade que se preocupa, em último lugar, com seus habitantes, quando deveriam ser estes a pensá-la e produzi-la.

Existem tantas formas para se chegar ao urbanismo unitário quanto existem pessoas na cidade – e não, isto não é uma tautologia. Cada uma é expressão de inumeráveis ideias. Entretanto, os situacionistas propunham uma maneira bastante específica para se chegar até lá, e que pudesse, por assim dizer, ser estopim e catalisador do processo. Esse método é a Psicogeografia, e sua ferramenta é a Teoria da Deriva.

A primeira “seria o estudo das leis exatas e dos efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que agem diretamente sobre o comportamento dos indivíduos” (DEBORD, 2003a, p. 39). A segunda “é a prática de uma superação passional pela mudança rápida de ambiências, ao mesmo tempo que um meio de estudo da psicogeografia e da psicologia situacionista” (DEBORD, 2003b, p. 56). Assim, a ideia de Deriva é múltipla, pois se presta a ser uma maneira experimental de comportamento, de deambular pela cidade sem rumo, para descobri-la em seus acasos, deixando-se levar pelas solicitações do terreno, por parâmetros sempre mutáveis, sem o objetivo de chegar em um local específico, desorientar-se, perder completamente as referências de onde se está, abraçar o desconhecido possível dentro do “mesmo de sempre”, que é a rotina contemporânea. Em seguida, a Deriva como ferramenta para pesquisar o ambiente urbano, investigação de atmosferas psíquicas, de sentimentos e prazeres possíveis e impossibilitados pela cidade, enfim, ferramenta da pesquisa psicogeográfica, ou a investigação de ambiências para atingir o urbanismo unitário. Como se chegar à possibilidade de um cotidiano permeado por derivas contínuas sem derivar? É preciso entender quais são os fatores que a urbe e a cidade apresentam como muros e catracas ao deambular humano, e quais os fatores positivos também, pois, como será tratado adiante, o poder precisa ser entendido pelo seu efeito negativo, ou seja, pelo que ele nega, mas simultaneamente pelo que ele permite, ou seja, produz.

Enfim, as unidades de ambiência (DEBORD, 2003a), regionalização através da qual a pesquisa psicogeográfica opera e se realiza, afirmando sua existência. O entendimento de ambiência, antes de falar em sua unidade, remete à noção da junção entre um ambiente e as emoções que ele surte, exatamente a definição do que deve pesquisar a psicogeografia: essa junção, que é, portanto, a própria ambiência. Suas unidades mais reduzidas podem ser vistas como as escalas de bairro, da rua, da casa onde se vive: um espaço arranjado intencionalmente por alguém para experienciá-lo à sua maneira, como alguém que organiza uma festa em sua morada ou uma feira de bairro (para citar exemplos do pouco que podem os habitantes da urbe). Assim, uma ambiência compõe-se de ambiências internas, não exatamente como um quebra-

cabeça, em que o conjunto das peças forma a figura maior pela soma das interligações. A configuração é hologramática (MORIN, 2011), com as partes constituindo o todo, que constitui as partes e que se contém simultaneamente, tendo tanto as partes a totalidade das informações, quanto o todo a totalidade delas, podendo as partes serem maiores que o todo e ele maior do que essas. Assim, não é a delimitação de uma unidade de ambiência maior que proporciona, a partir de sua constatação, visualizar as ambiências menores que a compõe, ao passo que não é também pela adição de diversas ambiências menores que se poderia compor a unidade maior. É preciso buscar os dois processos simultaneamente, é preciso ver cada rua como todo e como parte, sem saber a qual configuração se chegará. Essa é uma ressalva que alerta para a precaução de se propor uma unidade de antemão. De querer senti-la antes de tê-la vivido.

Para finalizar este tópico, apresentam-se alguns apontamentos sobre a questão artística que envolve os situacionistas, mencionada anteriormente. Há um livro, por exemplo, dedicado a mostrar, através da reconstrução histórica do movimento, como não há a diferenciação, comumente feita, de duas fases pontualmente distinguíveis, a primeira artística e a segunda política (GROSSMAN, 2006). Assim como há trabalhos que claramente o reiteram (MAGALHÃES, 2011). Aqui, a postura é de assumir que houve, sim, dois momentos diferentes ao longo da existência da IS, todavia, eles não se deram de maneira tão fragmentária. É impossível negar essa diferenciação, uma vez que foi criada uma 2ª IS, a partir do ano 1961 - quando ocorre massiva expulsão de integrantes -, que tinha o intuito de levar adiante as concepções mais originárias do grupo (HOME, 2004). O que não se pode definir, portanto, é uma ruptura perfeita, como se não tivesse havido um caráter político nas suas discussões artísticas, bem como se a arte tivesse sumido de suas críticas à sociedade.

A constituição da IS “original”, por exemplo, advém de outros movimentos artísticos, como a Internacional Letrista (IL) e o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista (MIBI). As obras citadas no parágrafo anterior são bons indicativos para apreensão dessas questões, sendo uma das razões para não se aprofundar esse debate aqui. Enfim, é da primeira metade que surge o entendimento de que a arte deveria ser suprimida. E é por consequência disso que o próprio movimento chegará às críticas sobre a sociedade e, portanto, ao seu segundo momento. De certa maneira a cidade passou a ser a tela em branco, os habitantes seus pintores. Os jogos situacionistas propunham exatamente tal questão, utilizar espaços proibidos ao acesso público e ressignificar os usos dos permitidos. “O situacionista considera seu ambiente e a si próprio como plásticos” (IS, 2003a [1960], p. 130).

Assim, acreditavam eles que a arte deve ser suprimida enquanto alta cultura: grandiosas (e burguesas) exposições de museu, celebrando a obra-prima e o gênio artístico,

respectivamente. Suprimida, é importante deixar claro, não para que qualquer noção artística deixasse de existir, mas para refunda-la na totalidade da vida cotidiana. A arte se torna fator existencial de todo e qualquer ser humano. Nessa perspectiva, ainda que o movimento situacionista não seja um movimento propriamente anárquico (mas que detém nas suas críticas e perspectivas muitas características libertárias)⁵, é interessante utilizar-se, como ponto de apoio às discussões, de uma ideia de estética anarquista. "Individualista, exalta la potencia creadora, la orgullosa originalidad de cada persona. Colectivista o comunista, celebra el poder creador de la comunidad o del pueblo" (REZSLER, 2005, p. 7). É desse modo que se afirma "el derecho inalienable del hombre a la creación" (REZSLER, 2005, p. 8).

Nada mais pertinente do que lembrar de Henry Thoreau (2007; 2009), quando ele afirma que poucas pessoas, dentre as que conheceu, compreenderam “el arte de Caminar, esto és, de andar a pie; que tuvieran el don, por expresarlo así, de deambular” (THOREAU, 2009, p. 127). O caminhar para este autor é uma arte porque remete à prática, à persistência, à excelência pela repetição. Para demonstrar a profundidade dessa técnica, que também é um estado de espírito e maneira de explorar e se defrontar com o mundo, cria uma estória hipotética, que serve de metáfora irônica: “o viajante mais rápido é aquele que anda a pé” (THOREAU, 2007, p. 51). Apostando uma corrida que se inicia até a cidade mais próxima, Thoreau sairia caminhando pela manhã para alcançá-la de noite. Seu amigo, viajando de trem, poderia alcançá-lo em poucas horas, mas o valor da passagem implica em um dia de trabalho – o mesmo dia em que Thoreau já está caminhando -, fazendo com que a chegada só possa se dar na manhã seguinte, quando a partida do caminhante já teria ocorrido, e assim sucessivamente. Seguindo-se essa lógica, surge uma espécie de paradoxo de Zenão, onde Aquiles, mesmo que mais veloz, jamais consegue alcançar a tartaruga que partiu à sua frente. Em uma corrida ao redor do planeta, Thoreau estaria, no mínimo, sempre um dia adiantado. Enfim, caminhar também é a arte de saber refletir sobre si próprio e de viver o agora, pois, sobretudo, “no podemos permitirmos el lujo de no vivir en el presente” (THOREAU, 2009, p. 158). Assim, sem que se perca em devaneios sobre esse raro ser humano, caminhar é um meio de agregar tanto a concepção anárquica de estética – que versa não sobre o que é belo, mas sobre o ato criador e criativo –, quanto as ideias artísticas dos situacionistas, culminando na própria pesquisa psicogeográfica.

Outra visão, sobre o caminhar como arte, aparece na obra de Solnit (2009), cujo título é “Wanderlust”, uma história do caminhar. A autora apresenta uma larga recuperação

⁵ Onfray (2010) destaca, inclusive, algumas obras que devem ser relidas sob a ótica libertária e que poderiam constar, como tal, em qualquer biblioteca libertária; dentre elas cita Raoul Vaneigem e seu clássico “A arte de viver para as novas gerações”.

sobre os variados significados que já definir essa singela palavra, mas focando no assunto, independente da qualidade geral da obra, é pertinente dizer que ela considera o caminhar como arte pelo que apresenta de mais simples - a diferença de como uma caminhada rural está mais relacionada com apreender a dimensão do mundo, enquanto a caminhada urbana releva uma prática do encontro – e, igualmente, pelo que apresenta de mais complexo:

[...] the rich potencial relations between thinking and the body; the way one person's act can be an invitation to another's imagination; the way every gesture can be imagined as a brief and invisible sculpture; the way walking reshapes the world by mapping it, treading paths into it, encountering it; the way each act reflects and reinvents the culture in which it takes place (SOLNIT, 2009, p. 276).⁶

Aprender a caminhar: projeto artístico para cada cidadão, direito alienável, exercício individual, mas também coletivo. Pinceladas iniciais para o projeto último, e, simultaneamente, constatação primeira: “é preciso mudar o mundo” (DEBORD, 2003a, p. 43). Ocupar o espaço urbano, sob o domínio dos seus planejadores estatais e dos poderes mercantis espetaculares, para subvertê-lo através da criação de situações e ambiências. A possibilidade de identificar a manifestação desses poderes é uma das preocupações que deve estar imbuída na psicogeografia, que, por conseguinte, terminaria por evidenciar fatores de impedimento para o exercício de nossa humanidade, ao percorrer os turvos caminhos que a cidade nos apresenta a cada dia. Por não defender uma ideia de projeto, por negar-se como “ismo”, a IS deixa evidente que antes de criar um novo mundo, antes de caminhar projetivamente para sua efetivação, é necessário arrasar o que está posto hoje.

Cabe deixar claro que não se pode considerar criação aquilo que é mera expressão pessoal no âmbito de meios criados por outrem. Criar não é arrumar objetos e formas, mas é inventar novas leis a respeito desse arranjo (DEBORD, 2003b, p. 54).

Em um espaço (o urbano, no caso) dominado pelo controle mercantil, onde todo uso tem um valor e todo valor institui um uso, ocupá-lo pela livre e espontânea vontade, sob a ótica do júbilo e do empoderamento, é necessariamente profaná-lo, destituindo-o de quem o rege para devolvê-lo ao uso comum do ser ordinário. O que importaria, nesse âmbito, é “el acto creador, más que la obra em sí” (RESZLER, 2005, p. 8). A ótica da IS está em transformar a cidade mais do que se preocupar com qual cidade colocar no lugar, devolvê-la ao ser ordinário em vez de mantê-la em uma sacralidade segregatória, uma questão digna somente de

⁶ “[...] as ricas potencialidades entre pensamento e corpo; o jeito que o ato de alguém pode ser um convite para a imaginação de outro; o jeito como cada gesto pode ser imaginado como uma breve e invisível escultura; o jeito que caminhar remodela o mundo ao mapeá-lo, trilhando caminhos por ele; encontrando-o; o jeito que cada ato reflete e reinventa a cultura onde acontece” (tradução livre).

planejadores, especialistas ou não, e dos políticos de profissão. Lembra Agamben (2009) que o espaço sagrado é o espaço dos deuses e, portanto, espaço exclusivo dos que os reverenciam e que dedicam sua vida a eles, os padres, os sacerdotes, enfim, que são os que permitem e determinam quando e como se devem dar os acessos a tais espaços. Profaná-los, portanto, seria restituir o uso e domínio aos homens, fazendo do sagrado algo ordinário. Profanar a cidade seria devolver a responsabilidade de sua existência ao âmbito dos habitantes comuns, retirando seus cuidados dos que falam com os deuses e que deles se fazem porta-vozes, para que os homens possam criar seus próprios rituais, falando com as linguagens que acharem apropriadas e agindo a partir de seus costumes mundanos.⁷ É preciso expulsar as divindades do âmbito urbano. Mandá-los, e deixá-los, no longínquo panteão olímpiano.

O desenvolvimento do meio urbano é a educação capitalista do espaço. [...]. Todo o planejamento urbano se compreende apenas como campo da publicidade-propaganda de uma sociedade, isto é, a organização da participação em algo de que é impossível participar (Kotányi; Vaneigem, 2003, p. 139).

A cidade, enfim, será sempre “imperfeita”, sempre estará em reconstrução, sempre surgirão novos conflitos. Esquecer, a partir disso, a ideia de se chegar a uma obra-prima, primando por um contínuo processo de criação da obra, a cidade em constante e desenfreada mudança. É por essa perspectiva que os situacionistas abandonam propostas arquitetônicas, para passar à feroz crítica do urbanismo modernista. Todos esses são fatores muito importantes de se ter em mente no momento em que o objetivo é transformar a totalidade da sociedade e, especialmente das cidades, seu principal assentamento. Ademais, mostrar o que eles entendiam por arte, onde isso deveria levar e que relação teria com o restante de seu escopo teórico/prático, traz à tona que reivindicar uma vida mais lúdica não está tão distante de cada sujeito, e quanto tal reivindicação é essencialmente política e não pode ser puramente cultural. Uma vida mais lúdica não é, necessariamente, ter mais museus e apresentações musicais e teatrais abertas ao público, mas cada cidadão poder enxergar em si um artista, tendo na cidade a metáfora de uma obra coletiva.

Há, como apresentado, uma gama bastante diversa de possibilidades que se pode seguir no sentido de pensar os situacionistas, a pesquisa psicogeográfica, uma estética política e o caminhar pela cidade. Para o fechamento, retoma-se a discussão relacionada à proposta de trabalho de campo, ou como já foi colocado, “entradas de campo” (LIMA, 2011, p. 51). As entradas de campo, seja para sair das salas de aula, seja para a aprendizagem e exercício da

⁷ Para um breve desenvolvimento dessa ideia ver Jacques (2010).

cidadania cotidiana, seja para pesquisa psicogeográfica, são primordiais, visto que é “preciso, enfim, mergulhar na vida do povo para saber exprimi-la” (KROPOTKINE, 1975, p. 144).

É preciso submergir nessas vivências de descobrimento, para lutar contra o condicionamento do urbanismo e da sociedade espetacular, mudando o suporte das relações interpessoais. Os sujeitos são levados a se isolar, pelo modo de transporte automotivo dominante e pela cidade fragmentada e fragmentária. Levados a desconfiar do próximo através de sua alienação, não reconhecendo uns nos outros o que se tem de mais comum, o nascimento igual em direito. Levados a se realizar através do sacrifício, contentados com a mais pura sobrevivência, atribuindo um sentido positivo àquilo que os aprisiona em primeiro lugar. A lista é larga e o enfrentamento urge.

Reforça-se, para finalizar, o pensamento apresentado anteriormente, segundo o qual “a experimentação por intervenções concretas no urbanismo” (DEBORD, 2003b, p. 55) é a mais importante maneira de pesquisar a psicogeografia, porque é um processo imediato de ruptura. Derivar é preciso, entrar em campo é preciso, pois “toda viagem vela e desvela uma reminiscência” (ONFRAY, 2009, p. 32).

CAMINHAR, CAMINHEI

Thoreau, em seu clássico “Walden, ou a vida nos bosques” (2007) e em seu artigo “Caminhar” (2009), defende a importância do caminhar como uma educação integral do corpo e da mente. Seus apontamentos sobre a atividade do caminhar, mesmo que breves, são contundentes, e expressam a importância que detém esse modo de transporte. Acredita no caminhante, pois não precisa se preocupar em ter ganhos para comprar uma passagem, está sempre à frente porque tem a liberdade de partir conforme o desejo, não tem amarras financeiras, horários, disponibilidade de bilhetes. Além disso, acredita que caminhar é um exercício que leva à reflexão e ao descobrimento pessoal, como os peregrinos em direção à Terra Prometida.

A diferença essencial, ao tratar do tema, de Thoreau para Gros (2010), é a amplitude e profundidade de suas observações sobre o tema. O segundo dedica um livro inteiro a pensar uma filosofia do caminhar, tentando abranger a multiplicidade de acontecimentos postos nesse ato, a partir de sua própria linguagem, ao mesmo tempo em que traz autores precedentes, que já tenham tratado do tema, como o próprio Thoreau, ou que, simplesmente, tinham o caminhar como exercício cotidiano, que entendiam a sua importância como possibilidade de reflexão e da descoberta de novos conhecimentos: um suporte para criar suas próprias filosofias, como

Nietzsche. Assim, focar-se-á na primeira questão dos aspectos elencados por Gros, sobre o que compõe uma filosofia do caminhar. Em outro momento, talvez, seja possível discorrer de maneira mais integral sobre seu livro, passando pelos outros autores que ele considera importantes.

Os aspectos elencados que compõem a sua filosofia do caminhar, literalmente como constam em sua obra, são estes: a) não se trata de um esporte; b) proporcionar liberdades; c) postar-se do lado de fora; d) aceitar a lentidão; e) compartilhar as solidões; f) escutar os silêncios; g) impregnar-se de eternidades; h) absorver as energias; i) ser um peregrino; j) regenerar-se e sentir-se presente; k) ser um cínico⁸; l) diferenciar e sentir os estados de bem-estar; m) passear; n) evitar o exibicionismo dos jardins públicos; o) o *flâneur* das cidades; p) sentir a gravidade; q) chegar ao elementar; r) aceitar a repetição.

Correndo o risco de tornar esse momento uma espécie de resumo, parece importante, ainda assim, passar por esses pontos. Não destrincha-los individualmente, como feito na qualificação, mas de maneira universal. Em vez de resumir cada um, tratá-los pela concepção do conjunto que formam. Sendo o caminhar um dos pilares da tríade, que também é quarteto, deste trabalho, certamente não será um espaço ocupado em vão, nem um tempo perdido.

Caminhar não é um esporte. Para concebê-lo filosoficamente é preciso despi-lo das competitividades e regras. Para começar a caminhar é preciso revestir-se de uma atitude infantil, tratá-lo pelo que ele efetivamente é, “uma brincadeira de criança” (GROS, 2010, p. 9). Só assim se poderá alcançar as liberdades que ele proporciona, o desprendimento de si e do mundo, para que não exista “nada além do eterno presente da coincidência” (GROS, 2010, p. 16). O que importa ao caminhante é o que está aqui, acontecendo agora. E é assim que ele poderá se regenerar, à maneira dos peregrinos, reconstruindo-se ao final da jornada. Quando retorna, nada permanece igual ao que foi um dia. Aventurar-se no mundo é ter partido, é postar-se do lado de fora, fazendo da paisagem sua morada: “tomando posse dela devagar, torno-a meu espaço” (GROS, 2010, p. 39). É nessa transformação que operam os mais importantes aspectos de qualquer grande caminhada, de várias horas e até mesmo de dias a fio. Caminhar é aceitar as capacidades que impõe o corpo de cada um, é preciso saber-se lento, sozinho e em silêncio. Dessa tríade o caminhante pode começar a operar outras questões, mais sublimes e transcendentais. Como absorver energias, que é o momento em que as expressões da paisagem tornam-se “apoio, enlevo, alimento” (GROS, 2010, p. 109). Nesse estágio se começa a

⁸ Indica o próprio autor, que ser um cínico, antes de se tornar um termo pejorativo, era pertencer à “escola” de Diógenes. O termo advém do grego *kynikós/kuno*, e remete a cão, pelo modo de vida que levavam.

diferenciar os estados de bem estar, perceber o valor de uma sombra ou um revigorante descanso. E assim segue, até sentir-se a gravidade, quando os pés, em seus movimentos sucessivos, trazem o peso do mundo ao corpo, até o momento em que, já dormentes, parecem flutuar sobre a superfície terrestre. Se está tão impregnado do espaço percorrido que o “corpo se junta a terra que ele pisa” (GROS, 2010, p. 89). Através dessa dupla jornada, entre carne e espírito, é possível atingir os estágios últimos, quando chega-se ao elementar e aceita-se a repetição. Pelo que versam, esses dois últimos merecem uma construção à parte.

O que carregar quando a distância é larga demais, quais pesos valem a pena ser carregados, o que pode ser útil? Pensar o necessário é realizar uma redução. Ultrapassar o nível do útil, tal qual o cínico: ter consigo o mínimo para seguir vivo. Nada de bugigangas ou utensílios elaborados, nada para se distrair. “Do que se precisa quando se caminha? Do que vai proteger do frio e da fome” (GROS, 2010, p. 189). Do útil ao necessário, do necessário ao elementar. Chegar até ele é chegar ao extremo, despojar-se de tudo. Não se tem nada consigo a não ser o que pode ser encontrado pelo caminho, ao olhar arguto o abandono de qualquer pertence tudo se torna dádiva, os elementos passam a constituir-se como potência de salvação. Um galho tornado bastão, uma camada de folhas tornada cama, uma lasca de pedra tornada faca. “O elementar é aquilo a que nos entregamos e que nos é entregue de modo absoluto. Mas para sentir sua consistência, é preciso arcar com o risco, o risco de transcender o necessário” (GROS, 2010, p. 191).

Caminhar é repetir um movimento bastante básico, sucessão de pés, um depois o outro. Por mais que a viagem sempre propicie novidades, é na repetição de um ato que reside o motor desse acontecimento. É na monotonia de um lento escorrer do dia, no avanço gradual através da paisagem, que se dá o caminhar e pelo qual o caminhante se realiza. É, por conseguinte, da repetição monótona que pode se chegar à calma absoluta, como os monges em transe pela repetição de suas orações. “Não pensamos mais em nada, nenhum desassossego vem nos agitar, não existe mais nada fora da regularidade do movimento a que nos atemos, ou melhor: somos por inteiro a repetição calma dos passos” (GROS, 2010, p.214).

Além da ampla concepção abordada acima, seria possível citar outras abordagens e pesquisas sobre o que significa essa atitude aparentemente tão simples. Restringir-se-á em um aspecto que parece de suma importância, antes de qualquer outro: caminhar implica bipedismo, ou melhor, caminhar somente se torna realidade para o homem quando ele pode se postar de maneira ereta. “The only given thing is that upright walking is the first hallmark of what became

humanity”⁹ (SOLNIT, 2000, p. 32). Assim, caminhar libera as mãos e o pensamento, abre a utilização de membros diferentes para propostas diferentes, e é o grande marco do que viria a ser a enorme evolução das técnicas, ou seja, dos modos de mediação entre o homem e o meio. Em outras palavras, a humanidade, por ter um dia começado a caminhar, ao elevar sua cabeça do chão aos céus, possibilitou tantos dias depois escrever sobre o próprio assunto.

É dessa incrível multiplicidade de aspectos que se quer partir para pensar o caminhar nas experiências derivantes, porque ele “*articula* a profundidade do espaço e faz a paisagem *viver*” (grifo do autor; GROS, 2010, p. 186). Base teórico-metodológica de enfrentamento do que está aí na paisagem urbana, da pesquisa psicogeográfica, do desvendamento de dispositivos, da criação de mapas mentais, do que seja. A filosofia do caminhar está posta: que se coloque um pé à frente, depois o outro, em “largas passadas, como se estivesse sendo propulsado cada vez que tocasse o solo” (GROS, 2010, p. 216).

CORPO, FISILOGIA E METÁFORA

O corpo, fisiologia, constatação biológica. O corpo da cidade, metáfora, constatação política. Primeiramente são os corpos que ocupam a cidade, que a compõe, que lhe dão vida e movimento. Posteriormente, o corpo vem a servir como uma coletividade abstrata a que se chama sociedade. “A metáfora corporal traduz a lógica do ser vivo em lógica social” (BALANDIER, 1997, p. 26). São vistas nas cidades formas humanas, como as chamadas vias arteriais, por exemplo. Assim, passa-se a cuidar da cidade, e, portanto, da sociedade também, com um organismo, ou seja, como um ser passível de adoecer, que pode ter membros amputados, e assim por diante. A cidade é higienizada, e assim deve ser mantida: limpa e incólume, untada em álcool gel.

Balandier (1997) é trazido para ajudar a esclarecer as abrangências do corpo humano como metáfora, do político ao místico, e vice-versa. As possibilidades de comparação entre a sociedade e um indivíduo em particular, como a figura do Príncipe, servem à multiplicidade de “uma descrição e uma interpretação da sociedade” (BALANDIER, 1997, p. 24). Pela maneira como a metáfora é expressa chegar-se-á em uma defesa liberal ou absolutista de governo, por exemplo. É interessante destacar essa questão, pois ele marca o quanto um mesmo ponto de partida, o corpo, pode prover tantas defesas diferentes de organização da

⁹ “A única coisa dada é que caminhar ereto é a primeira grande marca do se tornou a humanidade” (tradução livre).

sociedade, e mais, possibilitar ramificações a partir de uma mesma via. Por exemplo, a defesa do governo do Príncipe: a) ele deve cuidar da sociedade como cuidaria de sua própria vitalidade; b) ele é a cabeça do corpo místico em que se transforma o povo, ele governa, portanto, mas está submetido ao coração, ou à vontade popular, aos tendões, ou às leis, e assim por diante. A diferença pode parecer tênue, mas não o é. A primeira interpretação justifica uma monarquia absoluta, por uma relação de reflexo, do cuidado do corpo principesco equivalendo ao cuidado do corpo social: ao cuidar de si, o indivíduo cuida de todos seus membros, da cabeça aos pés. A segunda uma monarquia muito mais limitada, por uma relação de dependência: a cabeça rege os outros membros, mas não sobrevive sem estar presa ao pescoço. Ambas, entretanto, estão respaldadas pela vontade de Deus, portanto, o corpo do Príncipe é um corpo mistificado. O reino possui um corpo político e um corpo místico. A morte física do rei é sobrepujada pelas dinastias, o Soberano não morre: reifica-se em outro corpo quando a Coroa passa adiante; a mística assegura a continuidade da instituição e, assim, o exercício político da monarquia.

Independente dessas análises, de um governo que se utiliza da metáfora corporal pelo reflexo ou pela dependência, absoluta ou liberal, a questão é que um corpo nunca será totalmente saudável, ou seja, nenhum corpo está livre da manutenção de seu próprio bem-estar. Ainda que nunca se gripe, até o dia de sua morte, estar saudável é um cuidado contínuo, diário, é preciso estar atento à alimentação, aos exercícios físicos, às horas de sono. Não adoecer requer perpétua vigilância, é para isso que se deve dirigir a atenção! É fácil observar e relacionar, por exemplo, como “bandidos” são organismos nocivos ao corpo social, seres violentos, isolados em uma área onde somente podem conviver com seus semelhantes, outros vermes venenosos. A mesma razão a ser aplicada aos “loucos”, habitantes de prisões chamadas por outro nome, onde, tais quais os anteriores, somente podem conviver com seus semelhantes, outros soropositivos. Assim, é na manutenção do controle sobre esses indivíduos que a repressão age, nos ataques a esses efeitos, e não nas causas de seus aparecimentos e razões de sua existência. A leitura, apesar de expressar uma conjuntura bastante complexa, é simples. “A repressão legitima-se, apoiada na natureza, ao tornar-se um ato médico aplicado ao corpo social; a repressão é a condição para o retorno ao estado saudável, isto é, à ordem” (BALANDIER, 1997, p. 25). Os sujeitos desviantes são curados como os efeitos de uma doença, sem que jamais se atue sobre as causas que a geraram.

É através do que Balandier (1997, p. 45) denomina de “corpo-a-corpo” que se sente as manifestações do poder, sua perpétua tentativa de se manter existindo, de continuar exercendo-se. Seja através do que é negativo, do que ele tenta desfazer, coercitivamente, ou do que é positivo, do que ele cria e produz, disciplinarmente, como será visto a seguir com Michel

Foucault (1977). As ações sobre os corpos são, então, um jogo de dualidades: de polos magnéticos, de ordem e desordem, de normalidade e de exceção. O que está “fora” da sociedade é combatido: o bandido, o louco, o vagabundo. Negações do que é tomado como correto, como estandarte a ser seguido. O suplício do corpo, através da exemplificação pública da dor e da manutenção do medo, a recusa da dissidência. A reclusão do corpo, esconderijo do que é nocivo e contagioso, a recusa da exceção. A produção do corpo, modelação do que deve vir a ser, a recusa da autonomia. Sob diversas maneiras os sujeitos foram e são mutilados, excluídos e moldados ao bel prazer de outrem, perdem liberdades eminentes e futuras: o combate ao que já são, através da cura ou do isolamento ou da morte; o combate ao devir, sempre impedido, através da normalização e da premissa da utilidade, permitindo a individualidade apenas para determinar para onde e de que maneira cada um deve seguir, escolhas que não lhes pertencem. “Diante do corpo soberano, eis o corpo objeto, que pode ser convertido em instrumento de contestação, o que lhe confere sua força expressiva mais intensa” (BALANDIER, 1997, p. 45). Sair da rota estabelecida, definir seu próprio ritmo, agir de maneira espontânea, escapar da normalidade: deambular e devanear, premissas de escape e de combate ao espetáculo. O alcance situacionista amplia-se, expande-se, torna-se mais do que se propunha, ultrapassa os limites de sua própria crítica para alcançar outros quadrantes no campo de batalha: contra a docilidade, o adestramento e o panoptismo.

Essas três características dizem respeito à tríade estabelecida por Michel Foucault (1977) para tratar do tema da Disciplina, ou melhor, das disciplinas. O ponto de origem, os séculos XVII e XVIII; seu alcance, o contemporâneo. “O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 1977, p. 127).

O controle exercido pela disciplina possui, genericamente, uma escala de ação, um objeto e uma modalidade. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar <<as disciplinas>>” (FOUCAULT, 1977, p. 126). A ação torna-se infinitesimal, o corpo deixa de ser tratado como massa; o objeto são as forças, o corpo posto em repetitivos exercícios; a modalidade é de uma coerção ininterrupta, o processo é mais importante que o resultado. É através desses métodos que a disciplina fabrica “corpos submissos e exercitados, os corpos <<dóceis>>. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos

de obediência)” (FOUCAULT, 1977, p. 127). Há uma astúcia impressionante na proposta. As ações devem ser feitas com precisão, poucos gestos obtendo o melhor resultado possível. As possibilidades de decisão sobre essas ações são arrancadas de quem as realiza, e assim estes perdem seus estatutos políticos. Em outras palavras, a disciplina “dissocia o poder do corpo” (FOUCAULT, 1977, p. 127).

O que está posto é um mecanismo perverso, um cuidado minucioso e constante que coage o que lhe desagrada, produz o que pretende e escapa de ser percebido. O sujeito, aos seus olhos, não é sujeitado e, portanto, não percebe sua própria sujeição, enxerga-se no espelho meramente como uma imagem invertida de si mesmo, acreditando que se tornou o que deveria se tornar, que foi ele quem chegou aonde se encontra, que as escolhas de suas ações lhe pertencem, que foi seu mérito que lhe concedeu o que detém. O poder, assim como o diabo, obtém seu trunfo através da crença de que não existe. A artimanha está na perspicácia do saber que a disciplina possui e no saber que ela produz. “A disciplina é uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 1977, p. 128), todo gesto é esquadrihado, todo gesto é significativo, todo gesto é importante. Não são por mera coincidência os diversos exemplos que o autor traz dos exércitos, das escolas, dos hospitais, das fábricas. O processo de continência, a forma de empunhar o fuzil, de marchar. A postura em sala de aula, a forma de escrever, a repetição de tarefas. Uma ala para cada doença, os registros de medicamentos, a observação de diagnósticos. A separação de locais diferentes, para funções e atividades distintas. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1977, p. 126).

Assim, há de se esclarecer as táticas desse poder. “A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”, realizada pela “arte das distribuições” (FOUCAULT, 1977, p. 130). O espaço passa a ser quadriculado, repartindo cada área para cada corpo, delimitando, conseqüentemente, a circulação e o contato. Se possível ele será cercado, para garantir horários de funcionamento, a saber, depois de bater as portas ninguém mais entra e ninguém mais sai, e quem estiver dentro está produzindo. Além disso, é necessário criar um espaço útil, organizado, que saiba o que acontece dentro dele e o que circula por e através dele. Nesse sentido, vemos claramente o eco em Raffestin (2011). Obviamente de início ele já se declara aderente à visão foucaultiana, mas agora falando diretamente em termos de suas preocupações espaciais. Todos esses processos são transformados para uma análise geográfica, como a importância geopolítica dos recenseamentos, expressa em contabilizar pessoas e coisas. “É o domínio pelo número, a posse pelo símbolo” (RAFFESTIN, 2011, p. 62). Assim, ao ver que a demografia “é um instrumento de poder que se constituiu a partir do Século XVIII”

(RAFFESTIN, 2011, p. 62), não há nenhuma coincidência com, justamente, um dos séculos que delimita o surgimento das disciplinas. Este é um caso, por sinal, que demonstra a importância de evidenciar o poder disciplinar também nas suas materializações, objetos que pela sua forma oferecem pistas sobre seus conteúdos. As distribuições, enfim, se encerram em qual “posição na *fila*” (FOUCAULT, 1977, p. 133) os indivíduos se encontram, em sentido literal, é certo, mas igualmente como hierarquia social, ranking de produtividade, e assim por diante.

Se essas primeiras questões se ocupam em tratar do poder no espaço, sem dúvida a segunda se atém a tratar do poder através do tempo, ou em outras palavras, ao “controle das atividades” (FOUCAULT, 1977, p. 136) que realizam os corpos, pois, ressaltando, é sempre sobre os corpos que o poder age, e para isso utiliza de características espaço-temporais, conscientemente organizadas para sua maior efetividade. Em certa medida, o poder disciplinar produz a si mesmo. Assim, ele age através de um controle dos horários, definindo intervalos para cada acontecer, que aliado ao “cercamento” dos espaços leva à máxima produtividade. Dentro destes intervalos de tempo, os gestos devem ser econômicos, não se espera mais do que o mínimo de movimentos necessários para realizar uma tarefa. Sem espontaneidade, se possível. Nesse sentido, os corpos acabam por agir de maneira coletiva, porque realizam o mesmo número de gestos, no mesmo intervalo de tempo. Espera-se, também que haja uma correlação direta entre o corpo que age e o ato que realiza, uma postura para uma determinada tarefa, como o sentar retilíneo de um exercício de caligrafia. Disso, decorre que há um aprimoramento, que depois de refinada a correlação entre o corpo e o gesto que ele produz, procede-se à articulação, o corpo que realiza um gesto sobre determinado objeto, como o soldado com o fuzil, o aluno com a pena, o médico com a agulha e o operário com o martelo: o que e como deverá ser manipulado. Daí advém os treinamentos técnicos para novos funcionários, aprender a manusear determinada ferramenta para colocá-la em um movimento repetitivo e econômico, portanto, útil. Em tal cenário, a única coisa que impede a plena padronização é que o detalhe infinitesimal dos gestos mostra que, se contados aos segundos, opera-se melhor quando a materialidade está ajustada ao corpo - como uma bancada na altura corresponde de determinada pessoa. As atividades permitem esmiuçar o tempo em uma percepção espacial, pois o primeiro é mais maleável do que o segundo, dado que dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar, no mesmo momento. Ganha-se tempo ao reorganizar o espaço.

Nos termos de Foucault (1977, p. 141), procede-se à “organização das gêneses”. Estabelece-se um ponto de partida comum, todos começam do começo, de baixo, trabalhando

seu caminho até chegarem ao cume. O aluno começa como aprendiz, o militar como soldado raso, o médico como residente, o operário como auxiliar. Somente os semelhantes, os de mesma graduação, se misturam, pois há um tempo por ser pago no percurso do trajeto. É necessário ganhar experiência. A ideia de gênese é dupla, como se pode observar. Primeiramente por delimitar um “nível zero”, uma base, um ponto de partida, uma origem. Secundariamente, porque quando se delimita uma origem instaura-se um processo: partir significa descolamento, significa alcançar pontos sucessivos e, eventualmente, um ponto de chegada (inatingível no caso, pois, como diz o ditado, nunca se termina de aprender). O ponto nevrálgico dessa organização é o exercício, “a técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas” (FOUCAULT, 1977, p. 145). O aluno faz provas e passa de ano letivo assim como o soldado que avança na carreira militar, tanto quanto o operário que é promovido e o residente que se torna cirurgião-chefe. E todos, quando no limiar de sua profissão devem, se não adquirir novos conhecimentos ou aprender a utilizar novas tecnologias, no mínimo comprovar o que já sabem, como a eterna renovação da carteira de motorista. A promessa de subir de nível, alcançar outro patamar, estar em outro estágio da sucessão é a maneira pelo que o poder mantém os corpos dóceis “na linha”. Instaura-se uma evolução linearmente progressiva. Ao estabelecer uma gênese pode-se, simultaneamente, garantir que jamais se chegará ao fim, “uma sujeição que nunca terminou de se completar” (FOUCAULT, 1977, p. 146).

Resta o último ponto das técnicas a que se propôs esclarecer, “a composição das forças” (FOUCAULT, 1977, p. 146). O oposto do conceito de massa, a possibilidade de aliar a coletividade absoluta com o menor de seus constituintes, o indivíduo. A composição coletiva de indivíduos deve sobrepujar o seu adensamento enquanto um grupo único, ou seja, a soma das partes deve se tornar maior do que o todo tomado em uníssono. A soma dos soldados, em suas capacidades individuais torna-se mais importante do que tomá-los como um pelotão. A soma dos alunos mais do que a turma, os médicos mais do que a equipe, o operário mais do que a classe. Compor é mais significativo do que colocar tudo em um balaio, como uma massa amorfa.

Mas para que tudo isso funcione, para que seja plenamente eficaz, é necessário adestrar os corpos. “A disciplina <<fabrica>> indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1977, p. 153). O quer dizer que o poder disciplinar não se limita em criar corpos disciplinados, eles também são capazes de reproduzir sua docilidade sobre outros. É uma construção ativa. E tal se realiza através de uma “vigilância hierárquica” (FOUCAULT, 1977,

p. 153), alguém que tem a legitimidade de fiscalizar um determinado conjunto de indivíduos, realizando determinada tarefa. Entretanto, esse alguém será, por sua vez, fiscalizado por outrem. Aproveitando o aspecto da legitimidade, o que a garante é denominado de “sanção normalizadora” (FOUCAULT, 1977, p. 153), o padrão esperado de comportamento. É ela que justifica punir atrasos e insolências, que permite corrigir o que se situa fora dele, o anormal, que torna o cotidiano um julgamento perpétuo onde tudo pode, e deve, ser avaliado, medido, pesado, doutrinado, censurado, legislado. Curiosamente esta é a definição que daria um Pierre-Joseph Proudhon para o que é o governo do homem sobre o homem (GUERIN, 1968, p. 23)¹⁰. Enfim, a maneira específica pela qual estas características de funcionamento são reunidas seria o “exame” (FOUCAULT, 1977, p. 164), que produz um saber específico sobre cada individualidade. Todos são examinados e, por conseguinte, qualificados ao que estão aptos. Todos sob a regência de alguém mais experiente, superior hierarquicamente, que respalda o que é normalmente aceito. Os indivíduos no mais cru de sua existência enquanto objetos, mensurados abusivamente. “O exame vale como cerimônia dessa objetivação” (FOUCAULT, 1977, p. 167). Assim, os corpos podem ser amplamente analisados e descritos, além de serem pontualmente comparáveis entre si. Esmiuçados até o limite.

Pela aliança de todos esses aspectos, configurados sob o entendimento da constituição da disciplina para docilidade e adestramento, chega-se ao cerne da discussão. “Temos de deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos [...]. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam dessa produção” (FOUCAULT, 1977, p. 172). Dos três quadrantes que engendraram esta recuperação teórica, resta o panoptismo, ele que é o cálice sagrado da disciplina, o santo graal do controle e da vigilância, um olhar que pode ver tudo permanentemente. “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 1977, p. 177). A arquitetura originada com a vigilância hierárquica, através de seus acampamentos militares, ou de seus refeitórios partilhados entre alunos e professores, alcança seu êxtase. O Panóptico de Bentham permite o suplício contínuo, enquanto o autoflagelo deixa de ser religioso para se tornar carcerário: pela crença de estar sempre sendo vigiado, passa-se a vigiar a si mesmo. Qual a importância da onisciência e onipresença de Deus, se não exatamente isso? A construção central, circular e espelhada, torna o voyeurismo uma característica da disciplina.

¹⁰ “O governo do homem pelo homem é a servidão. [...] Ser governado é ser guardado à vista, inspecionado, espionado, dirigido, legislado, regulamentado, parqueado, endoutrinado, predicado, controlado, calculado, apreciado, censurado, comandado [...]” (PROUDHON apud GUÉRIN, 1968, p. 23).

Como uma câmera que não possui um observador por trás, o panóptico detém o aval de sua eficácia de antemão, pela mera presença e possibilidade de utilização. Por nunca se ter uma garantia, o Panóptico se garante. A impessoalidade, ou seja, a incapacidade de ver a pessoa que vigia, é a melhor certeza de esconderijo do vigilante. O detento não consegue mais observar suas sentinelas. “Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 1977, p. 177).

O esquema encerra-se, justifica-se. O porquê de toda a exposição conceitual, o argumento final. “Devemos ainda nos admirar que as prisões se pareçam tanto com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?” (FOUCAULT, 1977, p. 199). Pede-se licença para acrescentar: e que todos se pareçam com a sociedade contemporânea, em seu cotidiano mais ordinário, das filas de ônibus ao funcionário do mês?

O que, aliás, lembra um artigo que versa sobre a atual necessidade das crianças ainda irem à escola (VEIGA-NETO, 2000). Trazendo uma ideia kantiana de ensino, que deve corrigir os comportamentos, enfim, disciplinar, o autor associa os alunos como corpos que vão sendo docilizados conforme seu percurso nas séries, do início do fundamental ao final do ensino médio, durante toda sua juventude sendo esmiuçados em cada atividade, em cada recinto, em cada segundo presente na escola. Não se pode esquecer que esta instituição é tratada destacadamente ao lado dos hospitais, exércitos e fábricas enquanto espaços que funcionam sobre a lógica disciplinar exemplarmente (FOUCAULT, 1977). Resumindo, o autor do artigo se pergunta, depois de traçar um panorama sobre como e onde evidenciar os mecanismos pelos quais o poder opera dentro da escola, qual é a necessidade de tal instituição se “o próprio mundo se tornou uma imensa e permanente máquina panóptica” (VEIGA-NETO, 2000, s/p).

Até aqui foi feita uma abordagem do corpo mais fisiológica do que metaforicamente. Posto isso, dedica-se um comentário que é de suma importância para imbricar a discussão no próximo subcapítulo, fechando os pilares teóricos das práticas psicogeográficas.

No ano de 1628, William Harvey publicou uma obra que revolucionou a história da medicina, porque demarca a descoberta da circulação sanguínea. Independente das ramificações nesse âmbito dos saberes, mais importante aqui é ver como o movimento mudou a arquitetura. As concepções de circulação sanguínea e um corpo saudável alteraram a forma como a sociedade passou a se estruturar materialmente, mas também como mudou seus hábitos. A primeira analogia direta entre a descoberta de Harvey e experiência ambiental se deu um

século depois, curiosamente com outro médico, Ernst Platner, e suas ações reverberam até hoje nas formas da urbe. A predominância do movimento, a aceleração como imperativo para se pensar a locomoção, e a higiene dos indivíduos e do espaço como possibilidade de um corpo social sano são sua grande influência. “Partindo da ideia de um corpo saudável, limpo e que se deslocasse com total liberdade, o desenho urbano previa uma cidade que funcionasse assim” (SENNET, 2010, p. 270).

É no transcorrer de quatro séculos que se pode entender a gênese de alguns aspectos da atual constituição das cidades. Na interação entre um poder que tenta sempre sugar a maior utilidade possível de cada situação, uma concepção de manutenção fisiológica do corpo individual e social e um desenho de malha urbana, têm-se um plausível viés de análise para sustentar uma psicogeografia que fale menos dos sentimentos e mais dos campos de força.

URBANICIDADES

Há de se expor, antes de adentrar diretamente no conteúdo que concerne este subcapítulo, os interesses em trazê-lo para a dissertação. É bastante obvio que é na cidade que se realizam as derivas e, portanto, as pesquisas psicogeográficas. A cidade (e a urbe) é o âmbito teórico da pesquisa e, ademais, é uma questão de contexto empírico, pois comporta a área de estudo, o lócus das entradas de campo. Assim, o interesse com o conceito de cidade não fica posto, por exemplo, em entender sua gênese ou sua evolução espaço-temporal. Trata-se, isso sim, de ver a cidade na sua distinção com o significado de urbe, e quais implicações essa diferenciação acarreta. Por último, cabe salientar que a importância de abordar a cidade está imersa na sua relação com os corpos que a ocupam, pois ela não existe por si só, nem para si própria. Não por coincidência, Richard Sennett utiliza essa inerência para criar a metáfora que dá título ao seu livro, “Carne e Pedra” (2010).

Além disso, a presente pesquisa preocupa-se com um “tipo” de cidade bastante específica, que é a cidade contemporânea, a cidade funcional dos preceitos modernistas, fragmentada e ressecada de significados, onde tudo parece um largo e contínuo cinza, sem graça, sem brilho, de poucas fagulhas. Cada local da cidade permite apenas um uso, e um uso somente, pré-determinado, arranjado, construído sob essa égide. Um local para viver, um para trabalhar, um para o lazer, um para o consumo. As formas urbanas pensadas com um conteúdo intrínseco, estático e condicionante dessa monotonia reinante. Um distrito para a indústria, outro para os prédios governamentais. Um para os casebres, outro para as grandes mansões. Um para os cortiços, outro para os hotéis de luxo. E, por favor, que não se misturem. De

preferência que não se toquem, menos ainda que se enxerguem. O convívio é apartado com o auxílio da arquitetura, o encontro é evitado e o medo do próximo é via de regra, ou melhor, é regra para as vias urbanas. Delimitar fluxos é manusear a propensão de contato com o outro, esse ser estranho que é, na verdade, condição para a existência da cidade.

São tais constatações que elevam a importância da distinção sobre o que é a urbe e o que é a cidade, pois uma não é a outra, e cada um dos conceitos presta-se para um propósito diferente, implicam ver e pensar a construção e a organização do que é o grande acontecimento sócio-espacial dos últimos séculos: o processo de urbanização.

A grande guinada humana, em termos de sua própria aglomeração, foi a generalização da existência das cidades. Reclus (2009; PELLETIER, 2011), maravilhado com o fenômeno urbano e crente no progresso, como outros de sua época, via esse processo como algo benéfico, pois trazia com ele a proposta de agregar os seres humanos, promover seu encontro constante, possibilitar as trocas em sentido amplo, de mercadorias à vivência cultural. Chega a opor o urbano não ao rural, como seria de se esperar, mas à barbárie. Para ele, tal fenômeno não era uma questão de contrário ao campo, porque, por exemplo, cidades antigas possuíam uma mescla de ambas características, mas de oposição ao isolamento e à ignorância. As cidades são aglomerações que devem ser imbuídas de enormes expectativas, ainda que muito haja para criticar-se. E isso tal autor o fez igualmente.

Enfim, retornar às ocupações tradicionais do campo seria descabido, o sentido político está implícito na proposta de um mundo, porque possibilita o diálogo, o acesso às bibliotecas, a produção do conhecimento. A Comuna, expressão da cidade anárquica, o terreno para as livre-associações acontecerem, motor para um futuro coletivo, onde a tecnologia pudesse libertar o homem de suas necessidades de subsistência, autogestionada, baluarte da luta contra a barbárie conservadora e tradicional, das tradições camponesas e do elitismo aristocrático. O sonho que advinha da urbanização nunca se realizou, seus problemas proliferaram mais do que o ideário. Todavia, é relevante reter essa concepção, esse “bom espanto” por assim dizer, do que permanece como devir. O projeto não perdeu sua importância, menos ainda seu fôlego e urgência.

Hoje, o desejo de livre locomoção triunfou sobre os clamores sensoriais do espaço através do qual o corpo se move, o indivíduo moderno sofre uma espécie de crise tátil: deslocar-se ajuda a dessensibilizar o corpo. Esse princípio geral vem sendo aplicado a cidades entregues às exigências do tráfego e ao movimento acelerado de pessoas, cidades cheias de espaços neutros, cidades que sucumbiram à força maior da circulação (SENNET, 2010, p. 262).

A DISTINÇÃO

De maneira grosseira, seria a cidade que instituiria sentido à urbe. Certa passagem da forma ao conteúdo. Não é possível pensar a separação tão marcante entre um e outro, pois fazer a distinção entre ambos não quer dizer colocá-los em suspensão, cada um no seu canto, mas entender qual é a relação diferencial que existe entre si, que confirma, exatamente, sua plena imbricação e, portanto, os câmbios sociais que podem existir em sobrepô-los. Distingui-los, por conseguinte, é ao mesmo tempo afirmar que eles existem como elementos inseparáveis.

A era moderna caracteriza-se pela urbanização, degradação do conceito de cidade (*civitas*, corpo político de cidadãos livres) em urbe (conjunto de edifícios, praças, isto é, o fato físico da cidade). Os dois conceitos foram distintos em Roma até a época imperial e é elucidativo que a sua confusão corresponda ao declínio da cidadania (BOOKCHIN, 2010, p. 45).

Assim, urbe e cidade estão relacionadas com os fenômenos de urbanização e de cidadania, respectivamente. Pensar a cidade não é a mesma coisa que pensar em termos de urbanismo. Urbanizar é conceber o substrato material no qual a vida se realiza e a política pode existir. Pensar a cidade diz respeito ao corpo político, o sopro de vida que dá ânimo à forma (SANTOS, 2008). O que faz uma cidade pulsante não é sua estrutura (ainda que se dependa dela diretamente), mas seus habitantes, os seres que a compõem e que a fazem seguir adiante. A urbe é paisagem, no sentido miltoniano, enquanto a cidade seria espaço, pois é somente através dos valores que se atribui às formas que essas tomam parte no processo dialético, diria o mesmo Milton. Para não perder a oportunidade, lembra-se a expressão “cidade abandonada”, como exemplo distintivo. Pela perspectiva apresentada, esta é uma contradição de termos, pois o que resta já não se pode denominar cidade, mas urbe: uma urbe abandonada. As cidades contemporâneas estão em tal declínio político/coletivo que a metáfora não está tão distante de ser fato, mesmo que as pessoas sigam aí, mais como espectros do que como cidadãos. Uma urbe, enfim, que está mais para amaldiçoada por fantasmas do que largada ao verdadeiro abandono. A cidade segue existindo como ilusão de si própria, como lógica invertida do que, em sua gênese, se pretendeu.

A distinção do conceito de cidade e de urbe está imbricada, destarte, no conceito de política. Não há política sem um espaço de relações, e desde a Atenas antiga isso é evidente. Não se fazia política no espaço rural: ela é uma questão originalmente urbana, porque é o espaço social “que define as cidades” (DAMIANI, 2001, p. 126). O surgimento da democracia, ou seja, do governo do povo, condiz com a organização espacial do corpo de cidadãos na tentativa de produzir uma vida livre, que somente poderia ser alcançada se realizada por eles próprios. Como

mostra Gomes (1997, p. 45), essa luta contra a oligarquia rural demarcou que “ser cidadão é em certa medida uma escolha, uma localização na teia de relações sociais e uma localização espacial”. São os cidadãos que, através da gestão da polis, dão forma e conteúdo à política. É essa relação que permite Milton Santos (2012) escrever a obra “O espaço do cidadão”, para fazer a defesa ao entorno e até mesmo questionar que, se não há cidadãos, não pode haver cidadania – algo muito diferente do discurso que atrela esta última à confecção da carteira de identidade, do título de eleitor e do acesso à assistência médica. Ser cidadão é muito mais do que ser ofertado a um pacote de serviços.

O espaço cívico (bairro, cidade) é o berço em que o homem se civiliza e civilizar é sinônimo de politizar, de transformar a ‘massa’ em corpo político deliberativo, racional e ético. Formando e fazendo funcionar tais assembleias [comunais, de bairro], os cidadãos formam-se a si mesmos, porque a política nada é se não for educativa e não promover a formação do caráter. O município não é apenas o local onde se vive, a casa, os serviços de higiene e salubridade, de previdência, emprego e cultura (BOOKCHIN, 2010, p. 46).

Assim, a fragmentação da cidade moderna, como advogavam os situacionistas, fragmenta a própria vida dos habitantes que a ocupam. Não se pode, então, deixar de pensar essa relação com o exercício da política, ou melhor, com o exercício da cidadania.

A forma que se dá à cidade expressa um projeto político, uma concepção de organização da vida coletiva, da produção econômica ao lazer, que se refere à maneira de gerir o urbanismo – como a transformação da governança urbana do administrativismo ao empreendedorismo, demonstrada por Harvey (2006). A passagem da “política feita na praça”, dos diálogos e decisões em espaços públicos, para a “política feita na casa do povo” (e contemporaneamente na sua maior pulverização em pequenos redutos, como os diretórios acadêmicos) não é mera coincidência, não condiz simplesmente com uma transposição do aberto à clausura. Nenhuma linha ou polígono é riscado à revelia do acaso. Traçar um muro aqui e não ali, mais para direita do que para esquerda, mais acima do que abaixo, não é somente traçar um muro, mesmo que, ao fazer isso, se esteja apenas fumando um charuto. Nenhum muro é neutro, nem ao ser erguido, nem ao ser utilizado, nem ao ser demolido. O processo de urbanização é, portanto, assunto de todos, é pertinente a todos, e deve ser pensado coletivamente, não como responsabilidade técnica, através de plantas, maquetes e tendências arquitetônicas. A produção do espaço urbano é, por excelência, assunto político.

Assim, a urbe limita o movimento dos corpos, onde barreiras e sendas apresentam-se a todos os momentos, enquanto a cidade limita as ações: como, quando e onde agir; as territorialidades, que permitem e que negam. O movimento é físico e está relacionado com o

trabalho, “que é a atividade de fabricar coisas, em que os homens estabelecem relações entre si *mediadas pelas coisas*” (grifos do autor; SOUZA, 2007, p. 105), enquanto a ação é “a atividade *política* que os homens estabelecem entre si *diretamente*” (grifo do autor; SOUZA, 2007, p. 105). Cabe lembrar que esta distinção remete à Hannah Arendt (2014), através da separação entre trabalho, obra e ação. “Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens” (ARENDRT, 2014, p. 26). Ela é a própria, embora não a única, condição humana. Mas, sem adentrar em um debate de seu pensamento, é importante tomar que a estrutura, ou seja, a obra, criada pelo trabalho, é algo humano, produto e condicionante de sua existência, mas ainda assim externo a ele, tal qual a urbe. A ação é a própria interação social, que, enquanto corpo político, possibilita a cidade. Diferenciar, enfim, movimento e ação resulta em imbrica-los, porque ainda que possam ser pensados distintamente, é muito improvável que se consiga factual e estritamente separá-los. Assim como a ambiência, que é a consideração do físico e do social necessariamente reconectados e formadores um do outro. “Reagrupar”, então, as características movimento e ação como atos que compõe a vida humana, na linha que vem sendo construída a presente pesquisa, é que permite ver o governo dos habitantes urbanos por um panóptico global, onde indivíduos e formas servem à manutenção da ordem: o bom samaritano, que denuncia a ilegalidade e a anormalidade, enquanto a câmera de vigilância tudo registra.

Disso resta uma questão pertinente à psicogeografia, pois ela parte de uma percepção da cidade e, na finalidade específica da IS, a percepção do que impede um urbanismo feito para dar prazer (CONSTANT, 2003). Todavia, antes de defender um urbanismo prazeroso, por assim dizer, é importante ver que para ele acontecer é necessário o encontro, que se inicia no simples, mas não simplório, direito de ir e vir. No corriqueiro ato de transitar, que sobre maneiras variadas torna-se, em sua plenitude, impossível. Mais especificamente, os acessos à cidade são desiguais, para todos. Ninguém pode ir a todos os locais. Nem o dinheiro, nem a constituição, garantem a igualdade sócio-espacial. Se a falta de dinheiro de um não o deixa chegar ao ponto x da malha urbana, a territorialidade de outro impede o caminho inverso ao ponto y. Simplificar o fato à dualidade não anula o que se chama à atenção: não existe acesso pleno a todos os pontos da malha. Tal se deve a mais do que mero desconhecimento das possibilidades, como se o problema da mobilidade fosse um indivíduo que não tem consciência da totalidade das informações da rede de transportes que utiliza – linhas, horários, locais de transbordo. O corte na carne parece ser mais profundo.

Por essas complexidades, cada sujeito possui a sua própria rede. Elas se dão pelas

corporeidades, por como os seres se enxergam e são vistos, por sua consciência do mundo e sua socialidade, ou seja, suas interações no encontro com outros (SANTOS, 1996). E não aparenta haver remediação que faça conviver, ao alcance da mão, atenienses e troianos. Mas é à questão de urbanismo que se resume essa “guerra do Peloponeso”? Uma reforma radical nas condições de mobilidade, como um programa “Passe-livre”, por exemplo, que financeiramente equalize, entre todos os cidadãos, a possibilidade de se locomover, que possibilite qualquer um ingressar em transportes públicos, sem se preocupar se aquela tarifa é que fará faltar o litro de leite. Ainda que tal se efetive, de que convívio se está falando caso tal condição ocorresse? Que embates éticos seriam postos em jogo, que “códigos de conduta” e “regras de etiqueta” seriam disputados? Equalizar o acesso à mobilidade não abala os tijolos da pirâmide social e suas territorialidades. Em outras palavras, mesmo que um determinado indivíduo possa chegar até um determinado local, seu corpo e sua socialidade permanecem conflitantes com a situação em que se encontra.

A diferença entre *flashmobs* e “rolezinhos” marca bem este ponto, por seu tratamento e por serem bastante particulares da vida urbana contemporânea. O termo em inglês designa um acontecimento onde várias pessoas se reúnem em um espaço público e realizam uma performance, como uma coreografia qualquer. Os rolezinhos não são nada mais que um *flashmob* que se nacionalizou, revestido socialmente de uma conotação pejorativa porque associado a culturas “de periferia”, especialmente o funk. Não é difícil ver a diferença de tratamento dado, pela mesma fonte midiática, de um *flashmob* realizado pelo coral da USP e um rolezinho chamado pelas redes sociais. Aliás, as diferenças de visões podem ser evidenciadas por parte dos participantes, frequentadores, poder público e ação policial.¹¹ É interessante ver que esse assunto se aloca perfeitamente no âmbito do espetáculo, porque os “rolezinhos” se dão, basicamente, em um de seus templos, os shoppings, e são uma forte representação do espectro contido no que Vaneigem (2002a) chama de participação impossível. Além dos objetos inalcançáveis, é o próprio acesso ao espaço que os fornece, e os códigos que aí imperam, os negadores de tal realização. É um exemplo claro da condição histórica da sociedade espetacular.

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase

¹¹ As referências são do G1, jornal online sobre domínio da empresa Rede Globo. Este primeiro link, <http://g1.globo.com/sao-paulo/natal/sp-encantada/noticia/2014/12/coral-da-usp-faz-flash-mob-no-mercadao-de-sp-antes-de-concerto.html>, mostra o exemplo do coral. Este outro, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>, tenta fazer uma apanhado histórico, e este último, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/rolezinho-nas-palavras-de-quem-vai.html>, mostra a visão por parte de vários participantes.

atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do o qual todo “ter” efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última (DEBORD,1997, p. 18).

As disputas acima, de nomenclatura e de todo o universo que delas decorre, aparecem sobre a via de análise do espetáculo ao demonstrar que ele se efetiva, tal qual a visão foucaultiana de poder, pelo que produz e pelo que nega, simultaneamente. Se o parecer é fonte última da acumulação, a sua incapacidade - a compra de uma marca que a renda não permite - o acompanha. Reconhece-se o prestígio pela posse, igualmente como se reconhece sua falta.

A ESCALA, E A IMPORTÂNCIA, DA RUA

Percorrer as ruas, observar e adentrar as construções, explorar os parques: flunar pela cidade. Desvendamento da relação do homem com seu entorno. Desvelar os infinitos interstícios que compõem o espaço urbano contemporâneo. Entendê-lo a partir dele e através dele. Ao contrário de uma “visão de sobrevoo” (SOUZA, 2007; 2011), que torna impossível, por exemplo, observar letreiros luminosos, escutar ruídos de conversas e de carros, sentir a atmosfera. A cidade é extremamente impessoal e asensorial quando vista de cima, mas “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), mesmo quando limitada a basicamente seu caráter geométrico, “quase sem referências, ou com referências francamente ressecadas de sentidos e significados sociais” (DAMIANI, 2001, p. 126), ainda assim a paisagem tem algo a mostrar, as pessoas algo a dizer, as ambiências algo a transmitir.

No TCC foi abordada a concepção de observar a cidade ao nível dos olhos, à escala da rua, 1:1, em “proporção” real. “Nesse lugar [a rua], a cidade se deixa perceber muito mais, *na escala e na velocidade do nosso corpo*. Assim, tornam-se mais visíveis rituais, situações e acontecimentos que constituem a malha urbana e a cultura de uma cidade” (grifo nosso; CESAR, 2008, p. 113). Esta frase sintetiza muito do que se quer dizer com o título deste tópico sobre a rua, e tudo que a compõe, “esse conjunto exterior às edificações urbanas, ou seja, as avenidas, as calçadas, as fachadas de prédios e casas, os postes elétricos, os canteiros, e assim por diante” (LIMA, 2011, p. 47). Quando se transita por uma rua com o próprio corpo tudo toda a dimensão do ser. Não se pode mover as pernas mais rápido do que a coordenação permite, assim como a percepção toma a medida de nosso tamanho no mundo. O achatamento de uma imagem de satélite de repente ganha aspecto tridimensional. O polígono passa a ser um arranha-céu, que se debruça sobre o passante com seus vários andares. As ruas insinuam-se em subidas e descidas. A temperatura agrada ou incomoda. As pessoas agitadas em seus deslocamentos rotineiros. Diferente de uma observação que busca reconstruir o passado, ou projetar o futuro,

o presente de percorrer as ruas permite ver a cidade como um fenômeno que vai acontecendo conforme se caminha ao seu encontro.

A vida de uma cidade se expressa pelas ruas, como sendo sua própria face: “se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona” (JACOBS, 2009, p. 29). Credita-se, destarte, especial importância às calçadas, posto que são partes essenciais dentro da raridade das vias peatonais. “Na calçada, esse espaço que sobrou para os pedestres e que fica entre a rua e os edifícios, temos a possibilidade de estabelecer um tempo que não tem tanta relação com megaintervenções pensadas para melhorar o trânsito urbano” (CESAR, 2008, p. 112). Elas compõem também, aspectos de segurança, de afeto, de laços de vizinhança. “As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, seus órgãos mais vitais” (JACOBS, 2009, p. 29). Não desmerecendo esta última citação, cabe lembrar que ela remete à descoberta de William Harvey, e suas decorrências para a arquitetura, comentadas anteriormente. A referência à ideia de circulação sanguínea e a cidade como um corpo é evidente. Entretanto, Jane Jacobs (2009) mostra muito mais do que isso no livro que lhe colocou no hall da fama da discussão urbanística, “Morte e vida das grandes cidades”. De fato faz alguns apontamentos sobre a salubridade do ambiente urbano, mas a grande maioria transcende esta questão, mantendo significativamente mais a atenção no como a vida nas ruas diz respeito à vida da cidade, e muito do dito é condizente com observações feitas no Centro, ou melhor, eventos observados no Centro são condizentes com as observações feitas em sua obra.

Para amarrar o fechamento deste tópico, há uma última relação entre a rua e a cidadania que merece ser apontada, pois existe um sentido mais profundo por detrás da reivindicação do caminhar como atributo, por excelência, da vida na cidade.

This is the highest ideal of democracy - that everyone can participate in making their own life and the life of the community - and the streets is democracy's greatest arena, the place where ordinary people can speak, unsegregated by walls, unmediated by those with more power (SOLNIT, 2000, p. 216)¹².

Ainda que este pensamento tenha suas falhas, especialmente nas três últimas afirmações (não se pode falar o que bem entender, a segregação não depende somente de barreiras físicas, e a mediação do poder sempre está presente), sua potência permanece inequívoca. De revoluções até guerras mundiais, todas, em algum momento, botaram os pés no

¹² Este é o mais alto ideal de democracia - que todos possam participar nas suas próprias vidas e na vida da comunidade - e a rua é a maior arena da democracia, o lugar onde pessoas ordinárias podem falar, sem serem segregadas por muros, sem mediações daquelas com mais poder (tradução livre).

lugar onde a democracia nasceu. É essa magnitude histórica do público na rua que grita, a cada cicatriz deixa pelas mutilações do urbanismo.

PARÂMETROS ESPACIAIS

A perspectiva do espaço geográfico a ser tratado poderia vir de diversas fontes. Tanto para definir espaço, quanto o que é geográfico e o que, por fim, seria sua junção. Todavia, o que está aqui presente já parte da inter-relação. As definições separadas, feliz ou infelizmente, ficarão implícitas.

Primeiramente a ideia de espaço geográfico através da noção de ambiências, proposta por Nelson Rego (2000) como “[...] um sistema composto por relações sociais articuladas a relações físico-sociais, espaço condicionador da existência humana e que pode, este espaço, ser eleito como objeto catalisador de ações transformadoras exatamente por esse motivo – por ser condicionador da existência humana” (2000, p. 7). Simplificando, um sistema composto pelas relações efetuadas entre os seres humanos e entre os seres humanos e seu entorno. Transformar as relações sociais e delas com o meio físico é transformar o sistema composto, destarte, o próprio espaço. Esse conceito auxilia a presente pesquisa por tratar de uma relação psicopolítica, ou seja, uma relação que considera a influência da formação cognitiva e da transformação do espaço em unísono.

A segunda ideia é a de Eric Dardel (2011), por levantar a questão de uma “relação concreta que liga o homem à Terra, uma *geograficidade* do homem como modo de sua existência e de seu destino” (p. 1-2). Esse aspecto é importante, pois destaca que a Geografia existe não somente como ciência, mas como uma maneira de o homem se relacionar com o planeta que habita, processo que lhe constitui e através do qual ele próprio marca a superfície terrestre. Ideia nada distante da noção supracitada. Enquanto método de análise, à Geografia diz respeito a interpretação, onde “a Terra é um *texto* a decifrar, que o desenho da costa, os recortes da montanha, as sinuosidades dos rios, formam os signos desse texto” (p. 2).

O espaço geográfico, ou os espaços geográficos, para ele, seriam o telúrico, o aquático, o aéreo e o construído. Todos condicionados a partir de uma perspectiva de outro espaço, que os engloba, o espaço material. Esse último – ou, na verdade, o primeiro – definiria o espaço geográfico pelo que lhe dá nome, a matéria, visível ou não, “que acolhe ou ameaça a liberdade humana” (p. 8): seja através da rocha, da água ou do ar. É ele, por unir todos os outros, que define a situação na qual os homens se encontram, seu contexto de certa forma. “A ‘situação’ de um homem supõe um ‘espaço’ onde ele ‘se move’; um conjunto de relações e de

trocas; de direções e distâncias que fixam de algum modo o *lugar* de existência” (p. 14). O espaço telúrico é o que “implica em uma profundidade, numa espessura, numa solidez ou numa plasticidade [...]” (p. 14): as grandes montanhas, as profundas cavernas, as densas florestas. “Há uma experiência concreta e imediata onde experimentamos a intimidade material da ‘crosta terrestre’, um enraizamento, uma espécie de fundação da realidade geográfica” (p. 15). O espaço aquático “é um espaço líquido. Torrente, riacho ou rio, ele corre, ele coloca em movimento o espaço” (p. 20). Ele é todo esse corpo oceânico, que tanto disputa sua presença com os continentes, mas igualmente é o espaço das águas doces, como também se faz presente por antítese, nos áridos desertos e savanas, tanto quanto nas geleiras, onde se encontra congelado. Pensando na importância para os seres humanos, o espaço aquático se expressa principalmente porque “está do lado da vida” (p. 20), impondo-se pela obrigação com que copos de água são sorvidos todos os dias. O espaço aéreo “é atmosfera: elemento sutil e difuso em que se banham todos os aspectos da Terra” (p. 23). Esse espaço representa os ventos, os climas, mas também o impacto da luz, que viaja através dele e que permite, ou não, que os esplendores terrestres possam ser visualizados, pois na escuridão somente há sombras. A ele não compete apenas esse jogo entre o ver e ser visto, mas os cheiros que emanam de todos os locais da Terra, e que ajudam, assim como a visão, a caracterizá-lo. Enfim, o espaço construído, “um espaço que é obra do homem” (p. 27). Ao longo de sua existência, e na interação com os outros espaços, o homem criou um que lhe é peculiar, essencialmente distinto de todos os outros, pois esse não poderia existir sem que fosse obra sua. O espaço construído joga com as possibilidades telúricas, aquáticas, aéreas, todos o influenciam e são, ao mesmo tempo, sua condição de origem. O homem manuseia o que tem à disposição e cria com as ferramentas e matérias que estão ao seu alcance. E ele é especialmente importante para esta pesquisa, em razão de uma característica fundamental ressaltada pelo próprio autor.

A cidade, como realidade geográfica, é a *rua*. A rua como centro e quadro da vida cotidiana, onde o homem é passante, habitante, artesão: elemento constitutivo e permanente, às vezes quase inconsciente, na visão de mundo e no desamparo o homem, realidade concreta, imediata, que faz do cidadão ‘um homem da rua’, um homem diante dos outros, sob o olhar de outrem, ‘público’ no sentido original da palavra (DARDEL, 2011, p. 20).

A partir dessas grandes noções dos dois autores acredita-se que esteja criada uma base para se entender um significado possível e tangível, logo, prático enquanto ferramenta de análise para o sufixo de psicogeografia. No que diz respeito à parte psíquica da pesquisa, ou seu prefixo, atribui-se a ela a rasa compreensão de que toda e qualquer relação do homem com

a Terra é uma relação cognitiva: formadora do pensamento e da ação, criadora de sentimentos, em impregnação tão plena que chega a tornar, às vezes, indivisível sujeito e objeto.

ENSAIOS CENTRAIS

0.

Para iniciar a parte que cabe ao desenvolvimento da pesquisa psicogeográfica e a atividade das derivas, lançar-se-á mão de alguns ensaios. Estes contêm discussões sobre as noções situacionistas, abordam a questão dos campos e, portanto, das próprias ambiências, fazem ressalvas metodológicas e tentam ser, ao máximo, explicativos sobre alguns passos dados e tropeços sofridos. Espera-se que a divisão numérica não comprometa a fluidez do texto e, mais ainda, que não impeça uma espécie de leitura derivante.

1.

O estudo do ambiente urbano, através das derivas situacionistas, contribui simultaneamente para pesquisar uma área mais ou menos delimitada e para falar sobre seu próprio fazer, enquanto concepções gerais. Nenhuma atividade dessa natureza pode ser somente um ou outro, prestando-se sempre a ser uma vivência geral e regional. A pesquisa psicogeográfica, por seu método, fala sobre o que analisa e sobre si mesma.

2.

É impossível esgotar as possibilidades de delimitar ambiências, em qualquer área que seja. Simplesmente porque sempre se dependerá do observador, ou melhor, de quem as vivencia. As multiplicidades entre os sujeitos e destes em relação a si mesmos, ao longo da vida, certamente contribuem para diferentes visões de mundo e, portanto, para diferentes ambiências. Acredita-se, todavia, que tal margem não é significativa o suficiente para tirar crédito do método, posto que este também está diretamente imbricado em questões físicas do terreno percorrido. Independente de ideologia, é demasiado forçado dizer, por exemplo, que duas pessoas discordem sobre o número de andares ao observar uma casa somente de piso térreo. Seguramente há diferentes percepções sobre as formas, mas estas não parecem se dar ao nível de questões magnânimas, que pudessem comprometer as análises. O estudo a partir das formas, especialmente se registradas por meios técnicos mais precisos do que a simples descrição, garante um ponto de partida perceptivo que aproxima o comum. Quanto às

percepções de função, já não se tem a mesma segurança para afirmar.

3.

As ambiências delimitadas para o Centro de Porto Alegre tiveram dois pontos de partida simultâneos. Primeiro, tentar enxergar uma ambiência que pudesse dar unidade para a área. Segundo, ambiências internas que, como um mosaico sempre incompleto e em reconstrução, foram se expressando individual e conjuntamente, porque estão psíquica e fisicamente imbricadas. É importante frisar que duas ambiências podem não ser contíguas, mas se influenciarem, e, inversamente, estar completamente coladas e não possuir nenhuma conexão, a não ser o fato de serem lindeiras. O sentido de “afetar” aqui quer dar conta da questão dos usos dos espaços. Uma mesma rua, por exemplo, pode sofrer uma completa ruptura de uma quadra para outra ao ser atravessada perpendicularmente por outra avenida, como bem acontece no caso estudado.

4.

Tem-se consciência de que as ambiências propostas na presente pesquisa são de responsabilidade pessoal, o que não quer dizer que foram estritamente atribuídas pelo autor. Surgiram através de conversas com vendedores de loja, garçons, policiais, flanelinhas, motoristas e cobradores de ônibus, atendentes de banco, camelôs e moradores de rua. Todas elas foram organizando quadros sensoriais sobre o Centro e sua composição interna. Assim, o resultado final é individual, mas sua construção foi compartilhada.

5.

As produções cartográficas, que tentaram dar conta da localização e espacialidade das derivas, foram sendo construídas conforme as caminhadas se realizaram. Uma nova informação mudou a maneira de representar, bem como a maneira de representar demandou novos olhares. Constante dialética entre a mirada de sobrevoos e a de dentro. Mas nem tudo se deu nesse constante fluir, existia de antemão um mínimo a ser cartografado: a ambiência geral e as particulares, os fluxos internos e externos e a placa giratória - ou ausência dela. Todas essas questões, como já abordado anteriormente, são centrais no estudo psicogeográfico situacionista e aqui não poderiam deixar de ser.

6.

Vale dizer que se misturarão, em termos de ordem numérica, tópicos sobre temas

diferentes. Não virão primeiramente as descrições, depois as delimitações e assim por diante. Tal será feito segundo a necessidade em explicar algo previamente escrito. Esta técnica tem como intenção mais ampla ser uma amostra de como o autor deste trabalho formou seu próprio mapa investigativo, o que foi pessoalmente mais marcante e como se deu o passo a passo da pesquisa.

7.

Uma ressalva acerca das delimitações e caracterizações de ambiências. Cada rua, e em vários casos cada quadra, pode ser abordada como uma ambiência específica, própria. Todavia, esta constatação não implica, necessariamente, que ela seja posta em prática, pois assumir sua existência não diz respeito a assumir nada mais do que isso, de que existe. A tentativa de exaurir o Centro em todas as ambiências possíveis, respeitando até o mínimo recorte das quadras - e, porque não, talvez metade ou um terço de cada quarteirão -, não foi feita, nem mesmo almejada em qualquer momento. Simplesmente não cabe. Uma escala de ambiência tão grande não é significativa para o que se tem a dizer, porque seria a constituição de um inventário de pouco valor prático em um contexto de planejamento urbano.

8.

Analisar a urbe a partir da escala da rua, e, portanto, de seus logradouros, é como se deparar com uma sopa de letrinhas, onde se formam muitos nomes governamentais, aristocráticos e militares, não deixando escapar que esse espaço é regido por poderes alheios ao seu cotidiano. Os nomes que “importam” refletem uma hierarquia social.

9.

Até onde as entradas de campo desta pesquisa são acontecimentos bem estabelecidos e historicamente pontuados? Até onde é possível separar os campos do mestrado da carga trazida de uma vida inteira percorrendo o Centro de Porto Alegre: das vivências pessoais na Duque de Caxias, entre a Fundação de Economia e Estatística e o Colégio Sévigné, das andanças pela Rua da Praia... O Centro é bastante familiar para este autor. A área pesquisada faz parte central – permitindo-se o trocadilho - desde a infância, e ninguém pode escapar de si mesmo, a filosofia que se faz não foge da história que se carrega. Assim, não há uma exata garantia sobre o que foi apreendido agora e o que agiu como reminiscência. O que se pode dizer, com certeza, é que o que consta narrado diz somente a experiências presentes, ainda que elas possuam um eco do passado. O receio não diz respeito ao que foi, porque imutável, mas ao

porvir, porque está para ser construído.

10.

Derivar propicia acabar nos mesmos lugares por caminhos diferentes. Ou passar pelo mesmo lugar em sentidos opostos. Derivar leva à percepção de que mudar o ponto de visão – e de vista – faz com que se descubra novos lugares. Derivar é também um jogo em busca de esconderijos e de realizações paisagísticas, de locais nunca visitados e de presenças singulares, sempre únicas pelo momento em que se sucederam. Derivar mostra que seguir pelo mesmo circuito torna-se uma prisão, acorrentando o cotidiano em uma repetição monótona. Derivar estimula a almejar mesmo o que se sabe inalcançável, como o topo de um prédio ou um jardim gradeado.

11.

Pensar o urbanismo, atentando para noção de placas giratórias, auxilia a evidenciar locais especiais dentro de uma área, indicando, inclusive, ações para operacionalizar o funcionamento arquitetônico. A recente construção de um chafariz ao longo do Largo Glênio Peres fez exatamente o oposto, criando uma barreira onde antes existia fluidez. Aos seus idealizadores e construtores faltou, pelo menos um pouco, para não dizer totalmente, o olhar situacionista.

12.

Uma evidência em forma de lembrete: para que se caracterize uma placa giratória é preciso explicitar sua ambiência.

13.

O Centro como um todo pode ser visto enquanto uma enorme placa giratória, porque atrai e dissipa pessoas de todos os lugares de Porto Alegre e dos municípios vizinhos. Para se pensar um planejamento adequado para esse bairro, é estritamente necessário considerar tal volume de circulação. Derivar proporciona um panorama para além do próprio local percorrido.

14.

As vias abarrotadas de automóveis não dizem nada a quem continua construindo estacionamentos a céu aberto ou empilhados em andares. A questão, para alguns, ainda é aonde

se pode parar, quando, na verdade, a pergunta mais pertinente é por onde ainda é possível mover-se. Derivar evidencia imobilidades e locomoções, existentes e possíveis.

15.

Derivar faz sentir na pele as condições climáticas e as formas do terreno. A pesquisa psicogeográfica possibilita apropriar-se disso para refletir sob que condições ambientais se vive.

16.

Derivar por uma área permite identificar sua (falta de) acessibilidade: manutenção das calçadas, rampas para pessoas com mobilidade reduzida, semáforos sonoros para deficientes visuais. Tudo isso aflora, porque é presenciado.

17.

Derivar, primeiramente, é perceber formas, diminutas ou imponentes, brilhantes ou opacas, retilíneas ou curvas, significativas por sua peculiaridade. Depois se aprofunda em seu conteúdo. Querendo ou não, a psicogeografia traz a olhos nus a existência e a importância das construções históricas e turísticas, bem como das mais corriqueiras e necessárias para reprodução cotidiana.

18.

Derivar é igualmente útil para um autóctone e para um estrangeiro. Alguém familiarizado com uma área, adensa e transforma seu mapa mental sobre ela, enquanto alguém de alhures forma o seu por conta própria. Derivar pode ser a fonte de um inesperado deslumbramento, como pode simplesmente ser uma ação de reconhecimento local.

19.

Derivar localiza seu praticante na superfície terrestre e, por consequência, cria uma narrativa sobre o entorno, sobre o mundo vivido.

20.

Derivar espacializa o ser.

21.

Derivar mostra que ainda falta o que falta, como um processo de tomada de

consciência na luta contra a alienação espetacular-mercantil.

22.

O contemporâneo é algo sempre sombrio de ser analisado, porque sua proximidade é demasiada para ser compreendido na íntegra. Derivar descortina o que está turvo, mesmo que sejam somente clarões do todo.

23.

Derivar parte de uma inocente brincadeira de criança para atingir um sério objetivo adulto: evitar que a vida tenha passado em vão, débil frente sua potência.

24.

A pesquisa psicogeográfica é um catalisador para expressão da individualidade. Sente-se, pensa-se, existe-se, transforma-se. Derivar faz o pensamento embrenhar na realidade para agir sobre si mesmo.

25.

Derivar (re)cria relações de pertencimento calcadas nas possibilidades de construção do vir-a-ser.

26.

A pesquisa psicogeográfica é uma ferramenta, não um fim. Ela serve para elucidar críticas e possibilidades para o mundo presente, em busca de um urbanismo unitário.

27.

A análise da psicogeografia é, em certa medida, imensurável. Em outras, completamente quantificável. Oscila entre o fato e a arte, entre a materialidade e a intencionalidade, entre a régua e o surrealismo. Derivar formula questões teóricas em ligação estreita com o mundo sensível.

28.

Derivar é um tensionamento entre o peso do mundo e o que dele cabe nas mãos.

29.

A investigação urbana pelos meios situacionistas tem propósitos claros e objetivos: a superação das cidades funcionalistas modernas, da cidade fragmentada, da alienação espetacular-mercantil, dos usos preestabelecidos para cada espaço, da falta de decisão por parte de quem é a própria vitalidade das cidades – seus habitantes. Derivar tenta servir de alerta a tais mazelas.

30.

Derivar é uma tentativa de empoderamento.

31.

Mesmo que nem um ponto de vista seja acrescido ou algum existente seja relegado, a experiência de percorrer o espaço urbano ao acaso (levado pelas solicitações do local, livre dos compromissos pendulares e das viagens teleológicas) é válida e não pode ser tomada levianamente. No mínimo, derivar rompe com a entediante e óbvia rotina. Em um mundo pré-fabricado, isso é muito.

32.

A pesquisa psicogeográfica serve como preparação para uma agenda de investigação. Através da fusão com o cotidiano emergem questões para ser pensadas e analisadas particularmente, inclusive por e a partir de outros métodos. Derivar propicia elencar objetos e caminhos de pesquisa.

33.

Ambientar, ou seja, delimitar uma ambiência depende das características da rua, dos astros celestes, dos dias da semana, das estações do ano. Fala, portanto, sobre e a partir do desenrolar da vida.

EXPRESSÕES DARDELIANAS

Na parte dedicada a alguns referências teóricas da pesquisa, estão duas concepções de espaço, a noção de ambiências (REGO, 2000) e o espaço material e suas “subdivisões” (DARDEL, 2011). A primeira está implícita na maneira de tratar o estudo e da própria delimitação das ambiências situacionistas – relação entre o físico e o social e do social entre si.

A segunda será explicitada agora, para auxiliar a compor a caracterização local.

O humano reproduzindo-se através da percepção, apropriação e transformação da paisagem, resultando em um espaço construído, que tem uma força telúrica, uma presença aquática e uma abrangência aérea.

É impossível escapar de colocar o espaço do Centro a partir do que lhe define mais propriamente: um resultado da construção e remodelação da Terra a partir da natureza existente. Uma segunda natureza, resultado decorrente da disponibilidade primeira, sem a qual não poderia existir, porque, como bem se sabe, “nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. A construção é resultado de uma intencionalidade e, muitas vezes, de um projeto bem definido. Realidade geográfica criada pela ação humana, sempre mutável, que se expressa e pode ser apanhada através da rua. É desse ponto de vista que se partirá para caracterizar os aspectos dardelianos do bairro.

A rua é a realidade geográfica da cidade porque é através dela que se pode remontar ao sentido original do público e do próprio sentido de cidade, um espaço de encontro e, portanto, de troca. É a rua, e não a casa, que dá sentido à expansão da urbe, pois a exposição é mais necessária que o enclausuramento para que a política seja feita. Outro aspecto interessante, trazido pela importância da rua, é o movimento. Imagine-se uma rua altamente adensada. Esse cenário, se estanque, não faz o menor sentido. São os fluxos de corpos, de luzes, de sons que dão vida ao espaço urbano (ou qualquer outro), portanto, questão primordial que parece tão corriqueiramente esquecida ou, ao menos, relegada a segundo plano: é necessário movimento para que haja vida.

O espaço telúrico é a forma da crosta que sustenta o espaço construído: as sinuosas ladeiras das colinas do Centro, bem como suas áreas planas próximas ao rio. Mas não somente por meio desse substrato existe e se faz presente a força telúrica. As edificações suscitam os mesmos sentimentos de profundidade, solidez, espessura ou plasticidade causados por uma barreira montanhosa. O concreto e o aço elevados ao firmamento impõem-se ao homem em seu cotidiano urbano. Os altos prédios, em adensada verticalização, acabam por definir a realidade dos outros espaços, em especial na questão aérea. Sua presença ameaça e sufoca os passantes, estreita a visão, impede que se enxergue o horizonte. Para visualizar a abóboda celeste é necessário que a cervical se coloque quase que em ângulo oblíquo. O ar canaliza-se ou fica estagnado, correntes de vento, bem como sua ausência, são moldados pelas construções do passado e, mais significativamente, pelas do presente. Se no verão a disposição urbana contribui para uma ilha de calor que exaure as energias e baixa a pressão sanguínea, no inverno a mesma propicia que se formem correntes de vento que roubam os calores corpóreos, castigando e

tornando mais penosa a labuta diária.

Também a luminosidade dança conforme o ritmo da urbe. Algumas áreas estão sempre à sombra, enquanto outras são banhadas pelo Sol ao longo de todo o dia. Há, é certo, ruas e praças que são um meio termo, recebendo radiação direta apenas em determinado momento do dia, bem como há áreas que dependem da estação para serem iluminadas, porque varia o ângulo do astro-rei em seu movimento aparente. O dia e o ano regulam conjuntamente as experiências crepusculares. Uma urbanização realmente comprometida com o cotidiano de seus habitantes deveria cuidar de todos esses aspectos, pensando-se a orientação dos edifícios, sua altura e igualmente sua localização no terreno. É um absurdo, para citar um exemplo, que um edifício barre a luz sobre uma praça em qualquer hora do dia, ao longo de qualquer mês do ano, e especialmente no inverno, quando qualquer grau de temperatura assegurado é um trunfo. Não é à toa que uma das atividades características dos porto-alegrenses, sentar para matear¹³ vendo o pôr do sol, precisa ser feita na Usina do Gasômetro, ou seja, é necessário dirigir-se para “fora” do Centro, para sua margem, onde a visão pode se estender para além de alguns palmos do nariz. Cabe destacar que, por Porto Alegre ter quatro estações bem definidas ao longo do ano, a intensidade da luz varia bastante no decorrer do ano, ou seja, as próprias imagens captadas. O comprido dia de verão, com seu horário estendido, é quebrada pelo encurtamento já drástico no outono, quando tudo começa a tomar uma aparência mais amena, como se a estação anterior fosse se acalmando. O inverno chega com a “força” da luz já enfraquecida, e por isso castiga bem menos a pele. A intensidade se vai pela diminuição do movimento aparente no céu. A curvatura é comprimida, e o arco formado pelo sol na passagem das horas é mais baixo. Se no verão o movimento do Centro – e seguramente não só dele – se estende até “altas horas”, porque 20h ainda está claro, no inverno é exatamente o contrário: quando os ponteiros batem 18h, já despontam estrelas e com isso o recolhimento. Os ventos aliados às baixas temperaturas tomam o lugar de solavanco, sem pedir licença. Mas aí advém a primavera, completando o processo, que se reinicia com a queda das folhas no outono, brotando flores por onde podem. Jacarandás e ipês sobressaem-se no seu colorido.

O Rio Guaíba, o grande espaço aquático do bairro, limita-o nos extremos Norte e Oeste. Sua existência, todavia, não diz respeito somente a esta função, porque coloca a área pesquisada em uma situação costeira, portanto, sujeita a regimes climáticos locais bastante específicos, tanto em sua dinâmica diária quanto anual. As brisas que invadem o local estão sujeitas à presença desse corpo d’água, assim como ele influencia as densas névoas que se

¹³ De origem guarani, o chimarrão ou mate, é uma infusão de *ilex paraguariensis* sorvida através de uma bomba - espécie de canudo - em uma cuia de cabaça.

condensam nas manhãs frias de inverno. Em Julho, porque situado no hemisfério Sul, o branco toma conta da atmosfera, impedindo que se enxergue a outra margem do rio, e até mesmo um edifício próximo. Às vezes se respira vapor d'água. Assim, este espaço existe enquanto limite e enquanto influência na atmosfera e no lazer supracitado. Suas expressões múltiplas são requisitos importantes a serem pensados na descontínua reestruturação do Centro. Infelizmente, até hoje os planejadores urbanos parecem negligenciar tais questões. Por tê-lo ignorado ou mal aproveitado é que se diz que Porto Alegre cresceu de costas para o Guaíba.

Não há, enfim, um cheiro característico do bairro, como se poderia dizer de uma área industrial, por exemplo. Mas, há particularidades que merecem ser destacadas. Uma delas, sem dúvida, é o cheiro de carbono gasoso, expelido pelos automóveis que tão massivamente ocupam o local. A qualquer hora do dia, mas especialmente nos momentos de pico, a fumaça entranha as narinas e, por vezes, embaça os olhos. O Centro cheira a motor, mas também cheira à comida, a suor, à umidade. O interior do Mercado Público, por exemplo, é uma explosão de odores distintos, entre carnes, frutas e flores. As cozinhas dos restaurantes na Rua dos Andradas alcançam as calçadas, estimulando constantemente o apetite de quem está nas mesas e convidando a sentar quem está passando. Na Praça da Alfândega predomina o cheiro de suas altas árvores. Na orla do Guaíba, junto ao Gasômetro, o cheiro de água, poluída o suficiente para ser imprópria ao banho, mistura-se ao cheiro de terra da margem. Nas cheias calçadas da Rua Voluntário da Pátria exalam corpos apressados, alguns embrenhados de colônia, perfume e desodorante, outros no seu mais puro cheiro hormonal.

As estaturas diversas das pessoas, de todas as etnias e interesses. As fachadas modernas e coloniais. Os restaurantes gourmets e os nem tanto. As lojas de grife e os camelôs. O especializado e o varejo. Os artistas de rua e os funcionários de escritório. Os pedestres e os automóveis. As praças arborizadas e os largos cimentados.

Como disse um vendedor, o Centro é uma miscelânea que “têm de tudo”.

A PESQUISA PSICOGEOGRÁFICA

Neste capítulo está apresentado o que mais diretamente se pode chamar de investigação psicogeográfica, as questões específicas da pesquisa situacionista, passando pelos seus pontos mais importantes, até desenvolver questões particulares da dissertação. Por deter, também, um caráter descritivo e narrativo bastante forte, tentou-se evitar, ao máximo, citações diretas. A parte teórico-analítica, que ocupa parte subsequente a esta, tenta dar conta do que foi relegado nesse momento, onde o mais importante é contar através dos tópicos e mostrar por

meio das figuras. A cartografia, por sua vez, é ao mesmo tempo meio e produto deste capítulo.

AMBIÊNCIA E LIMITE ADMINISTRATIVO DO BAIRRO

O bairro Centro Histórico de Porto Alegre é uma unidade administrativa que, tal como no estudo de Les Halles, condiz de maneira bastante próxima a sua caracterização enquanto ambiência.

Sua delimitação oficial engloba o Cais do Porto – localizado na Avenida Mauá -, a área da Usina do Gasômetro – localizada na Av. Presidente João Goulart -, toda a Avenida Loureiro da Silva, a Rua Engenheiro Luiz Englert, a Rua Sarmiento Leite, a Rua da Conceição (e seu anel viário), contornando a Estação Rodoviária Central, através do Largo Vespasiano Júlio Veppo, onde se fecha o polígono do bairro.

Quanto à relação entre a ambiência e os limites administrativos do Centro, não há muito que ressaltar, pois, como dito, eles andam juntos. O bairro parece “fechado em si mesmo”, pois possui limites físicos e icônicos bem definidos. O Rio Guaíba, que acompanha toda a Av. Mauá e a parte da Usina do Gasômetro, impede o avanço proeminente da urbe, em função dos aterros necessários, ainda que muito nesse sentido já tenha sido feito. Do outro lado, todo o complexo da Rua Conceição (túneis, rótulas e viadutos), juntamente à Rodoviária, são estrutural e simbolicamente imponentes. Enfim, a Loureiro da Silva, por sua largura, aliada ao aspecto circundante, acaba por criar uma ruptura deveras explícita com as adjacências.

Uma ressalva, a ser feita, concerne à pequena curva da Rua Engenheiro Luiz Englert, seguindo pela Rua Sarmiento Leite. Esta divisão passa exatamente pela rua que separa duas sedes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde, de um lado, localiza-se a Faculdade de Educação, a Reitoria e a Faculdade de Arquitetura, e do outro os prédios do Direito e da Economia. Não parece fazer muito sentido que se corte o bairro por entre os dois, podendo-se muito bem ter contornado pela Rua Luiz Englert, até a Rua Osvaldo Aranha para chegar à Rua da Conceição. Enfim, essa explicação não traz mudanças significativas, apenas apontamentos curiosos. Como serão apresentados a seguir, os limites da ambiência do Centro confundem-se não só com os limites administrativos, mas com seus eixos de ligação externa.

Além disso, a expansão do Centro como limite administrativo em relação às vias que o circundam e os espaços como o Cais Mauá, o Rio Guaíba e a Usina do Gasômetro são importantes para se pensar a diferença entre a administração burocrática de um espaço e as influências ambientais sobre ele. Voltar-se-á nessa questão sobre as extensões do bairro e a ambiência expandida.

Por todos estes elementos, conclui-se que, mesmo havendo discordâncias entre as possibilidades de delimitação do bairro e sua percepção enquanto ambiência, estas são de pouca flexibilidade. A única ressalva realmente importante a ser feita nesse sentido são as influências das ilhas do Delta do Jacuí, que fazem parte do Arquipélago, e não do Centro Histórico, mas que o afetam sobremaneira. Além disso, há a questão da nomenclatura acerca do Guaíba, se ele é um rio, um lago, um estuário. Este é um debate de longa data, ainda sem resolução definitiva. Os documentos analisados, como o Plano Estratégico (SPM, s.d), do programa Viva o Centro, bem como as Diretrizes Urbanísticas para a Orla (SPM, 2003), abordam-no como um corpo lacustre. Todavia, permanecerá o tratamento que predomina nas referências ordinárias. Como diz a música Pai Guaíba, do grupo Bataclã F.C., ele é “um lago, que na boca do povo é rio”.¹⁴

ACESSOS E CONEXÕES

Os fluxos internos e externos nos estudos situacionistas dizem respeito ao que são os eixos de conexão do bairro/ambiência. Eles, externamente, salientam as principais “portas” do local estudado, enquanto que internamente destacam as principais “rotas”. Vale dizer que não há, necessariamente, confluência entre uma via de entrada ou de saída, e que um eixo externo não precisa coincidir ou embasar diretamente o limite da ambiência, ou mesmo ligar-se a um interno. No caso em tela estas ressalvas não se dão de maneira tão simples, pois, como será demonstrado a seguir, a situação evidenciada no Centro de Porto Alegre é difícil de ser positivada. Assim, dentro do amplo leque dos possíveis acessos e conexões da área, dividiu-se um tópico para os denominados eixos dorsais, alçados a outro nível de importância por suas características funcionais e simbólicas, outro para o circuito, por ser uma sequência de ruas circundantes, e outro, enfim, para os eixos internos e externos, que se misturaram em uma única parte.

EIXOS DORSAIS

Existem dois grandes eixos, ou “divisores de água”¹⁵, que cortam o Centro, tanto o bairro quanto a ambiência, e que são tão característicos e significantes que se começará a explanação dos fluxos por eles. Tal escolha ajudará, inclusive, para localizar os pontos de acesso e as orientações dos habitantes, pois eles próprios contribuem e fazem parte disso. Estes eixos

¹⁴ Armazém de mantimentos, Midia Brasil Virtual Music, Porto Alegre, 2002.

¹⁵ Linha que separa a direção para onde escorrem as águas pluviais, como a crista de uma montanha.

servem para dividir a ambiência em, pelo menos, duas zonas.

Um desse eixos é a Rua Duque de Caxias, traçada sobre a crista de uma colina, dividindo o Centro em uma “vertente de frente” para o Rio Guaíba e outra “vertente de costas”.¹⁶ Mas tal divisão não é tão simplória, pois essa configuração influencia na incidência solar, por exemplo, o que remete a diferentes sensações e percepções, inclusive em diferentes horas do dia. Além disso, é bastante interessante observar que a vertente “virada” para o Guaíba está muito mais relacionada ao uso comercial do que o lado contrário, de ruas muito mais residenciais. Acompanhar a subida até a crista, a partir do início deste eixo dorsal, na Rua Washington Luiz, traz uma modificação de uso igualmente marcante, pois há rupturas também na orientação Oeste/Leste. Tal qual a Rua Riachuelo, quanto mais próximo se está da Usina do Gasômetro, mais residencial será o aspecto das quadras, o que implica, via de regra, calçadas mais arborizadas e sons menos motorizados. Estas peculiaridades de usos, em cada lado das vertentes, já haviam sido brevemente observadas no TCC.¹⁷ Uma breve ambiência pela qual se passa ao trilhar a Duque de Caxias, de Oeste para Leste, é o Alto da Bronze, a qual terá um breve comentário em nota à parte, bem como a Praça da Matriz, localizada um pouco mais acima. Pouco antes desse eixo se transformar na Av. Independência, uma das principais artérias de saída do Centro, encontra-se o antigo Colégio Sévigné, e mais à frente pequenos bares ao lado da Escadaria 24 de Maio (Figura 1), que, por sua dimensão estreita e sua estética com ladrilhos, dá ares de Lapa, no Rio de Janeiro, e que, em termos administrativos, liga o Centro à Cidade Baixa.

O outro eixo dorsal é a Avenida Borges de Medeiros que, exatamente na junção com o anterior, forma um dos mais marcantes cartões-postais da cidade, o Viaduto Otávio Rocha – localizado no cruzamento com o eixo dorsal anterior –, comumente conhecido como “Viaduto da Borges”, ou simplesmente “Escadarias da Borges”. Para Oeste deste segundo eixo está a Usina do Gasômetro e a “Praça do Aeromóvel” - Praça Júlio Mesquita –, a “Praça da Matriz” – Praça Marechal Deodoro –, a Praça da Alfândega e a Praça Brigadeiro



Figura 1: Escadaria 24 de Maio. (Acervo pessoal)

¹⁶ Sobre a morfologia da área central, ver Dias (2011).

¹⁷ Ver apêndice em Lima (2011).

Sampaio. Para Leste, está a maioria das lojas de atacado da Rua Voluntários da Pátria, o “Camelódromo” - nome corrente dado ao shopping popular Pop Center, que abrigou as bancas de camelôs e os vendedores ambulantes antes situados no Largo Glênio Peres -, o Mercado Público, o Chalé da Praça XV, o Complexo Hospitalar Santa Casa e, enfim, a Estação Rodoviária. Também é importante frisar que a Avenida Borges de Medeiros desembocará, em direção ao Guaíba, exatamente na mais importante placa giratória existente na área, o Largo Glênio Peres e a adjacente Praça Montevideu. Escolheu-se denominá-la de placa giratória central, não por sua localização geométrica, mas por importância/hierarquia e também como jogo de palavras com o próprio nome do bairro.

Esta avenida é a continuação da Rua Padre Cacique - um dos principais escoamentos para a Zona Sul da cidade -, trocando de nome um pouco antes de atravessar a Avenida Ipiranga, o que acontece em uma situação de tal perpendicularidade e proximidade que as esquinas formam ângulos retos com o deságue do Arroio Dilúvio no Rio Guaíba, criando um quadro paisagístico bastante bonito de se presenciar, especialmente em um final de tarde invernal, quando o sol, por seu baixo ângulo no firmamento, já escapou dos altos arranha-céus construídos recentemente. Em todo comprimento da rua, existe um canteiro central, com três vias em cada sentido do tráfego, promovendo um enorme volume de automóveis em direção ao bairro, e mesmo de pedestres e bicicletas. Enfim, seu tamanho e localização dorsal lhe conferem enorme significância para o caso em tela. No sentido de quem ingressa no bairro, esta avenida atinge uma verticalização que estreita o horizonte e enquadra a visão em direção ao Rio (Figura 2), acompanhada de uma subida gradual, que vai descortinando lentamente o seu imponente Viaduto e cansando, por antecipação, os caminhantes e ciclistas.

A densidade de paradas de ônibus e, especialmente nas duas últimas quadras, de lotações, é crescente até o limite da capacidade física. A mesma situação acontece na ramificação da Av. Borges de Medeiros, quando esta se torna a Avenida Senador Salgado Filho - um dos principais fluxos internos da área.

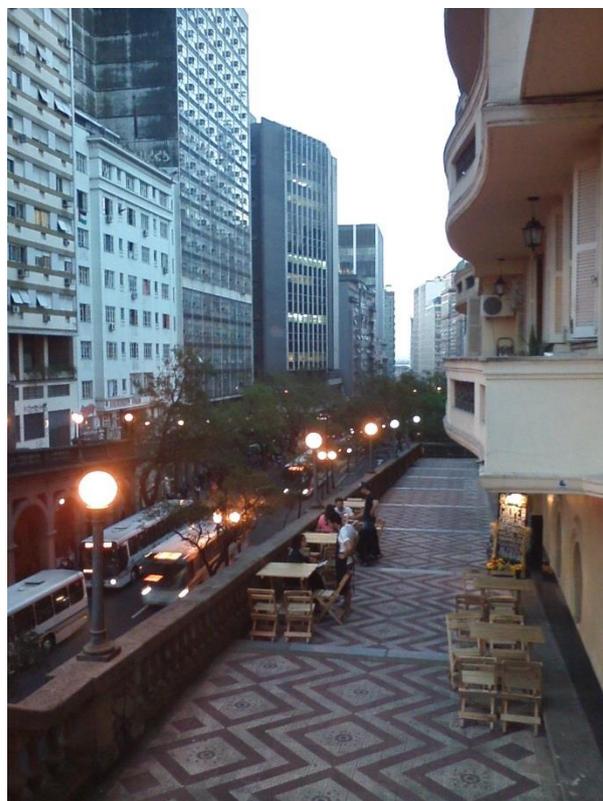


Figura 2: Escadaria da Borges. (Acervo pessoal)

Ambas, como diversas outras vias, maiores e menores, superlotam nos horários de pico, com particular força em torno das 8h e das 18h, quando, respectivamente, o comércio está abrindo e fechando as portas, e os edifícios governamentais e privados começando e encerrando o expediente. O trânsito viário praticamente não se move, enquanto as filas nas calçadas se alargam e praticamente impedem o tráfego de pedestres. É assim que o que deveria servir de passagem se torna local de espera. Por último, é importante dizer que, seguindo pela Av. Borges de Medeiros em direção ao Rio, se chega aos terminais metropolitanos, ferroviário e fluvial. É possível até mesmo trocar de meios e não somente de modos de transporte.

A existência e função divisória de ambos os eixos é tão significativa que não raras vezes se pergunta: “isso fica para lá ou para cá da Borges?”, “isso é depois ou antes de cruzar a Duque?”, ou seus derivados, “para o lado do Gasômetro” ou “para o lado do Guaíba”. É característico que aquilo que se presta como “divisor de águas” seja utilizado como referência de ruptura locacional.

CIRCUITO

Há, basicamente, três grandes avenidas que circundam o bairro Centro Histórico de Porto Alegre. Estas podem ser vistas, primordialmente, como eixos de ligação externos, porque trazem e escoam densos fluxos – destacadamente os motorizados – para a área. Ao mesmo tempo, pode-se fazer ressalvas quanto às funcionalidades internas dos mesmos. Todavia, o que mais importa, neste caso específico, é que o próprio formato e utilização destas avenidas levam a uma definição distinta, a de circuito¹⁸, pois são continuidades uma das outras e sua abrangência contorna, por completo, a extensão do bairro. Também se justifica um tópico específico para falar sobre elas, pois há, entre si, confluência das três questões mais pertinentes aos estudos psicogeográficos – fluxos, limites do bairro e ambiência(s).

Não existindo um ponto de partida prévio, por ser circular, a escolha da abordagem se deu a partir do lado oposto ao Guaíba, sem maiores razões explicativas.

A Av. Loureiro da Silva, então: uma via larga e de sentido duplo de fluxo. Essa avenida se limita com a Av. João Pessoa e faz o contorno de um dos lados do bairro, passando pela Av. Borges de Medeiros, até chegar na Av. Presidente João Goulart, que nada mais é do que a continuação da Av. Mauá na área da Usina do Gasômetro. Além de seu número de vias, outro fator que reitera sua importância e validade como eixo do circuito é a construção de ciclovias (também em ambos os sentidos) ao longo de toda sua extensão. Cabe dizer que a

¹⁸ MAGNANI (2002).

dissertação acompanhou esta construção, bem como o aumento de sinalizações e semáforos. A Av. Loureiro muda drasticamente de uma ponta até a outra, em termos de altura das construções e dos usos: administrativo, comercial e residencial. Além disso, ela marca, em uma determinada parte, o início de duas áreas de expansão da ambiência central, o bairro Cidade Baixa e o Centro Administrativo. Por último, um pouco pela inclinação do terreno - que vai culminar no alto da colina onde está a Rua Duque de Caxias, e onde a Av. Borges de Medeiros começa a elevar sua subida -, um pouco pela função de contorno, um pouco por sua forma sempre curvilínea, a Av. Loureiro da Silva apresenta-se como franja do bairro: uma via que está sempre costeando um local ao qual se quer ingressar e que propicia uma ideia de limite para a ambiência. Passando pela Av. João Pessoa, esta avenida se torna a Av. Eng. Luis Englert, que circunda o campus da Universidade e que desembocará na continuação do circuito, a Rua da Conceição e seu complexo anel viário.

A Rua da Conceição começa no encontro da via anterior com a Av. Independência, citada nos eixos dorsais. Nesse ponto, está o pequeno viaduto que leva nome homônimo do Complexo, passando pela ilhada Rodoviária e seguindo para a Av. Mauá. Seu sentido contrário é um importante ponto de acesso da região metropolitana, a “Grande Porto Alegre”, através da



Figura 3: Complexo viário da Conceição. (Acervo pessoal)

Av. Presidente Castelo Branco, que recentemente recebeu o nome de Av. da Democracia e da Legalidade. Quase ao final dos dois anos de Mestrado, outra mudança que ocorreu no local foi a conclusão de mais uma parte do anel viário, ligando o Centro à saída da

capital, a partir da Av. Júlio de Castilhos. Esta área é um verdadeiro “caos urbano”, pois as diversas vias que o compõe estão em desnível, com dois sentidos elevados (Figura 3), enquanto por baixo encontram-se acessos para a Rua Voluntários da Pátria, Av. Farrapos e Av. Alberto Bins. Assim, o Anel Viário da Conceição é tanto entrada e saída do Centro, como da própria

cidade.

O terceiro trecho do circuito é a Av. Mauá, que segue um curso paralelo ao Rio Guaíba, o qual não se pode enxergar, porque existe, conjuntamente com a via, um trecho dos trilhos do Trensurb, bem como os armazéns do Cais do Porto, que por sua vez somente podem ser vistos de maneira entrecortada, em função do Muro da Mauá, que acompanha quase toda a avenida, terminando um pouco antes de se chegar à Usina do Gasômetro.

Percorrer a Av. Mauá traz uma sensação de se estar emparedado, de um lado pelo Muro e de outro pelos elevados edifícios, com destaque para os diversos estacionamentos verticais. Por suas quatro vias retilíneas e as construções que lhe enclausuram, esta avenida dá uma sensação de que se é impelido a seguir adiante, tanto para adentrar em alguma rua perpendicular que a ligue com a Av. Júlio de Castilhos, mencionada no eixo anterior e que será abordada novamente, quanto para circundar o bairro até se chegar à Usina do Gasômetro e à Praça Brigadeiro Sampaio. Nesse ponto, a Av. Mauá se torna Av. Presidente João Goulart que, por sua vez, se divide em outras duas avenidas: a Av. Edvaldo Pereira Paiva, também recentemente reformada e ampliada para melhorar o acesso à Zona Sul (não é à toa seu paralelismo com a Rua Padre Cacique), bem como se torna a Av. Loureiro da Silva, encerrando a caracterização do circuito.

EIXOS EXTERNOS E INTERNOS

Há certa dualidade nas delimitações do que são os eixos de ligação de uma área de ambiência qualquer. Isso acontece porque não raro um local de conexão externo se mostra somente assim, sem ser um eixo interno e vice-versa. É certo que existem casos mais explícitos e bem definidos, mas dificilmente é possível sustentar uma situação complexa através de uma lógica que se mantém por anular outras. Ruas como a Demétrio Ribeiro e a Fernando Machado, para citar dois casos, podem ser considerados importantes eixos de ligação interna, ao mesmo tempo em que estão diretamente imbricadas em sua importância com o exterior. O mesmo se dá com a Rua Voluntários da Pátria. A Av. Senador Salgado Filho é outro caso curioso, porque nos seus limites se torna a Av. Borges de Medeiros, de um lado, e Av. João Pessoa, de outro, cumprindo uma importante função interna e ao mesmo tempo sendo essencial à saída do Centro a partir de suas continuações. Até mesmo nas vias que formam o circuito, essas dualidades podem ser vistas: circundar implica possibilidade de ingresso. Dito isso, defende-se que as multiplicidades apresentadas impossibilitam uma demarcação totalmente restritiva quanto ao tema, ou, como diz a expressão, “cada caso é um caso”, devendo ser tratados individualmente na sua pluralidade. Assim, diferente do que se propunha de início, a divisão de tópicos entre os

eixos externos e internos será anulada e a redação se dará de forma contínua.

Por último, fica o apontamento de que as considerações sobre as conexões do bairro tentaram ser criteriosas quanto aos vários tipos de acesso – pedestres, bicicletas, ônibus e carros –, à relação dos eixos entre si e ao quadro geral da ambiência estudada.

A Av. João Pessoa como partida. Esta é uma via de três faixas em cada sentido, tendo, em vez de um canteiro central, um corredor específico para ônibus, na tentativa de segregar transporte coletivo e privado, para desafogar a disputa entre motores que, como maestros, regem o movimento da via. Esta avenida possui uma peculiaridade bastante interessante, porque percorre paralelamente uma das maiores e, quiçá, a mais famosa e representativa área verde da cidade, o Parque Farroupilha, comumente chamado de “Redenção”. Sua quebra paisagística é enorme, por tal quantidade de árvores antes de adentrar no sufocante cimento, ou por sair dele. Outra peculiaridade da avenida em relação a essa “área verde” é que ela o separa do atual - porque diferentes épocas ocuparam diferentes áreas - bairro boêmio de Porto Alegre, a Cidade Baixa. Sua (ainda, mas provavelmente não por muito tempo) baixa verticalidade, conjuntamente com o parque mencionado, contribui para que seja uma ruptura clara quando se chega ao verticalizado e adensado Centro. Este eixo, ao cruzar a Rua Duque de Caxias - questão que a reforça e a compõe como ruptura dorsal -, torna-se a Av. Senador Salgado Filho, que depois se torna a Av. Av. Borges de Medeiros. Assim, nos horários de pico o trânsito entre esses três eixos aglomera-se em um contínuo. Por último, esta avenida é um dos principais acessos para o Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a Casa do Estudante e para o Restaurante Universitário, ao lado do complexo de praças que forma uma das placas periféricas do bairro (Figura 4).

A Av. Senador Salgado Filho é um dos mais importantes exemplos para se falar em eixos de circulação



Figura 4: Viaduto da Av. João Pessoa (esq.) e Campus da UFRGS (dir). (Acervo Pessoal)

interna de uma ambiência/bairro, pois misturam-se questões inversamente proporcionais, entre

a forma da urbe e os movimentos dos corpos. Esta rua tem quatro quadras de distância entre um extremo e outro, todas em um traçado quadricular, ou seja, equivalentes em tamanho. A verticalização da urbe é uma das maiores do bairro, misturando-se prédios residenciais, uma enorme agência do Banco do Brasil, pequenas lancherias, ópticas e lojas de roupa. Além de realizar a junção supracitada, de dois dos mais importantes eixos locais, sua posição estratégica também possibilita o acesso a diversas ruas que dão escoamento em direção à Mauá. Um exemplo importante disso, que será dado adiante, é o caso do eixo da Rua Marechal Floriano Peixoto. Apesar de curtas, as vias que dão existência à Salgado são amplas, formadas por um largo canteiro central e três pistas em cada sentido. Todas as quadras são ocupadas por paradas de ônibus, razão pela qual, nos horários de pico, o local torna-se uma longa linha de várias filas sucessivas, sobrando apenas alguns centímetros das estreitas calçadas para a circulação de pedestres. Enquanto isso, os veículos abarrotam o asfalto. Assim, este eixo é uma espécie de exemplo diminuto do bairro, porque concentra grande parte do que torna comum “os Centros” das grandes cidades: adensada verticalização, volumosa circulação, multiplicidade de serviços. A Av. Salgado Filho também é um caso emblemático de um problema que assola a região do Mercado Público, do Camelódromo e a Av. Júlio de Castilhos: linhas de transporte público, de todas as partes da cidade, desembocam no Centro Histórico. O que por um lado é bom, porque sendo um dos locais mais importantes da cidade é necessário que a maior quantidade possível de pessoas chegue até aí, por outro lado é terrível, porque o que deveria ser uma facilidade se torna um empecilho. São demasiadas linhas, de muitos locais, em direção a uma única área. Nisso somam-se inúmeros veículos privados. Todavia, o que se observa da reestruturação da urbe, o caminho que o poder público parece estar seguindo é exatamente o oposto ao de frear a circulação automotiva. E há uma diferença entre repensar os acessos Centro adentro e suas possibilidades de alcance. Questionar a atual conjuntura de políticas de mobilidade não significa dizer que se quer impedir que as pessoas cheguem ao local, mas que ele seja feito de uma forma diferente, seja pela restrição ao acesso dos carros particulares, seja pelas linhas circulares internas, seja pelo aumento do espaço para bicicletas. A questão não é estritamente a defesa desta ou daquela ideia, mas a possibilidade de se ter mais de uma solução. Em suma, não se pode tratar toda e qualquer problemática enquanto uma preocupação de engenharia, por que a matemática dos técnicos afeta diretamente a vida dos cidadãos.

Mantendo uma continuidade de importância, tem-se um eixo de duas vias que se tornam uma: o caso da Rua Voluntários da Pátria. No sentido de quem vem em direção ao Centro, existem duas vias paralelas, chamadas Av. Farrapos e a própria Rua Voluntários da Pátria. A primeira é significativamente maior, com uma faixa central exclusiva para ônibus,

acompanhada em alguns trechos por canteiros, mais duas faixas de cada lado. Grande parte de sua extensão é uma continuação ou começo, dependendo do ponto de vista, do Centro: são partilhados os degradês de cinza misturados aos tons dos anúncios comerciais, chamativos por excelência e finalidade, os sons de motores grandes e pequenos e a verticalização alta e contígua, quase sem vão entre os prédios. Bastante diferente é a Rua Voluntários, em vários aspectos. De início, não há exclusividade para ônibus, além disso esta rua ainda mantém diversos sobrados antigos, que se prestam a bares, cortiços e pensões. Por enquanto, no que concerne ao papel de fluxo, observe-se apenas que ambas se juntam quando alcançam o Anel Viário da Conceição, permanecendo com o nome de Voluntários da Pátria, a partir de onde esta muda radicalmente de características sensoriais e de uso. Sua extensão, dentro dos limites do bairro, é uma via abarrotada de pedestres, que, inclusive, ocupam a rua e dificultam a passagem de lotações, carros, bicicletas e dos próprios pedestres entre si. Aliás, esta é uma característica que se multiplica por outros trechos, de outras ruas: quando podem, os pedestres tomam as ruas para si, em benefício de seu fluxo, sendo os automóveis que precisam parar e “pedir licença”, mesmo quando a preferencial do semáforo verde lhes pertence.

Outro caso peculiar é o das ruas Fernando Machado e Demétrio Ribeiro. Estes eixos têm relação importante com o acesso intrabairro, mas sua extensão física está circunscrita ao perímetro administrativo. Estas ruas se ligam, respectivamente, às ruas General Lima e Silva e José do Patrocínio, que pertencem ao bairro Cidade Baixa. A questão focal que se coloca aqui é intrínseca ao que foi dito no início do tópico. Os fluxos destas ruas de diferentes bairros se alimentam e se condicionam, por conseguinte, suas funções de conexão são dificilmente separáveis, ainda que suas características particulares sejam bastante marcantes. Enfim, a circulação por essas ruas do Centro parece estar mais ligada às externalidades possíveis do que propriamente à sua utilização enquanto funcionalidade interna, mesmo que estas também existam e mereçam comentários. As descrições a seguir pretendem dar conta dessas dualidades.

A Rua General Lima e Silva, depois de atravessar a Loureiro, segue ainda uma quadra dentro do limite atribuído ao Centro Histórico. É no seu encontro com a Praça Marquesa de Sévigné que se inicia a rua por ser descrita. Antes, vale apontar algo sobre a Rua André da Rocha, que se junta à Rua Lima e Silva e à praça. Ela possui um aspecto bastante similar à Rua Fernando Machado, arborizada e marcadamente residencial, o que confere uma especial sensação de continuidade entre ambas, além de sua importância no entendimento de distribuições dos percursos em função da placa giratória periférica localizada no cruzamento da Av. João Pessoa com a Rua Duque de Caxias. Outro fato interessante é que a escadaria 24 de Maio, que se inicia na Duque, desemboca nela ou vice-versa, dependendo do observador.

Voltando ao ponto, os estabelecimento na quadra da Rua Lima e Silva já localizada dentro do perímetro do Centro, em conjunto com um trailer de lanches, localizado na Praça Marquesa, e com os bares na primeira quadra da Fernando Machado, bem como da Coronel Genuíno - rua que corta esta última e vai até o cruzamento com a Marechal Floriano-, consolidaram a área como uma espécie de extensão boêmia do bairro adjacente.

Seguindo-se pela Rua do Arvoredo – nome da Fernando Machado nos primórdios da cidade –, cruza-se a Rua Marechal Floriano Peixoto, que nesse ponto serve de retorno para a Cidade Baixa. Uma quadra adiante está a Av. Borges de Medeiros, o que causa uma ruptura no fluxo, dispersando-o nos dois sentidos que esta apresenta. É também no encontro de vias que está localizado o Viaduto Otávio Rocha, ou, lembrando-se do nome popular, “as Escadarias da Borges”. A Rua Fernando Machado, especialmente a partir deste ponto, acompanha a inclinação da vertente como uma curva de nível.¹⁹ O mesmo é válido para a Rua Demétrio Ribeiro, que está altimetricamente abaixo, bem como a Washington Luís, que circunda o pé da colina (Figura 5). Assim, subir de uma rua para outra se torna gradualmente penoso, o que diminui sensivelmente a circulação de pedestres em direção à Duque, localizada na crista. Continuando até o fim da Rua do Arvoredo, passa-se por alguns casarões antigos²⁰, quando finalmente se alcança o, novamente presente, Alto da Bronze.



Figura 5: Rua Demétrio Riberio e as "curvas de nível" (Acervo pessoal)

Considerando-se o sentido do fluxo de automóveis, no final da Fernando Machado é obrigatório dobrar à esquerda, na Rua Vasco Alves. Descendo a vertente, cruzar-se-á com a primeira quadra da Rua Demétrio Ribeiro, que, por seu fluxo contrário à rua anterior, alcançará novamente a Av. Borges de Medeiros, que ao

¹⁹ Informação morfométrica, expressa em mapas por linhas de intervalos regulares de altura, como a cada 100 metros.

²⁰ Incluindo a casa M, sede cultural da atividade de entrada de campo que consta no TCC (LIMA, 2012), exatamente em frente à Escadaria João Manoel.

passar pela Praça General Daltro Filho torna-se Rua José do Patrocínio. Em termos de sentido das vias, estritamente, desconsiderando-se as calçadas, estes eixos formam um pequeno circuito próprio, de entrada e saída do bairro. É verdade que muitos motoristas também se utilizam da Rua Fernando Machado para rompê-lo: em alguma rua que lhe é perpendicular, sobe-se a vertente até a Rua Duque de Caxias, o que permite sair do bairro em outro local ou mesmo cruzar a crista, em direção ao Guaíba. Conjuntamente com a “parte” residencial, consolidou-se, na esquina da Rua Demétrio com a Av. Borges, uma série de bares e restaurantes, cheios tanto na hora de almoço quanto de *happy hour*.

Tal qual se pode perceber, aqui está um dos casos mencionados no início do tópico. Dependendo da análise feita, o que se tem é uma situação aparentemente ambígua, onde um eixo pode ser interno ou externo, ou ter determinada característica em um trecho, mas não em outro. Talvez a maior funcionalidade interna a ser ressaltada para esse pequeno circuito é o alcance a partir de e para os eixos dorsais, porque é deles que se dá, mais significativamente, a dispersão geral do bairro.

Falar-se-á, agora, de alguns eixos que possuem uma extensão entre os extremos do bairro, em sentido Leste/Oeste. O primeiro a ser descrito é a Rua Siqueira Campos, que serve de acesso ao Centro para quem vem da Usina do Gasômetro. Ao passar pelo Mercado Público torna-se Av. Júlio de Castilhos, e assim segue até o Anel Viário da Conceição. Estas duas vias, que na verdade são apenas a continuação uma da outra, acompanham todo o comprimento do Centro, de maneira paralela à Av. Mauá. Seu fluxo viário, todavia, é o oposto dessa, cumprindo uma função contrária de escoamento do tráfego. Se as duas primeiras levam em direção à Zona Norte, a outra leva à Zona Sul. Uma questão interessante de se diferenciar entre a via que forma o circuito geral e esta é que sua circulação parece ser mais equilibrada entre os modos de transporte, além de haver maior circulação entre os prédios ao longo da rua, que apresenta edifícios governamentais, como a grande sede dos Correios, restaurantes e cafés, enquanto a Mauá, tal qual dito anteriormente, possui um uso muito mais restrito, pela concentração de estacionamentos, e, especialmente, através de seu fluxo circundante. Uma característica importante do eixo Siqueira/Júlio de Castilhos é que ele passa pelas duas mais importantes placas giratórias da ambiência, ou são as placas atravessadas pelo eixo. Assim, as características que contextualizam as situações são indissociáveis, formam-se recíproca e continuamente, se criam e se reforçam, as placas e os eixos, até que uma energia distinta rompa-os e recrie o sistema, parcialmente ou em sua totalidade.

Na mesma orientação, e com a mesma peculiaridade de extensão, “de um extremo ao outro”, está a Rua dos Andradas, que, por sua complexidade, terá destaque para suas

ambiências em tópico separado. Por enquanto, vale dizer que a questão mais importante, para se entender esta rua como integrante dos principais fluxos do Centro, está ligada aos seus três segmentos distintos. Em sentido Leste/Oeste - da Usina do Gasômetro para a Rodoviária - a Andradas começa como uma via de acesso para automóveis, mas quando ela chega à Praça da Alfândega torna-se exclusiva de pedestres, e assim continua até a esquina da Rua Marechal Floriano Peixoto, onde está preservado o pavimento original, paralelepípedos ondulados em cores brancas e pretas, restringindo-se, por isso, a circulação de lotações e táxis até o seu fim, na subida da Rua da Praia – denominada assim, em sua origem, porque era uma das margens do Guaíba –, que se junta à Rua Duque de Caxias na altura da Praça Dom Feliciano, a partir de onde já se está na Av. Independência. Assim, é tanto o comprimento quanto as múltiplas ambiências que conferem à Rua dos Andradas sua funcionalidade conectiva.

Entre os dois últimos eixos abordados, perpendicularmente, está a Av. Sete de Setembro, que possui a mesma extensão que a Rua Siqueira Campos - mas de fluxo contrário -, e a mesma característica “peatonal” da Andradas. De certa maneira, pode-se afirmar que a Av. Sete de Setembro possui um aspecto de “subeixos”, importante na medida em que complementa seus vizinhos, mas que não possui tanta força por si só.

Prosseguindo pelas vias de extremos, têm-se a Rua Riachuelo. Sua posição geometricamente central é um suporte considerável para quem está de carro, especialmente. Através dela é possível acessar pequenas ruas perpendiculares, atravessar a Av. Borges de Medeiros, contornar a Praça da Matriz retornando para Rua Duque de Caxias, chegar até a Usina do Gasômetro. Além disso, a Rua Riachuelo possui uma característica marcadamente mais residencial e outra mais comercial (usos que se dividem, não coincidentemente, a partir do eixo dorsal), prestando-se a conexões distintas em função do objetivo de quem circula por ela. Por último, possui uma posição estratégica para acessar, além da Praça da Matriz, a Praça da Alfândega e a Rua dos Andradas, porque é paralela a esta. A Rua Riachuelo abriga várias construções históricas, desde sobrados até a antiga Confeitaria Rocco, além de cruzar por pontos importantes, como o Viaduto Otávio Rocha, a Biblioteca Pública do Estado, os fundos do Teatro São Pedro, do Palácio de Justiça e do Instituto de Arquitetos do Brasil - antigo solar do Conde de Porto Alegre. Cabe destacar, ainda, o Bar do Paulista, que na verdade é gaúcho, um importante ponto de encontro aos Domingos, sede de um vasto samba de rua.

Com exceção dos eixos dorsais e da João Pessoa, o primeiro fluxo interno/externo abordado, até agora todos estão dispostos em orientação Leste/Oeste, ou seja, Usina do Gasômetro/Rodoviária. Em termos de locomoção dos pedestres, ou das bicicletas, é inegável que seus movimentos tendem a evitar os desníveis das vertentes, mais especificamente suas

subidas. Além disso, a disposição dos terminais de ônibus prioriza as áreas planas, como o entorno do Mercado e abaixo do Camelódromo.

Uma peculiaridade do bairro Centro é que ele possui, como já destacado, um importante limite nos seus extremos O/N, que é o Rio Guaíba. Assim, se pode somente ir até certo ponto, a partir do qual a única possibilidade é retornar, através do circuito estabelecido também previamente. Isso implica que as vias externas de acesso só possam provir dos extremos opostos ao corpo d'água, além de que todas, quando ingressam no bairro, desembocam em vias L/O, com exceção das avenidas Borges de Medeiros e João Pessoa, mas que se tornam a Rua Salgado Filho, enquadrando-se na mesma tendência. Todavia, existem também fluxos importantes para e a partir da crista, inclusive atravessando-a, no sentido Av. Mauá/Loureiro da Silva, portanto em orientação Norte/Sul. Como já mencionado, a Rua Marechal Floriano Peixoto é um deles.

A primeira coisa a ser dita é sobre sua relação direta com diversos fluxos e placas giratórias pertinentes nesta análise. Partindo-se da Av. Mauá, e acompanhando o sentido do tráfego, esta rua começa na Av. Júlio de Castilhos e vai até a Praça General Daltro Filho, passando pela placa giratória central, R. dos Andradas, Av. Salgado Filho, R. Riachuelo, R. Duque de Caxias e R. Fernando Machado, alcançando, literalmente por fim, a R. Demétrio Ribeiro. Não fosse pelas duas quadras compreendidas entre a Salgado Filho e a Andradas, esse eixo teria todo o sentido da via direcionado para “fora” do Centro. Entretanto, tal não diminui sua capacidade ou importância dentro das conexões internas/externas do bairro, demonstrado por ser um eixo que corta diversos outros eixos importantes. Especialmente no diâmetro adjacente à Praça XV de Novembro, as vias são tomadas por pedestres, tal qual acontece na Rua Voluntários, com os automóveis tendo que diminuir sua velocidade, aguardando que se abra o mar de pessoas à frente. A antiga Galeria do Rosário é um forte ponto de atração do local, bem como a Rua Otávio Rocha, que faz a “ponte” entre a placa giratória central e a placa periférica homônima, e da qual se segue a Rua José Montauray, com suas casas antigas, tornadas lojas. Especialmente por seus entrecruzamentos, a Rua Marechal Floriano apresenta-se como uma artéria na circulação do bairro. Além da característica da oferta comercial em geral, a última quadra, antes do entroncamento com a R. Demétrio, é conhecida como “Rua dos antiquários”, ocupada por tais lojas especializadas, sendo que aos domingos esse trecho fica bloqueado para o acesso de automóveis, criando uma pequena quadra temporariamente exclusiva para quem está a pé, de passos lentos e atentos, como as largas histórias contadas através dos objetos expostos.

Já reiterado mais de uma vez, o terreno do Centro propicia mais os movimentos que

acompanham as curvas de nível do que os que às trespassam. Tendo-se, sempre em mente, que o principal ponto de observação para essa afirmação parte de um corpo que se desloca por si mesmo, dependendo de sua própria tração. Tal situação leva à economia dos movimentos. Por isso é que, em sentido N/S, os deslocamentos são mais precisos, por assim dizer, ocupam-se de pequenos trechos das ruas, dificilmente os eixos são cruzados na sua totalidade, a não ser que estritamente necessário. Muitas vezes, o ônibus torna-se uma opção, mesmo que para uma distância curta, quando as pernas já não respondem com fôlego à necessidade.

A Rua General Bento Martins, por exemplo, possui uma íngreme subida na sua face para o Guaíba, a partir da esquina com a Rua dos Andradas, onde se localiza a Junta Militar – local familiar a todos aqueles e aquelas que um dia tiveram que se apresentar para “jurar bandeira”. Ainda que uma importante via para carros, pedestres são raros, e ascendentes ainda mais. O mesmo acontece na esquina da Rua General Câmara, também com a Rua dos Andradas, pois a ocupação mais densa se dá no trecho compreendido daí até a Rua Andrade Neves – localidade de um dos mais antigos bares do Centro, o Odeon, no piso térreo do histórico Clube



Figura 6: Escadaria João Manoel, vista de cima. (Acervo pessoal)

Espanhol. Também a Rua Marechal Floriano “respeita” a mesma tendência. Assim como as ruas Sr. dos Passos e Dr. Flores, que concentram a maioria de seus passantes próximos ao Camelódromo e a placa periférica Otávio Rocha.

Um último, e breve, comentário sobre a Rua General João Manoel, antes de dar um basta definitivo ao tópico. Esta rua liga

a já reiterada Mauá com a, também comentada, Fernando Machado, o que faz com que ela passe somente por eixos retratados aqui, algo que deve ser minimamente levado em conta na razão de trazê-la à luz. Todavia, o que mais merece destaque, por seu aspecto singular e peculiaridade de acesso, é a escadaria construída no último trecho, logo após a João Manuel cruzar a Duque, o que faz com que, para os automóveis, ela se torne sem saída (Figura 6 e 7), mas uma agradável senda para os caminhantes. Essa situação é tão única no Centro que se configura uma ambiência própria, de um silêncio meditativo e uma calma revigorante. Infelizmente, talvez porque

escondida, poucas pessoas lhe fazem uso ou mesmo a conhecem.



Figura 7: Escadaria João Manoel, vista de baixo. (Acervo pessoal)

Admite-se que houve grande dificuldade objetiva em delimitar quais seriam as vias de maior importância para o fluxo externo e, especialmente, interno do Centro. Assim, foi preferível pecar pela possibilidade de acréscimo frente a abundância desenfreada, com o risco de delimitar tantos fluxos que os tornaria supérfluos. Espera-se ter apresentado, através das atribuições discutidas, o caráter indiscutível das vias tratadas aqui como eixos de conexão.

Enfim, antes de finalizar estes tópicos, sobre o que se considerou como eixos dorsais, o circuito e os principais acessos externos e internos do bairro/ambiência estudado, é válido destacar o quanto se repetiram, e às vezes se sobrepuseram, as ruas mencionadas, especialmente levando-se em conta suas extensões depois que trocam de nome. A R. Duque de Caxias cruza com a Av. Borges de Medeiros, que é atravessada pela Av. Loureiro da Silva, que começa na Av. João Pessoa, que se torna Av. Salgado Filho, que logo adiante será a Av. Borges de Medeiros. A Av. João Pessoa também cruza com o viaduto da R. Duque, que duas quadras adiante será Av. Independência, por onde passa a Rua da Conceição, que desembocará na Av. Mauá, que chegará até a R. João Goulart, um curto trecho antes de começar a Av. Loureiro da Silva.

Os entrecruzamentos formados pelos vários eixos citados reforça e reitera as análises apresentadas.

PLACAS GIRATÓRIAS

O situacionista, em uma determinada área de pesquisa psicogeográfica, procura, dentre outras coisas, possíveis placas giratórias. Ela é um dos elementos centrais da pesquisa, conjuntamente com os fluxos/eixos e com as ambiências. Nesse sentido, tanto a placa giratória é uma ferramenta de análise para a regionalização psicogeográfica quanto ela é uma realidade empírica, o que compõe a duplicidade em se demarcar qualquer região que seja. Ela não pode existir nem como um recorte à espera de efetuação, o que implicaria assumir que a região é um sujeito, porque espera e existe em princípio, nem somente como intencionalidade do pesquisador, implicando que qualquer regionalização é aceitável, simples fruto de um esforço teórico, permitindo demarcar qualquer coisa em qualquer local. É preciso um fato externo, presente na superfície terrestre, e um fato teórico, presente na ação de quem grafa.²¹

Portanto, a questão fica colocada aqui na tentativa de esclarecer que a placa giratória não existe por si só, é fruto dos objetivos e da escala em que se dá a pesquisa psicogeográfica. Além disso, podem haver discordâncias quanto ao que foi delineado, mas isso é parte de todo o trabalho, um risco assumido desde a primeira página. O que é esperado aloca-se no âmbito da coerência, de que a concepção de placa giratória esteja de acordo com o que foi representado, e que elas façam sentido entre si. O mesmo é válido para a delimitação da ambiência geral e das ambiências que a compõe.

PLACA GIRATÓRIA CENTRAL

A placa giratória central do bairro Centro Histórico de Porto Alegre é formada por dois locais, que em conjunto possibilitam sua existência, ao passo que cada um desses locais pode ser visto como uma placa menor. A primeira é o Largo Glênio Peres, situado, no sentido Norte/Sul, entre o Mercado Público e a Praça XV de Novembro, e em sentido Leste/Oeste entre a Praça Parobé e a Praça Montevideu. Há pulsante fluidez no Largo. Concentram-se terminais de ônibus e lotação (bem como pontos espalhados pelo entorno), a agitada vida comercial do Mercado Público, o atendimento de baixo custo dos quiosques que circundam o Chalé da Praça XV, exigindo um poder aquisitivo consideravelmente mais alto. A pequena Rua José Montauray, aludida na parte sobre a Rua Marechal Floriano, é igualmente importante para a composição desta placa, fato que se confirma pela atual remodelação da via, que sempre foi estritamente para pedestres, mas passará a ter trânsito de automóveis. Nas passagens aceleradas do dia-a-

²¹ Para uma discussão mais detalhada e histórica sobre o assunto ver Haesbaert (2010). Para um primeiro contato é possível, também, ver a resenha do presente autor (LIMA, 2014, p. 585-92).

dia, suas antigas casas passam despercebidas, com o interesse sendo maior pelos serviços que estas abrigam do que por sua fachada (Figura 8).

A Praça Montevideú, com seu chafariz central e circular, onde está localizado o marco-zero da cidade, cumpre igual função. Esta segunda placa, por sua vez, fica em frente (ao Sul) ao Paço Municipal, situado entre as ruas Uruguay e Borges de Medeiros. Logo a uma quadra de distância, à Oeste, encontra-se a área que agrega a Praça da Alfândega - entre a Rua dos Andradas e a Rua Siqueira



Figura 8. Rua José Montauray (Acervo pessoal)

Campos - e que é, em metros quadrados, muito maior que ambas as anteriores, mesmo que somadas. Isso, todavia, não lhe alça à condição de superior importância enquanto forças centrípeta e centrífuga, pois, mais do que desviar os passantes, se apresenta como ponto de parada e permanência - atributos, por excelência, de uma praça. Esta placa serve como uma vereda para os terminais da Rua Uruguay, para a própria Praça da Alfândega e para o Largo, vindo-se do Gasômetro. Poder-se-ia decorrer, inclusive, para o papel político exercido por estas duas áreas principais, ao agregarem diversas manifestações dos mais diversos movimentos sociais presentes na cidade, desde piquetes, comícios e concentrações para passeatas até festas em defesa da ocupação de espaços públicos. Tal será posteriormente salientado.

As placas giratórias, partindo de seu sentido literal, são circulares, como nos trilhos do trem. Mas seu diâmetro sempre será tênue e impreciso. Seria mais fácil, talvez, delimitá-las de maneira retilínea, através das ruas ou dos limites dos largos e praças, mas aí a metáfora perderia um pouco de sua força sugestiva. A abstração, para os situacionistas, sempre foi mais importante que a precisão topográfica. Assim, as praças abordadas são pontos de referência, mas não encerram as dispersões em si mesmas. A descrição da ambiência do Glênio Peres e seu entorno ajudará nessa visualização.

Curiosamente, sem intenção explícita, nem com os mesmos argumentos e caracterizações, faz-se consonância à Khatib (2003 [1958]), quando ele atribui à área do

Mercado Central e da Bolsa do Comércio a função de principal placa giratória do bairro de Les Halles - também uma placa formada por duas áreas diferentes, mas conjuntas. Há uma reincidência significativa nisso, ao evidenciar esses “tipos” de área - públicas, abertas e amplas - enquanto importantes nodosidades, convergindo passantes de diversas direções e, simultaneamente, dispersando-os em várias outras a partir da chegada até ele.

Pensar o desenvolvimento urbano através das placas giratórias é uma maneira de atentar ao que lhe é peculiar, para que se possa produzir este espaço consoante com sua função cotidiana, preservando e melhorando suas características mais fundamentais, como a facilidade de trânsito.

PLACAS GIRATÓRIAS PERIFÉRICAS

Não somente de um ponto pivotante vive uma ambiência, pois uma determinada área pode nem mesmo ter um local que cumpra tal função. É bem verdade, por outro lado, que uma única área pode apresentar uma multiplicidade de placas giratórias. Este é o caso do Centro. Ainda que não haja nenhuma placa equivalente à central, existem outras menores que merecem alguns comentários.

Talvez seja uma coincidência, talvez seja uma peculiaridade do bairro, não se saberia dizer, mas a verdade é que as placas giratórias periféricas são todas praças, duas mais imponentes, outras três mais diminutas e a última um mosaico de quatro (ou cinco) praças localizadas em quatro esquinas opostas. Antes de continuar, ressalta-se que periféricas aqui não



Figura 9: Praça da Alfândega. (Acervo pessoal)

concerne a sua localização propriamente periférica no bairro, mas no sentido de que estão todas em torno da placa central. As descrições de ambiência, bem como as características e peculiaridades de cada uma, serão abordadas em tópico específico, se necessário.

Começando pela fisicamente maior e mais importante placa periférica, a Praça da

Alfândega (Figura 9). Esta praça é um ponto intermediário de distância entre o Largo Glênio Peres e a Usina do Gasômetro, convergindo passantes advindos dos dois lados da Rua dos Andradas, que demarca uma de suas faces. Seu outro extremo é delimitado pela Siqueira Campos, um dos fluxos



Figura 10: Praça da Matriz. (Acervo pessoal)

acima abordados. Entre estas duas, cruzando o centro da praça, passa a Rua Sete de Setembro, que nesse trecho interno se torna somente de pedestres. É muito comum observar os inúmeros caminhantes que se utilizam da praça para atravessar de uma destas ruas à outra. Alinhado com o monumento central, está o portão principal para os armazéns do Cais Mauá. Seu cotidiano particular, de bancas de artesanato, cafés e prédios culturais e governamentais, reforça seu papel centrípeto.

Seguindo a predominância dos tamanhos, está a Praça da Matriz (Figura 10) – ou oficialmente Marechal Deodoro da Fonseca, que é delimitada pela Rua Duque de Caxias, perpendicularmente com a Rua Espírito Santo, e paralelamente com a Rua Jerônimo Coelho,



Figura 11: Praça Otávio Rocha. (Acervo pessoal)

que faz o contorno por ela, formando uma rua em L, conectando-se com a Duque, novamente, no vértice oposto à Igreja. Sua localização propicia o acesso à Duque de Caxias a partir da Riachuelo, da Jerônimo e da Gen. Câmara, bem como a possibilidade de descer em direção ao rio, sendo, portanto, um importante local de transposição entre “as duas

vertentes do Centro”. A Matriz apresenta uma destacável força centrípeta que, tal como a placa anterior, relaciona-se às importantes edificações política, cultural e religiosa que orbitam seu entorno.

De aspecto triangular, a Praça Otávio Rocha é pequena, e comporta uma única construção, onde funciona um bar muito simpático, que lhe ocupa praticamente por inteira. Sua forma é inclinada entre os pontos do triângulo, cada um em uma altura das avenidas que a limitam, o que confere a ela um aspecto bastante peculiar e interessante de ser contemplado (Figura 11). Sua função giratória está relacionada à ligação entre as Avenidas. Otávio Rocha e Alberto Bins e a Rua Sr. dos Passos. Inclusive sua origem remete à criação de uma conexão entre as duas primeiras ruas. A primeira, de nome homônimo à placa, é uma via bastante movimentada, com chão de paralelepípedo e canteiro central com uma sequência de floriculturas, sediadas em pequenas “casinhas” de ferro. Esta rua é outro exemplo em que os pedestres tomam conta do espaço destinado, teoricamente, aos carros. Enfim, a própria forma da praça denota uma função dispersiva dos passantes, como se cada ponta fosse, ao mesmo tempo, uma seta indicativa de um caminho possível e de uma encruzilhada.



Figura 12: Praça Daltro Filho. (Acervo pessoal)

A Praça General Daltro Filho (Figura 12), comentada no tópico referente aos eixos, também possui uma forma triangular, mas diferente da Praça Otávio Rocha. Ela está em uma área completamente plana, porque localizada no início da subida da Borges - para quem está entrando no Centro. Concentrando um ponto de taxis e área de estacionamento nas outras duas faces, esta placa também apresenta diversos bancos e um diminuto parque para crianças, servindo igualmente de passagem e de paragem. Além do fato importante de que a Praça Daltro Filho é delimitada pelos eixos salientados, há paradas de ônibus próximas a ela, o que contribui para o intenso fluxo. Nos últimos anos, o Tutti, bar antes sediado na Escadaria da Borges, costumava agregar aí uma intensa vida noturna às terças-feiras, até seu fechamento no final do ano de 2013.

A pequena Praça Oswaldo Cruz (Figura 13), por seu piso concretado, sem grama, escassamente arborizada e altamente ruidosa, praticamente não pode ser chamada de praça, pelo menos a partir do imaginário comum. As ruas que delimitam essa placa são a Pinto Bandeira, a Voluntários da Pátria, a Comendador Manoel Pereira e a Chaves Barcellos, que no trecho que ocupa a lateral Oeste da praça torna-se uma curta via de pedestres. Nesta praça, concentram-se diversas tendas comerciais, bem como a passagem de diversas linhas de ônibus e de pessoas que querem chegar a uma rua em sentido do Guaíba, bem como para o lado



Figura 13: Praça Oswaldo Cruz. (Acervo pessoal)

contrário. Além de que há um, sempre cheio, estacionamento de motocicletas em uma de suas laterais. Seu tamanho diminuto é uma ressalva para se pensar que a dimensão de uma placa giratória deve sempre ser pensada em termos relativos e não como uma ligação direta de seus metros quadrados. Enfim, esta praça é importante para a circulação local, mas tem pouca influência no movimento geral da ambiência, sendo uma espécie de “subplaca”.

Por último, o que se poderia denominar um complexo de praças (Figura 14). Nas quatro esquinas, que formam o cruzamento da Avenida João Pessoa com o Viaduto da Duque de Caxias, estão localizadas quatro praças diferentes. A Praça Raul Pila serve como um quintal para as duas torres de condomínios localizados na sua lateral, apresentando um desnível considerável, evidente nas diversas escadas que existem ao longo de seu inclinado comprimento. A Praça Argentina, igualmente “desnivelada”, é ponto de parada para muitas pessoas que esperam um horário de atendimento ou de visita no Complexo Hospitalar Santa Casa, ao mesmo tempo em que serve de passagem por ser circundada pelo final da Av. Osvaldo Aranha. Os hospitais que formam este complexo atendem pessoas dos mais variados municípios do Estado, sendo uma área de intensa movimentação de veículos e de pessoas, mesmo fora dos horários de pico. As duas últimas, a Praça Campos Sales e a Praça Conde de Porto Alegre (conhecida também por Praça do Portão, porque era onde estava o portão da antiga Vila de Porto de São Francisco dos Casais, destruído por um ato de ignorância não mais do que

cinquenta anos depois de sua construção)²², apresentam características bastante similares, sendo a segunda um pouco maior que a primeira, como um pequeno parque. As duas servem como eixo diagonal em vez de se fazer todo o contorno pela calçada: é mais fácil cortar caminho pelo meio das praças. Em ambas também estão localizados alguns bares, um deles, na Campos Sales, permanecendo aberto ao longo da madrugada. Portanto, igualmente às outras praças, possuem seus elementos de atração e permanência, assim como funcionalidade dispersiva dos transeuntes. Salienta-se, ainda, que exatamente em baixo do viaduto e, por conseguinte, entre as quatro praças, há dois pontos de parada de ônibus responsáveis por concentrar significativa circulação de pessoas ao longo da jornada de trabalho. Não se pode esquecer que este complexo



Figura 14: Praças Argentina (esq.) e Raul Pila (dir.). (Acervo pessoal)

situa-se precisamente no ponto onde a João Pessoa troca de nome para Salgado Filho. Poder-se-ia acrescentar, como uma quinta praça desse complexo, a Dom Feliciano, situada em uma das faces da Santa Casa, no entroncamento da Sr. dos Passos, Andradas e Duque/Independência. O complexo hospitalar, o Instituto de Artes da UFRGS,

os serviços oferecidos nos prédios comerciais que lhe circundam, as lancherias e os terminais de ônibus, todos lhe agitam, mas seu caráter de externalidade em relação ao Centro faz com que sua circulação gire mais em torno de si própria. Ainda assim, ela é, de fato, um ponto de passagem importante e quase inevitável para automóveis que ingressam no bairro.

O que une as placas giratórias periféricas aqui listadas não é somente o fato de serem praças, muito além disso. Tal qual a placa giratória central, todas estas áreas descritas são públicas, abertas e amplas – mesmo que esta última característica seja apenas em sentido relativo. Na Rua Voluntários da Pátria, por exemplo, mesmo o tamanho diminuto da Praça Osvaldo Cruz é uma quebra muito significativa frente a alta verticalização dos edifícios e a

²² Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?reg=15&p_secao=118 . Acessado entre Dezembro de 2014 e Janeiro de 2015.

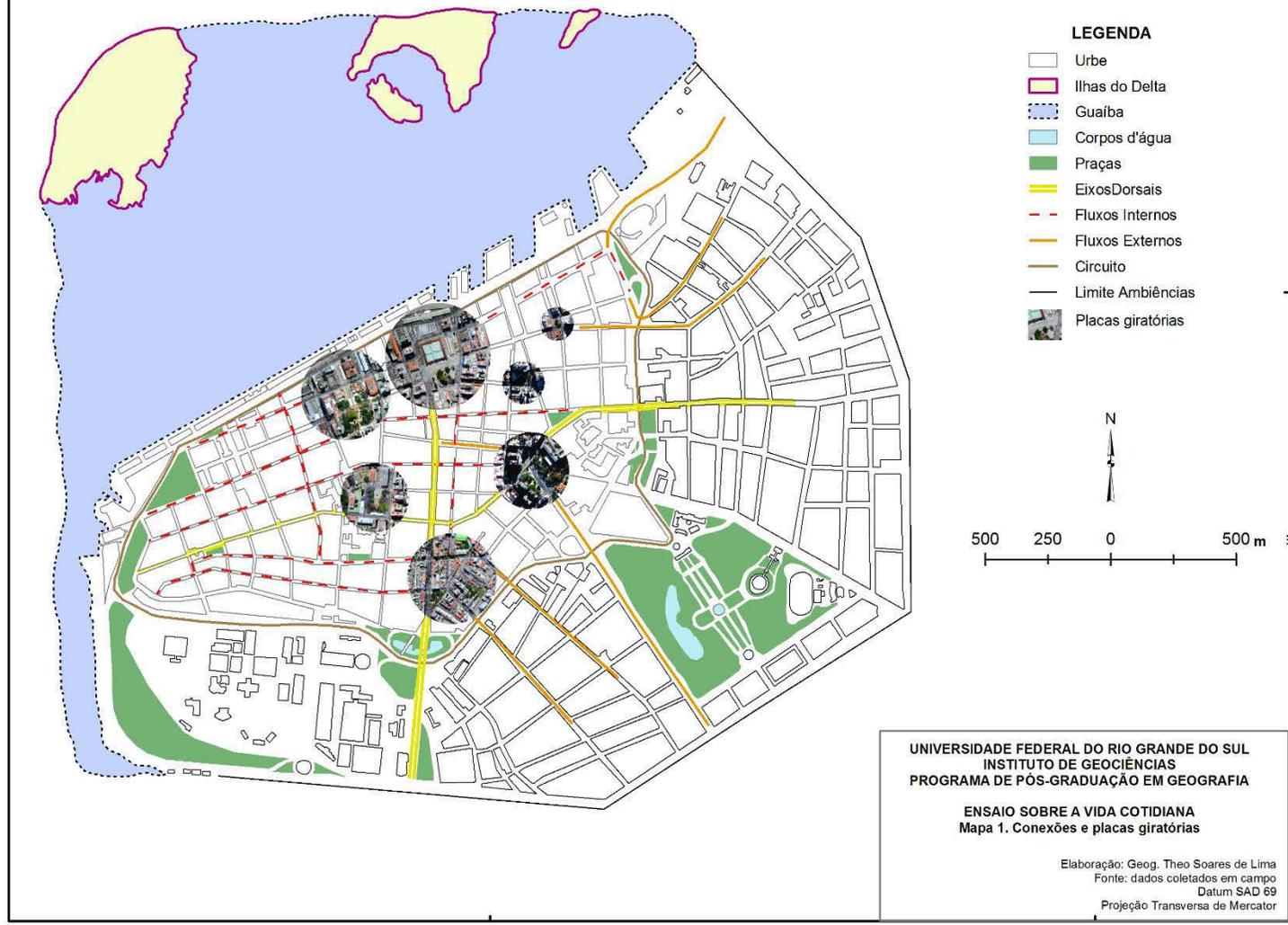
largura estreita da rua, especialmente para comportar o número de passantes. Assim, a amplitude da placa é inerente ao seu contexto, e não ao seu tamanho absoluto. Destaca-se, enfim, e mais uma vez, a importância de áreas com as características supracitadas em locais de circulação extremamente volumosa todos os dias. Suprimi-las seria contribuir para o atabalhoamento e o caos já tão presentes no Centro, além de destruir espaços propícios à pausa e ao descanso, algo tão importante enquanto todo o entorno grita estonteantemente.

Enfim, cabe salientar que existem pontos de cruzamento no Centro de Porto Alegre que são extremamente movimentados, importantes pela conexão e proximidades com placas e eixos, e que já foram indiretamente abordados, mas que não constituem exatamente uma placa giratória, como a “Esquina Democrática”, formada pelo encontro da Borges com a Voluntários. Este é um dos locais mais movimentados da cidade, por onde passam milhares de pessoas todos os dias, e que ficou famoso por abrigar diversas manifestações, desde grupos musicais até palanques. Em tempos de eleição é quase impossível atravessá-la, de tantas bandeiras e panfletos. Todavia, ela permanece muito mais como cruzamento, ou como palco de algum acontecimento, do que como área pivotante propriamente.

Cabe, brevemente, fazer alguns comentários cartográficos antes de passar ao próximo tópico, que também terá seu respectivo mapa.

Sobre as Ilhas do Delta, pode-se observar que elas estão entrecortadas, pois são maiores, e em maior número, do que aparecem na representação. Essa decisão foi tomada porque todo o conjunto das ilhas ocuparia uma área demasiadamente grande em relação as ambiências, prejudicando a escala possível para um mapa desse tamanho. O importante é demarcar sua presença, bem como o Rio Guaíba, que apresenta a borda pontilhada. Quanto aos eixos internos, eles aparecem predominantemente em sentido O/L, como reiterou-se várias vezes no texto, revelando a predominâncias dos deslocamento através das curvas de nível. Fica claro, igualmente, como os dois eixos dorsais dividem o Centro em quatro quadrantes cardinais. Outro apontamento visualmente marcante é a concentração das placas giratórias “fora” da área residencial, em especial no quadrante Sudoeste. Por último, os sentidos dos fluxos externos, e também dos eixos dorsais, demonstra o papel do Rio Guaíba como limite e barreira na circulação do bairro.

CONEXÕES E PLACAS GIRATÓRIAS DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE/RS



Mapa 1. Conexões e placas giratórias

AMBIÊNCIAS DO CENTRO

Existem pelo menos duas ambiências diárias no Centro, uma diurna e outra noturna. Isso, certamente, pode ser dito para qualquer local, pois nenhuma rua banhada pela claridade do Sol se apresenta da mesma maneira sob o breu da Lua. Na verdade, o que se quer chamar a atenção está mais diretamente conectado com as territorialidades. Se durante o dia são as instituições do Estado e os espaços comerciais que predominam nos deslocamentos direcionados ao bairro, de noite sua razão de ser é bastante distinta. Onde uma hora se vende toda sorte de bugigangas, na outra se vendem corpos, onde antes se consumia drogas legais, agora se consome as ilícitas. Uma rua ocupada por automóveis passa a ser entrada de uma boate. Enfim, todas essas mudanças de uso, de locais, de horários mostram que as ambiências estão sempre se refazendo. Cada momento é uma totalidade que está se transformando em outra, um processo sempre em construção. Entretanto não se teve o intuito de tentar fazer uma caracterização dessas passagens individualmente, mas buscar um conjunto que pudesse compor um quadro coerente. Por conseguinte, a seguir estão as ambiências que foram identificadas como mais significativas, por sua importância dentro da identidade de um bairro histórico, e até mesmo de uma referência de cidade. A proposta, destarte, não é apresentar o que foi importante nas derivas do pesquisador que lhes escreve, pelo contrário, buscou-se o comum, o corriqueiro, o que é partilhado em uma noção coletiva de Centro.

O LARGO GLÊNIO PERES E SEU ENTORNO

O Largo Glênio Peres é de especial interesse para o estudo psicogeográfico da área. Além de fazer parte essencial da placa giratória central, abordada acima, ele possui elementos bastante característicos do que se poderia chamar “uma ideia de Centro”. O Mercado Público oferece preços variados, desde restaurantes famosos e caros, como o Gambrinus, ou o clássico e mais antigo bar da cidade, o Naval, até os preços mais módicos das lancherias voltadas para a rua. Pode-se comprar especiarias na Banca do Holandês ou uma verdura comum nas diversas lojas de hortigranjeiros. A diversidade entre cafés, floriculturas, açougues, peixarias, livrarias e assim por diante, bem como das pessoas que fazem uso de tais serviços, é representativo para se comparar com a ambiência geral do bairro. É como se ele fosse uma espécie de “Centro em miniatura”, além de ser sua principal centralidade interna.²³ Ambos são uma mescla de serviços e de quem lhes faz uso, casos típicos do pluralismo pós-moderno: lócus de convívio entre

²³ No sentido atribuído por Serpa (2011, p. 97-108), entre lugar e centralidade.

temakis e pastéis, entre sobrados e arranha-céus, entre gravatas e chinelos.

Inaugurado ainda em 1869, o Mercado é pano de fundo de acontecimentos históricos da cidade, bem como ajudou a criar hábitos nos moradores porto-alegrenses, tornando-se, enfim, um consolidado ponto turístico e patrimônio de Porto Alegre. Sua estrutura aguentou uma enchente em 1941, razão pela qual existe hoje o Muro da Mauá, e quatro incêndios, o último durante o desenvolvimento desta dissertação, em 2013, fator que influenciou mais de uma vez as derivas ali realizadas. Portanto, para além de seu entorno “naturalmente” agitado, foi necessário conviver com tapumes e escavadeiras.



Figura 15: Largo Glênio Peres. (Acervo pessoal)

Obviamente, por acompanhar em grande parte a própria evolução do Município, o Mercado Público e o Largo Glênio Peres sofreram diversas reformulações, tanto estruturais quanto restaurativas. Originalmente apenas térreo e com telhados no perímetro, hoje o Mercado possui segundo andar e cobertura no pátio interno. Remontar aos primórdios desse local faz ver que ainda não existia o Cais do Porto, postando o Guaíba às margens das portas da edificação, como mostram fotos antigas, com diversos barcos atracados no entorno.²⁴ Por consequência, obviamente, tampouco existia a atual Praça Revolução Farroupilha, que na verdade é um largo com piso cimentado e que tem como funcionalidade ser uma área de acesso para diversas paradas de ônibus - com exceção da Mauá, todas as vias circundantes são sede de terminais -, para o Trensurb e o Catamarã, que são, respectivamente, o serviço de trem para a região metropolitana e o serviço de travessia do rio em direção ao município vizinho, de nome homônimo ao corpo d'água. Esta praça, seguramente, ajuda a compor a placa giratória central, e demonstra, inclusive, a longínqua herança das Ilhas do Delta do Jacuí como parte da ambiência geral do Centro, permanecendo enquanto tal até os dias de hoje, ainda que transformada.

²⁴ Um enorme acervo fotográfico dessas e outras rupturas da Porto Alegre antiga com a atual é possível de ser encontrado no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Rua João Alfredo, 582, Bairro Cidade Baixa.

A face do Mercado, oposta ao rio, era de chão batido, depois passando a ter paralelepípedos, trilhos do bonde e, finalmente, tornando-se o atual Largo Glênio Peres, ele próprio já tendo sido modificado. Originalmente com pavimento de basalto, hoje o Largo conta com um piso de concreto²⁵, advindo, posteriormente, a construção de um chafariz (Figura 15),



Figura 16: Abrigo do Chalé. (Acervo pessoal)

se é que tubos enterrados no subsolo podem ser assim nomeados. Com essa construção, sofreram um atentado os aspectos patrimonial/histórico do Largo, o uso popular e a função situacionista enquanto placa giratória, porque foram criados obstáculos onde antes não existiam. Para finalizar, foram construídos *decks* de madeira, através do patrocínio da Coca-Cola, que abrigam as mesas e cadeiras dos bares laterais do Mercado Público, virados para a rua. A altura das estruturas, considerando-se ainda os guarda-sóis, tapa praticamente metade da fachada da edificação. Todas as transformações de ambas as estruturas evidenciam e são resultados de disputas de

poder, entre o governo, iniciativa privada e a sociedade civil, sendo apenas mais um exemplo do Centro não somente como um espaço histórico, mas de luta e resistência.

Postando-se de costas para a face antes observada, está o Chalé da Praça XV, outra dentre as edificações mais antigas da cidade, datada de 1885. Depois de anos fechado, o Chalé passou por uma reforma, reabrindo suas portas como Restaurante Boccato. Não tão antigo, lhe circunda o Abrigo da Praça XV de Novembro, originalmente ligado à parada do bonde do qual somente restam os trilhos como testemunho (Figura 16), ele permanece cumprindo a mesma função, agora com outros meios de transporte à sua volta. Hoje conta, também, com uma delegacia de polícia. A discrepância entre arquiteturas, frequentadores, preços e refeições disponíveis entre estas duas edificações é colossal. Enquanto o primeiro serve pratos mais baratos, em torno de R\$ 20,00 (vinte reais), o segundo oferta sanduíches por menos de R\$ 5,00 (cinco reais). Se o primeiro possui controle de entrada, o segundo é aberto a quem quiser parar. Apenas alguns

²⁵ <http://www.correiodopovo.com.br/impresao.aspx?Noticia=147918>. Acessado em Novembro de 2014.

metros e uma pequena grade separam classes de renda e estórias de vida tão assimétricas que acabam por se constituírem mundos completamente distintos e inconciliáveis, ideia reforçada pelo fato de que algumas bancas permanecem abertas de madrugada, atendendo toda a sorte de andarilhos. O Chalé, por outro lado, fecha suas portas e grades com as “badaladas da meia-noite”.

A Rua José Montauray, referenciada anteriormente, faz parte do projeto inicial da área, pois o Largo Glênio Peres foi criado, também, com a ideia de integrar em um eixo visual os prédios históricos que estão ao seu redor, incluindo aí os sobrados coloniais desta rua, que há muito deixaram de ser residências, e a “porta dos fundos” da Galeria Chaves, cuja numeração está na Rua dos Andradas. Esta Galeria é uma das mais importantes e históricas da cidade, construída pelo mesmo idealizador do chafariz da Praça Montevideu, o arquiteto autodidata José Coronado, projetada para ser uma espécie de equivalente local da Galeria Pacífico em Buenos Aires, tornando-se, à época, um destacado ponto de encontro da “alta sociedade” porto-alegrense. A outra quadra da Rua José Montauray, situada no lado contrário da Av. Borges de Medeiros, é bastante diferente, com uma sequência de bares e restaurantes, desembocando no trecho peatonal da Rua Uruguay - uma completa antítese de si própria, que concentra no outro trecho uma dezena de terminais de ônibus, bem como o Centro de Integrado de Passagem. Os bares aí localizados, especialmente às Sextas-feiras - ainda mais com o horário de verão - são um ponto de encontro de diversas pessoas, que bebem de pé em frente aos estabelecimentos. É inegável que tal aglomeração seja propiciada pela exclusividade de pedestres.

O CAIS DA MAUÁ

Do outro lado da Praça Revolução Farroupilha, em oposição à ambiência anterior, está o Cais do Porto, de nome homônimo à rua. São diversos pavilhões que acompanham a via quase até a Usina do Gasômetro, divididos entre A1-A6 e B1-B3. Junto a eles, na altura do Pórtico Central, aquele localizado na altura da Av. Sepúlveda, na Alfândega, está o antigo edifício do Departamento Estadual de Porto, Rios e Canais, inaugurado em 1947, e hoje sede da Superintendência de Portos e Hidrovias. Todas essas construções formam um enorme complexo de bens tombados, bem como o Mercado e o Chalé da Praça XV. Historicamente ligado à função portuária, o Cais foi se transformando ao longo do tempo em uma referência cultural, sediando importantes eventos como a Bienal do Mercosul.

Como em qualquer cidade ribeirinha, a orla sempre será uma questão de debate permanente no desenvolvimento urbano. Se já existe uma estrutura, será colocado o apontamento sobre a necessidade de revitalização, de modernização, de viabilidade econômica

do projeto. Se não existe, a disputa se dará desde a folha em branco. O destino que deve ser dado para a margem do Guaíba se estende “de ponta a ponta”, com as especificidades de cada trecho que lhe dá forma. A parte correspondente ao Caís possui uma trajetória peculiar, originando problemas distintos, ainda que de certa maneira parecidos, como o Estaleiro Só ou a praia de Ipanema, na Zona Sul, e os pontos de saída de Porto Alegre, na Zona Norte.²⁶ Não há trecho que não seja objeto de conflito, com projetos e desejos distintos, de diferentes setores da sociedade, para diferentes partes da orla. Preservação histórica, viabilidade econômica, uso público e/ou privado. Enquanto na parte da Av. Mauá estão envolvidos os armazéns e sua reforma, na Usina do Gasômetro é abordada a possibilidade de dotar o local com mais equipamentos urbanos, aos quais as tendas, hoje presentes, teriam que “ceder o passo”.

O Cais Mauá, um dos trechos do setor portuário – junto com o Cais Navegantes e o Cais Marcílio Dias - que segue muitos metros para além da Rodoviária, hoje encaminha um



Figura 17: Acesso ao Catamarã. (Acervo pessoal)

embate que remonta há muitos anos, a questão da “revitalização” desse espaço, sua reforma e instalação de empreendimentos. Para a Copa do Mundo FIFA foi feita uma reforma na entrada central, onde passou a funcionar o Embarcadero, bar que deveria ser destinado somente para o mês do evento, mas que permaneceu funcionando devido à “aceitação dos frequentadores”. Todavia, esta

é uma questão diminuta frente à grande transformação que enfrentará a área. De acesso aberto ao público, que costumava passar as tardes e ver o pôr do sol entre livros, mates e bergamotas, o espaço em frente aos armazéns, bem como todas as outras partes do local, teve o ingresso restringido, para que as obras do “Cais Mauá do Brasil” pudessem ter andamento. Hoje apenas o corredor de passagem junto ao Catamarã (Figura 17) é de livre circulação, sendo que até mesmo eventos abertos, convocados por meio das redes sociais, como o Ocupa Cais Mauá,

²⁶ Notadamente se percebe as diferenças ao longo da Orla através das “Diretrizes Urbanísticas para a Orla do Guaíba”, produzido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que a dividiu em 19 setores, com características, diagnóstico. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=289>. Acesso entre Janeiro e Março de 2015.

começaram a acontecer fora dos muros. A ambiência com que se depara um passante é de desolação, a começar pelas guaritas nos portões, onde seguranças perguntam a razão da entrada, com uma resposta negativa a qualquer questão que não seja previamente acordada com “os responsáveis”. Ao menos em um futuro próximo, é com o sentimento de repulsão e de desconfiança que as tentativas de frequentar o Caís serão recebidas e, uma vez retomadas, já não terão muito em comum com seu passado, pelo que se evidencia no atual projeto licitado. Voltar-se-á para estas questões em momento subsequente, por dizerem respeito a processos de gentrificação, de privatização de espaços públicos, de enfraquecimento e impedimentos de forças populares. Nada mais, nada menos, do que exemplos fortes da reprodução espetacular-mercantil.

A RUA DOS ANDRADAS

Como já dito, generalizando, o horário de “funcionamento” do Centro é o comercial. A partir das 18h a grande maioria dos estabelecimentos, se ainda não fechou, está começando a fazê-lo. Todavia, para além de localizações isoladas, existe uma ambiência que ocupa várias quadras e que prolonga uma agitação para além de tal horário: a Rua dos Andradas, no trecho compreendido entre a Usina do Gasômetro e a Praça da Alfândega.

Esta parte da Rua dos Andradas – que antes da construção do aterro, onde hoje está o Cais, chamava-se Rua da Praia – é quase que inteiramente ocupada por bares e restaurantes. É praxe que muitos trabalhadores do bairro, e inclusive de fora dele, se encaminhem para estas quadras, a fim de celebrar o famoso *happy hour*, aquele alento pelo árduo dia de produções aceleradas, ou, nas palavras situacionistas, uma ramificação dentre os momentos de lazer, nada mais do que o tempo ocioso entre uma jornada de trabalho e a seguinte. Contribuem, para a atmosfera psíquica do local, as quadras densamente arborizadas e os postes de luz antigos, baixos, de



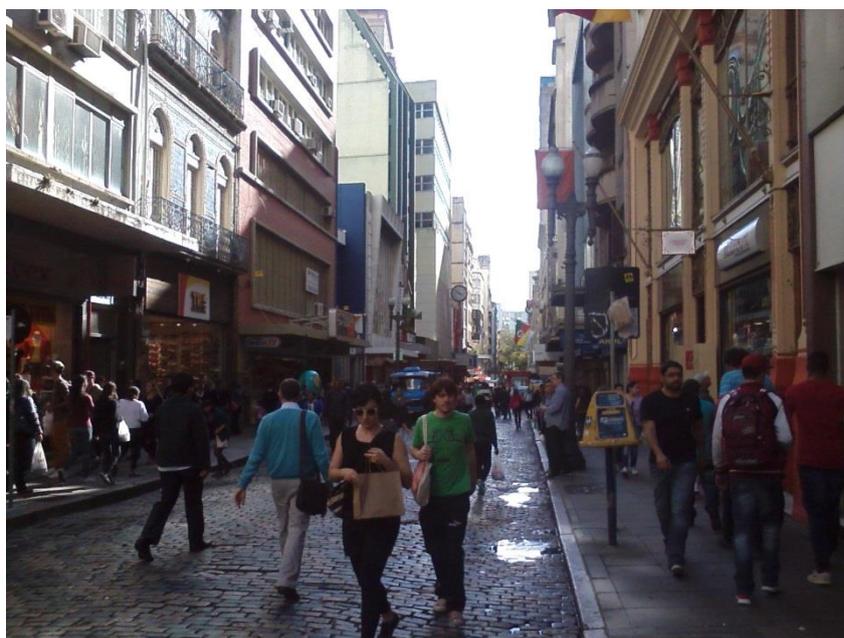
Figura 18: A Rua dos Andradas (1). (Acervo pessoal)

ferro, de bojos largos e pontudos (Figura 18). Entretanto, mesmo esta área encerra seu

expediente não mais tarde do que 0h. Uma das principais razões para tal são os alvarás de funcionamento, sob o argumento de que “os moradores precisam descansar, porque amanhã é mais um dia de trabalho”, como foi dito pessoalmente por um funcionário da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC).²⁷ Ainda assim, é difícil não associar esta questão burocrática ao fato de que continuar bebendo já no dia seguinte dá ares de imoralidade e vadiagem. Para seguir “noite adentro”, é preciso buscar alguns pontos isolados em outras partes do Centro.

Esta ambiência da Rua dos Andradas segue até a Praça da Alfândega. A partir daqui

a rua torna-se completamente diferente, como se fosse outra, porque se resume somente a pedestres: ao longo da lateral da praça, cruzando a Av. Borges de Medeiros, até alcançar a Rua Marechal Floriano, limite que sinaliza o reingresso dos automóveis. Embora o tipo de locomoção seja



exclusiva, o tipo de serviço

Figura 19: Rua dos Andradas (2). (Acervo pessoal)

muda de um extremo ao outro. Os bares dão lugar às mais diversas lojas, notadamente, às de roupas, celulares e óticas (Figuras 19).

A Rua dos Andradas é um bom exemplo para se discutir e entender as multiplicidades imbricadas em se trabalhar com a noção de ambiências, pois remete ao próprio mosaico do Centro: uma grande ambiência formada por ambiências menores, não necessariamente coesas em significado, mas limítrofes na totalidade da área abrangida, caso contrário, se poderia supor que existiriam espaços vazios, no vácuo. O que, ao mesmo tempo, não supõe que para se trabalhar através dessa noção seja necessário compor todas as partes, como um quebra-cabeça, que só faz sentido quando completo.

²⁷ Exemplos podem ser encontrados em diversas reportagens, como esta: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/smic-interdita-quatro-bares-na-cidade-baixa-em-porto-alegre.html>. Acessado em Setembro de 2014.

Existem outros relatos que merecem ser mencionados, porque consolidam essa rua como uma referência importante para a cidade, seja através de eventos cotidianos seja como pólo de atração turística e expressão do aspecto cultural já inerente ao bairro. No trecho compreendido da Praça Brigadeiro Sampaio até a Av. Borges de Medeiros, está localizada a grande maioria dos museus existentes no Centro. Nesta mesma área está a zona militar, especialmente no entroncamento com a Rua Padre Tomé, exatamente em frente à Igreja Nossa Senhora das Dores (Figura 20). A junção da rua de paralelepípedos, com a Igreja e sua enorme escadaria, mais as edificações militares de aspecto colonial formam uma ambiência singular dentro da própria Andradas. Aliás, a calmaria dentro da Igreja, mas mesmo nos degraus mais altos, é impressionante e revigorante. Também aí está situada a Casa de Cultura Mário Quintana (visível no lado esquerdo da Figura 18), anteriormente sede do Hotel Majestic, que correntemente apresenta sessões de cinema, teatro, palestras, enfim, atividades que extrapolam o expediente comercial padrão, contribuindo para o prolongamento da vida pública até horários mais tardios.



Figura 20: Igreja Nossa Senhora das Dores. (Acervo pessoal)

A PRAÇA DA ALFÂNDEGA

De seu destaque enquanto placa periférica para sua caracterização enquanto ambiência. A Praça da Alfândega remonta à origem da cidade e seus hábitos mais primevos. Demarcam-lhe a Av. Siqueira Campos, a Rua dos Andradas, em seu trecho de pedestres, e a Rua General Câmara. A vegetação nessa praça é bastante elevada, mas mesmo assim seus dosséis estão em uma competição injusta com as edificações que a circundam. Recentemente a Alfândega passou por um processo de recuperação, através da retomada de seu piso pedregoso, dos antigos bancos de ferro, das grades que delimitam os canteiros e da poda e corte de algumas árvores. Enquanto em um dos lados da praça - o da Rua dos Andradas - as construções são plenamente contíguas, sem vão entre si, criando uma barreira visual e atmosférica, o lado contrário é o enquadramento paisagístico do Pórtico Central do Cais Mauá, da Inspetoria da

Receita Federal e da Secretária da Fazenda, formado pela Av. Sepúlveda e seu canteiro de palmeiras (Figura 21). O curto horizonte de um lado é o profundo ponto de fuga de outro. Em seu entorno estão localizados os prédios históricos do Cine Imperial, do Clube do Comércio, do Santander Cultural, do Memorial do Rio Grande do Sul, do Museu de Artes do Rio Grande do Sul e da agência central do Banrisul, o banco do estado.

Em termos de cotidiano, ao longo de toda a semana se concentram barracas de artesanato, comércio ambulante e artistas de rua, como uma feira a céu aberto, sendo igualmente marcante os enfileirados estandes de engraxates. Característico em sua rotina, também, são os jogos de xadrez e, especialmente, de damas, que se dão nas mesas de pedra, com suas superfícies pintadas como tabuleiros. A Praça da Alfândega, entretanto, não é somente sede de sua própria rotina diária. Para além de diversos eventos dispersos ao longo do ano, é aqui que acontece, chegando à sua 50ª edição, a Feira do Livro de Porto Alegre, que ocupa todas suas veredas com enormes tendas e bancas de livros.

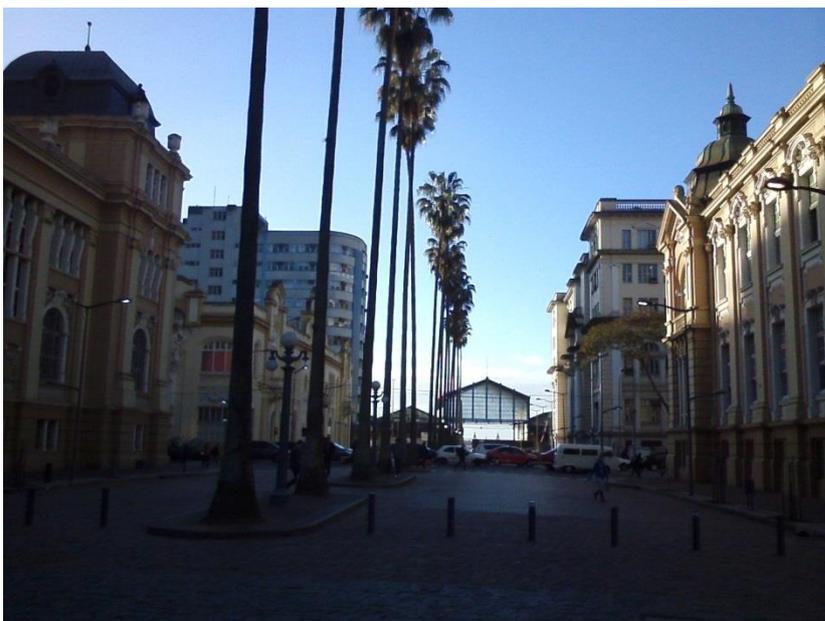


Figura 21: Av. Sepúlveda e Pórtico do Cais. (Acervo pessoal)

É interessante observar que, em sua origem, esta praça estava em completa simbiose com o Rio, sendo local de desembarque de mercadorias e de pessoas, propiciando a comercialização diretamente no local. Assim, não é coincidência que o Pórtico se localize exatamente em seu

alinhamento, e que permaneçam acontecendo feiras dentro do seu perímetro, ainda que os produtos tenham sido substituídos ao longo do tempo

Ao fim do tópico sobre os acessos inter e intra-ambiência salientou-se o fato de que existem cruzamentos importantes dentro do Centro, mas que não chegam a se caracterizar como placa giratória. A Alfândega apresenta um caso assim. Em parte a junção entre a R. dos Andradas e R. General Câmara, um dos vértices da praça, faz obviamente parte desta placa periférica, ao mesmo tempo em que sua peculiaridade merece destaque dentro dela. Denominado Paço dos Açorianos, este é um movimentado entroncamento que reúne todas as

características salientadas, além de se poder avistar a imponente cúpula da Igreja da Matriz, cujo encontro é repellido pela íngreme subida da Rua General Câmara, que concentra alguns bares em seu sopé, antes de se chegar na Rua General Andrade Neves, previa e brevemente comentada. Antigamente este Paço era, tal qual a Galeria Chaves, um local de encontro da “alta sociedade”, destacadamente depois das peças de teatros e das sessões de cinema.

Assim, esta praça é uma placa periférica, significativa por seus eixos de passagem, por sua imponência e por suas edificações históricas, prestando-se como local de descanso, encontros, jogatinas, compras e eventos. Olhá-la e pensá-la somente por uma destas perspectivas seria negligenciar sua multiplicidade, portanto, restringir a propulsão que dá forma e sentido à sua vida cotidiana.

A USINA DO GASÔMETRO

Originalmente responsável pela iluminação termelétrica da cidade, sua alta chaminé não expele fumaça há muitos anos. Decretado o fim do uso que lhe era destinada, a Usina foi objeto de debate: demolir um prédio já sem finalidade, ou mantê-lo como história da urbanização? O Mercado Público passou pelo mesmo intento, bem como os armazéns do Cais. Enfim, a questão é que a chaminé, bem como todo o prédio, permanece de pé até hoje, sendo um dos principais cartões-postais da cidade, referência tanto para visitantes quanto dentro do cotidiano da cidade, em especial aos Domingos, quando os estacionamentos e ruas do entorno chegam à sua capacidade máxima, as tendas, dispostas em alinhamento paralelo ao rio, não possuem cadeiras livres e a orla é tomada por uma diversidade enorme de pessoas. Diferentemente da Mauá, este é um ponto do Centro que propicia enxergar as ilhas do Delta, mais especificamente a Ilha da Pintada e a das Balseiras, como um refúgio de encontro com o horizonte.

Atualmente, no interior do prédio funcionam amostras de cinema e exposições de fotos, esculturas, pinturas. Tornou-se, enfim, um grande centro cultural. Mas a ambiência da Usina ultrapassa ela mesma. Compõem lhe, primeiro e mais significativamente, o Rio Guaíba, que lhe banha e, em grande parte, lhe dá sentido e movimento, atraindo a população até aí pelo lugar estratégico em relação a ele, conjuntamente com as tendas de comidas e bebidas perfiladas em sua frente. Secundariamente, mas também extremamente importante, está a Praça Júlio Mesquita - a popular Praça do Aeromóvel – e a rua que lhe circunda, a Washington Luis, onde se situa o Bar do Paulista, mencionado anteriormente, bem como outros dois, o Bar do Gasômetro e Bar do Aeromóvel – este último fruto de uma separação entre o casal que gerenciava o anterior - e mais um antigo e carismático sebo, o “Garagem dos Livros” –

intitulado assim porque seu ponto de vendas é, de fato, uma garagem. Ainda poderiam ser citados, pela proximidade de entorno, a Praça Brigadeiro Sampaio e o Museu do Trabalho.

Na maioria das vezes, quando é dito que se vai para a Usina do Gasômetro (Figura 22) na verdade o que se quer dizer é que se irá em direção a ela para usufruir do espaço que a circunda, e não propriamente que se vá adentrar no edifício. O nome designa mais a área que a construção.

Recentemente este trecho da orla começou a ser remodelada, com a construção de inúmeros instrumentos urbanos, aliando beleza cênica e “práticas saudáveis”. Uma faixa dupla, destinada para os mais diversos usos do corpo, parte da Usina, passa pelo Estádio Beira-Rio, sede dos jogos da Copa do Mundo, e chega até o Museu Iberê Camargo, totalizando um percurso que acompanha, por mais de dez quilômetros, a Av. Edvaldo Pereira Paiva, citada no circuito por seu acesso para Zona Sul. No trecho que circunda o Centro Administrativo foram edificadas quadras poliesportivas e os sempre



Figura 22: Usina do Gasômetro. (Acervo pessoal)

idênticos, porque pré-fabricados, complexos de equipamentos de ginástica, tudo sob o logo da Pepsi-Cola, que disputa com sua maior rival o patrocínio de diversos espaços da cidade.

Assim, os usos do atual Gasômetro são essencialmente de lazer, seja apenas para ficar ao sol e ver o colorido findar de dia sobre o rio, ou para ver alguma exposição na Usina. Tal ideia é reforçada pela análise do projeto de revitalização do Cais, que na sua área mais próxima ao Gasômetro talvez tenha uma praça suspensa. Por essas finalidades é que as ambiências do local são completamente distintas. Ao longo do dia uma área de passeio, concentrando maior número de pessoas quando chega o final de tarde, depois disso vai ficando praticamente vazia conforme se adentra a madrugada. O sentimento trazido pela noite é de afastamento, como se fosse uma necessidade evitá-lo. Não há ninguém ali porque é inseguro e é inseguro porque não há ninguém. Curiosamente, esta é uma afirmação que pode ser expandida como algo geral ao bairro. Todavia, quem se aventurar poderá perceber que as tendas que mais

cedo eram pontos de comércio, de noite servem de moradia para alguns de seus trabalhadores, inclusive esporadicamente abertas para funcionamento. Afora isso, alguns habitantes das ruas também fazem da Praça do Aeromóvel sua morada noturna.

A PRAÇA DA MATRIZ

Como comentada anteriormente, no tópico referente às placas giratórias, a Praça Marechal Deodoro é comumente chamada de Praça da Matriz, em função da enorme Catedral Metropolitana e sua marcante cúpula de bronze, localizada na esquina da Rua Espírito Santo, configurando uma espécie de piada pronta.

Sua origem remonta às condições topográficas, como ponto de controle estratégico das embarcações que chegavam ao Porto. Assim, ela apresenta um pequeno declive a partir da crista e em direção ao rio. Tal como a Alfândega, seus canteiros são cercados e estão distribuídos alguns bancos em frente a eles. Na face voltada para o famoso Teatro São Pedro, um antigo prédio colonial e ainda hoje sede de importantes espetáculos da cidade, como o Porto Alegre Em Cena, está um monumento dedicado a Júlio de Castilhos, um dos personagens da Revolução Federalista, de 1893-95, contendo diversas referências a aspectos republicanos. Ao lado do Teatro está o Palácio da Justiça, enquanto na face oposta está a Catedral, o Palácio Piratini – sede do governo estadual – e a antiga Provedoria da Real Fazenda. Nas “laterais” da praça está a Assembleia Legislativa e o Arquivo Público, e do outro o Palácio do Ministério Público. Assim, juntam-se diferentes referências políticas, culturais e religiosas, em diferentes estilos e épocas arquitetônicas. A própria praça é palco, desde sua origem até os dias de hoje, de inúmeros acontecimentos sociais, como a Campanha da Legalidade em 1961, no governo Brizola, ponto de concentração e partida de passeatas e sede de piquetes, além de durante alguns meses ter “abrigado” o Ocupa Praça da Matriz, um eco dos vários “Ocuppy” que surgiram ao redor do mundo, com epicentros em Madrid, na Praça Puerta del Sol, e em Nova Iorque, na Wall Street.²⁸

Além disso, também passaram por aí as Jornadas de Junho, manifestações que tomaram conta do Brasil em 2013. Nas suas proximidades, a não mais de uma quadra de distância, ainda poderiam ser mencionadas a Biblioteca Pública, referida na parte sobre a Riachuelo, o Museu Júlio de Castilhos e o Solar dos Câmara na Duque de Caxias, bem como o Viaduto da Borges. Tal qual a Praça do Aeromóvel, a Matriz é moradia para muitos que não possuem um teto, incluindo aí alguns artesãos sediados durante o dia na Alfândega. Em geral,

²⁸ Ver “Ocuppy” (HARVEY et al, 2012).

sua existência e dinâmica cotidianas, parecem estar mais ligadas aos prédios que lhe fazem vizinhança, e à função de passagem, em vez de ser ela em si o destino. Com uma sensível exceção, se considerados os vários adolescentes skatistas que a frequentam, transformando em pista a parte aplainada em volta do monumento central.

O VIADUTO OTÁVIO ROCHA

Considerando-se que os eixos dorsais são os mais importantes fluxos de destaque dentro da mobilidade do Centro, não há como não fazer menção à parte ao Viaduto Otávio Rocha, localizado exatamente no seu entroncamento e que leva o nome de seu idealizador. Enfim, a referência das escadarias está ligada à Borges – nome dado à avenida pelo governo responsável pela obra - porque é nesta rua que elas desembocam, mas é na Duque que está a passagem de nível, ou o viaduto propriamente dito.

São quatro escadas, duas para o lado Norte e duas para o Sul. Sua estrutura é de cimento armado, revestido com cirex (massa raspada com mica), mantendo sua cor acinzentada até hoje. Ao longo dos parapeitos estão dispostos pequenos postes de iluminação, de aspecto quase idêntico aos encontrados na Andradas, por exemplo. Sua luz amarelada dá ares bucólicos à noite, em tom de antiguidade, de outros tempos. O viaduto estende-se em forma de arcos, que vão diminuindo proporcionalmente conforme a altura. Acompanhando seu desenho estão lojas das mais diversas naturezas, passando de fotocópias a lojas de discos, de barbeiros a relojoeiros. Muitas vezes elas passam escondidas, mimetizadas na estrutura que lhes dá abrigo. Exatamente no “meio do caminho”, abaixo da Duque, estão duas estátuas que se erguem do chão ao teto, as quais se costuma passar de maneira indiferente. É raríssimo encontrar alguém que as observe. Ainda mais invisíveis são os moradores de rua que se refugiam em seus cantos, ao longo dos pilares, entre as portas das lojas. Pichações tomam conta de suas paredes, com os mais curiosos dizeres: alguns de protesto, outros cômicos, outros incompreensíveis.

Ao longo do dia, desde seu raiar, o viaduto é tomado por carros, ônibus e corpos a pé. Sua extensão é toda de “área azul”, onde é necessário pagar parquímetro, para que o estacionamento seja rotativo, e em um de seus extremos, em direção ao Largo Glênio Peres, está um ponto de táxi. No mesmo sentido, na escadaria à esquerda está o antigo prédio do INSS, ocupado no Fórum Social Mundial de 2005 e hoje denominado Assentamento Utopia e Luta, uma icônica referência de resistência, de disputa territorial, de luta por moradia, de uma nova forma de sociabilidade. No lado oposto está o Armazém Porto Alegre, onde antes se situava o Tutti, conhecido como bar dos cartunistas – porque se tornou ponto de encontro de vários artistas da cidade. Esse último tomou uma dimensão incrível no final dos anos 2000, onde todas

as terças-feiras se reuniam pessoas que lotavam as quatro escadarias e cortavam a passagem da Duque. Obviamente chegou o momento em que o bar foi despejado, mudando-se para as adjacências da Praça Dalto Filho, como já comentado na parte sobre a mesma. Um exemplo que mostra a importância do Viaduto é o fato de ele ter sido, ao mesmo tempo, rota das manifestações em Junho de 2013, e trecho do Caminho do Gol em Julho de 2014. Enquanto uns indignavam-se com a Copa, outros a celebravam. Goste-se ou não, é através dessas múltiplas intencionalidades que se faz e se disputa uma cidade.

O ALTO DA BRONZE

Vindo-se desde o sopé da colina, na Washington Luis, a Duque é uma constante subida até a Praça da Matriz, quando o plano da crista alivia o peso das pernas. Algumas quadras antes, todavia, está uma ambiência bastante característica dessa rua, do Centro e da própria cidade de Porto Alegre, porque relacionada à sua origem. Na música Ramilonga, Vitor Ramil²⁹ cita vários



Figura 23: Alto da Bronze. (Acervo pessoal)

locais, costumes e paisagens da cidade, dizendo, em determinado momento, que é do Alto da Bronze que vai ele para a Cidade Baixa, a mesma ideia descrita na ligação entre a Fernando Machado e a Demétrio, porque exatamente no retorno pela Rua Vasco Gama é que se dá esta ambiência. A origem do nome que permanece até hoje para designar a área tem referência popular, alusão a uma prostituta local, que teria um “ânus de bronze”³⁰. A pequena Praça General Osório compõe a bonita arborização da Fernando Machado e da Duque, além de contribuir com os ares de calmaria dessa marcada área residencial (Figura 23). Sobretudo fora dos horários de pico é uma ótima opção para se dar uma pausa da agitação intensa do bairro. A pequena estrutura colonial, que ocupa o centro da praça, foi reformada, sede de uma escola infantil. Ela comporta, também, uma quadra de futebol, para onde escapam alguns alunos que querem “matar aula” ou que já terminaram seu turno e aproveitam para passar a tarde na rua. O

²⁹ CD “Ramilonga – A estética do frio”. Vitor Ramil, 1997.

³⁰ Ver http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?reg=17&p_secao=118. Acesso em Janeiro de 2015.

bonito e antigo colégio Ernesto Dorneles, com suas grossas colunas na fachada, está a apenas uma quadra de distância.

A ambiência do Alto da Bronze é especialmente merecedora de nota por seu aspecto de antítese da idéia geral de Centro, como as calçadas bem arborizadas, o cotidiano residencial, o som dos pássaros. Apesar de não atrair muita gente, nem se alçar à placa giratória, a Bronze é um importante ícone da história do bairro e de referencial de localização dentro dele.

A PRAÇA DOS AÇORIANOS E A PONTE DE PEDRA

À margem da ambiência central, na passagem da Borges com a Loureiro da Silva, está a Praça dos Açorianos, cujo nome remonta aos habitantes que fundaram a cidade de Porto Alegre. A passagem de nível que corta a praça por cima, exatamente no seu centro, foi construída para desencontrar os fluxos de automóveis, contudo, ela serve também como abrigo para vários moradores de rua. Acompanhando a Loureiro está um lago que ocupa quase todo o interior do perímetro, fazendo com que a locomoção e a ocupação da mesma seja de difícil realização. Em sentido L/O é preciso cruzar os semáforos da Borges. Em sentido N/S é preciso respeitar os limites do corpo d'água, a não ser pela possibilidade de se cruzar a Ponte de Pedra, bem tombado que agrega uma intensa força simbólica à ambiência. Usualmente é à ponte e não à praça que se faz referência para mencionar ou indicar o local.

Em razão dos obstáculos supracitados, a principal função da Praça dos Açorianos é demarcar a franja criada pela Av. Loureiro da Silva e a completa verticalização em sua face interna. É verdade que nos últimos anos a praça viveu um de seus momentos mais agitados, quando o, já mencionado, “bar dos cartunistas” saiu das Escadarias e aí se instalou. Contudo, em sua rotina comum, a circulação basicamente se restringe em circundar o lago, em direção à Cidade Baixa ou, ao contrário, para a Washington Luis, acompanhando-se, portanto, a parte voltada para o Centro e sempre em ligação com a Av. Borges de Medeiros e seus terminais de ônibus, além da placa periférica Daltro Filho, em situação adjacente. Denota-se porque a Ponte de Pedra (Figura 24), acabou sendo mais um marco da área, agregando alguns eventos de ocupação do espaço público, por exemplo, do que atendendo à sua funcionalidade pretendida. Cruzá-la dá certo sentimento de se ir “do nada a lugar nenhum”.



Figura 24: Ponte de Pedra e o Centro Administrativo (dir). (Acervo pessoal)

AS RAMIFICAÇÕES DO CENTRO, OU A AMBIÊNCIA EXPANDIDA

O bairro Centro Histórico de Porto Alegre, bem como qualquer outro local, não existe sem que haja adjacências, vizinhanças, (des)continuidades. O mundo não termina em um abismo.

O que há do outro lado, para além dos limites do mapa? Propor-se-á, grosso modo, quatro zonas de expansão da ambiência estudada, onde cada uma carrega características que existem no lócus de estudo “original”. A questão não é fazer o mesmo detalhamento desenvolvido até aqui, mas traçar algumas generalizações sobre o presente e apontamentos a serem corroborados, ou não, no futuro. Está aí um convite para novas derivas.

A primeira zona é a do Centro Administrativo, localizado do lado oposto à Praça dos Açorianos. Ela ocupa toda a área entre o Rio Guaíba e a Av. Borges, estendendo-se da Av. Loureiro até a Av. Ipiranga, no deságue do Arroio Dilúvio. Concentram-se, basicamente, edificações governamentais, como o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Planejamento do Estado. São arranha-céus que tomam conta do horizonte, que quanto mais novos, mais espelhados. Ao final de 2014 foram concluídas as construções mencionadas no tópico sobre os eixos dorsais. Todo esse conjunto arquitetônico dá uma sensação entre Puerto Madero e Wall Street, de uma aparência completamente modernista: espigões com amplos estacionamentos, circundados por largas avenidas de múltiplas faixas (Figura 25). A recente produção desse espaço representa, simultaneamente, a consolidação de dois projetos. Um deles é a expansão

do caráter administrativo, tornando o local cada vez mais monofuncional. A circulação ocorre mecanicamente, destinada a um fim somente, acessar um dos prédios que lhe dá forma, e as vias são apenas a maneira pela qual se chega ou se deixa o local. As fachadas dos prédios assumem seu sentido mais literal possível e a rua torna-se a antítese de si própria, pois os encontros se dão apesar dela. Esta é uma área que se realiza por seus interiores. A outra consolidação é da cidade através de uma urbanização tão criticada pelos situacionistas, não por seu desenho arquitetônico especificamente, mas pelo significado que ele encerra, afastando a política porque inverte sua força motriz, aos restringir o público à propriedade sob posse



Figura 25: Ambiência expandida (1). (Acervo pessoal)

estatal e os indivíduos a espectadores que financiam uma peça que não entendem.

A segunda zona é o bairro Cidade Baixa, que concentra os aspectos culturais e históricos do Centro, situando-se à Leste do Centro Administrativo, do outro lado da sua via limite. Vindo-se da primeira zona, a primeira avenida que se alcança, em orientação paralela a Borges, é a João Alfredo. Ela concentra, em praticamente toda sua extensão, uma série de sobrados coloniais, refuncionalizados como boates, para uns, ou casas noturnas para outros. Continuando-se na mesma direção se alcançará as ruas José do Patrocínio, Lima e Silva e, finalmente, João Pessoa. Todas elas mencionadas no tópico sobre os fluxos internos e externos da ambiência central. Corta, a todas elas, a Rua da República, que também concentra algumas edificações antigas, bem como um piso de paralelepípedos e os lampiões de “bojo pontudo”, dando-lhe uma aparência bastante similar a da Andradas. Seu cotidiano boêmio não poderia reforçar mais esta ambientação. Falando nisso, a maior parte do atual carnaval de rua de Porto Alegre se dá neste bairro, ao mesmo tempo em que hoje é um dos principais pontos de disputa da cidade, exatamente por essas características. Apesar dos aspectos históricos, também aqui há uma modernização em andamento, comprovada em especial pela recente construção de um espigão na Rua Lima e Silva, como um enclave na paisagem, uma discrepância desagradável ao olho que vem acompanhado as casas e os prédios de poucos andares.

A terceira zona, o bairro Bom Fim, passa pelo mesmo processo. Do outro lado da Redenção, em relação à Cidade Baixa, foi demolido o antigo Cinema Baltimore – característico

da época em que shoppings e exibições de filmes não era uma ideia tão simbiótica – para a edificação de um espigão idêntico aos previamente mencionados. Salvo alguns detalhes, todos reproduzem a si mesmos. Um pouco mais, um pouco menos, mas geralmente espelhados, com um andar para a recepção, seguido de outro destinado a estacionamento, mais largo que o prédio propriamente dito, postado acima e a partir daí. Outros bairros da cidade apresentam o mesmo panorama, inclusive mais intensamente, e através do mesmo “tipo” de edificações, como os bairros Moinhos de Vento e Bela Vista, de classe de renda média e alta. Em áreas como estas a modernização opera através da remodelação arquitetônica por ela mesma, ou seja, a modernização da aparência, sem que haja um cambio mais amplo de pessoas e/ou de usos. Em outros locais a modernização assume o aspecto da gentrificação. Em geral o Bom Fim é a expansão da ambiência por seu caráter especialmente residencial, com alguns “mercadinhos” de bairro e bares esparsos, em destaque o Bar Ocidente.

A quarta, última, e mais importante zona é a área da Rodoviária e seu entorno, em especial a Rua Voluntários da Pátria. Tal área é a que majoritariamente possibilita a expansão da ambiência estudada. Se a zona administrativa também se presta a continuar açambarcando o Centro, seu limite físico é menor do que esta última, e sua característica é previamente dada. A região para além da Conceição abre um leque

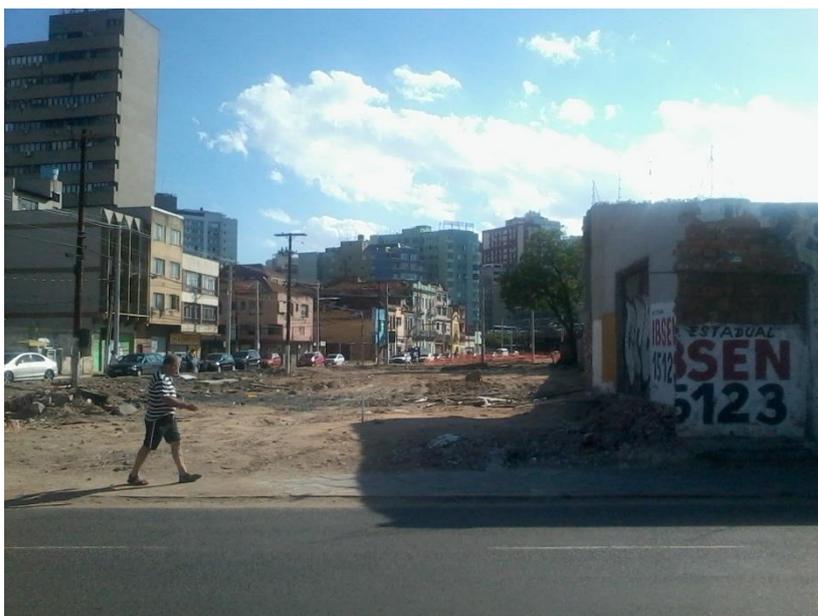


Figura 26: Ambiência expandida (2). (Acervo pessoal)

potencialmente mais amplo. Mesmo que o Estado esteja se expandido marcadamente para a primeira zona, nesta última já está presente, por exemplo, a Secretaria de Segurança Pública. Além disso, também ocorre hoje em dia a reformulação da Rodoviária, que, por onde foi implementada, não tem para aonde crescer a não ser para Rua Voluntários da Pátria (Figura 26). Em um prazo mais largo seguramente quem sofrerá os efeitos dessas “insuficiências físicas” será a diversidade que ocupa o local, ignorada reiteradamente todos os dias. Mas a ameaça não é somente por sua posição estratégica para a administração, a “fraqueza” da Farrapos e da Voluntários advém de que são degradadas e degradantes, aliando uma perspectiva urbanística e

moral, que reforça e estimula sua “revitalização”. Logo nas primeiras quadras, de quem vem do Centro, já se pode notar todas estas características.

Não é à toa que o Viaduto da Conceição se presta a ser uma via de acesso para diversas carroças de resíduos, empurradas por pessoas que se arriscam a competir com o tráfego motorizado e a enfrentar as elevações do terreno construído, até chegar aos galpões de reciclagem. Está além das coincidências o fato de que em direção à saída da cidade encontra-se a Vila dos Papeleiros. As territorialidades das travestis que, por seus diferentes corpos ocupam diferentes quadras, a partir dos limites do bairro histórico, enfrentando a violência de cafetões e de clientes. Ou os “fumantes de pedra”, usuários de crack dispersos pela área. Ou os bares, que abrigam os mais diversos frequentadores. Prostitutas, catadores e usuários de droga são diminutos frente às forças imobiliárias. Os sobrados, os cortiços, as pensões, os galpões de reciclagem, todos são dispensáveis frente à necessidade de expansão do “espaço vital” demandada pelo Centro Histórico.

Sobre este segundo mapa a primeira coisa a ser dita, e talvez a de maior relevância, é a representação das ambiências e seu entendimento enquanto mosaico. Pode-se ver como as áreas “em branco” são, na verdade, outras e outras e outras ambiências. Todas as ruas descritas como eixos de conexão poderiam, por exemplo, ser preenchidas como mais “partes” desse mosaico em perpétua reconstrução. Entretanto, a forma que consta agora tem, por outro lado, o intuito de demonstrar as ambiências que mais ajudam a recompor a ambiência geral, em particular por se concentrarem nos quadrantes à Oeste, ou seja, na área de melhor preservação histórica. Uma ressalva que pode ser feita, no sentido contrário, é a possível delimitação da parte comercial da Rua Voluntários da Pátria, posto que concentra uma intensa circulação e um agitado comércio. Fica feito, pelo menos, o registro. Quanto aos locais fotografados, os números representam a numeração das figuras, conforme sequenciadas no texto. Espera-se que isso ajude a localização de pessoas não porto-alegrenses, ou não familiarizadas com a área, e até como compensação por eventual confusão do texto. Ainda vale dizer, acerca da representação da urbe, que o setor mais à Oeste da ambiência expandida, onde está a Figura 25, apesar de parecerem vazios, tal não corresponde. O que acontece é que a maioria deles são vastos estacionamentos a céu aberto, no pátio de cada edificação, mostrando bem a influência administrativa/empresarial.



Mapa 2: Ambiências do Centro

BOTAR O PÉ NA ESTRADA

Cada viagem é tomada de uma amplitude de momentos. Cada viagem é particular, ou seja, parte do todo e singular frente ao universal. Nenhuma é reprodutível. Pode-se retornar ao mesmo local e ainda assim será impossível que se tenha a mesma experiência, pois, no mínimo, o tempo será outro. Cada viagem se presta à metáfora heraclitiana do rio: nem quem a realiza nem o local serão os mesmos. Seja porque o ambiente mudou, seja porque o homem que retorna mudou, seja por ambos. A permanência, que dirá a imutabilidade, é impossível. Cada viagem faz o que é vir a ser.

Enfim, passado o capítulo sobre as descrições psicogeográficas, é hora de cumprir a promessa feita ainda nos passos metodológicos, de abordar os autores que influenciaram e, de certa forma, regeram a maneira como se deram as entradas de campo.

Segundo a “Teoria da Viagem” (ONFRAY, 2009), os momentos que existem em uma viagem são: uma entrada/introdução (intrada), um antes, dois entremeios, um durante, um depois e uma continuação (coda).³¹

Antes de qualquer outra coisa, é obrigatório que se queira a viagem, e sobre tal aspecto se centra a introdução.

Desde o primeiro passo realiza seu destino. Nas trilhas e nas veredas, nas estepes e nos desertos, nas ruas das megalópoles ou na desolação dos pampas, sobre a onda profunda ou no ar atravessado por invisíveis correntes, ele sabe [o viajante] o inevitável encontro com a sua sombra – não tem escolha (ONFRAY, 2009, p. 15).

Desta “partícula de Deus” se sucederão os momentos que compõe propriamente a jornada. O que leva, portanto, a falar deles individualmente. Determinados apontamentos, acerca de questões relevantes à sua influência na dissertação, serão feitos posteriormente à apresentação da obra, para que não se confundam.

O “antes” se desdobra em dois. Primeiro escolher uma destinação, depois aumentar o desejo. Quando se decide viajar começa-se por um local, “para onde eu vou?”. Ainda que não se tenha um destino estabelecido de início, um ponto de partida sempre existirá, nem que seja meramente o passo para além da porta, a decisão que coloca alguém na rua. Mesmo aí existe uma destinação original, o lado de fora. Se um passo for dado, necessariamente ele se dará para algum lugar que não é onde já se situa. Como diz a filosofia taoista, o espaço onde não se está

³¹ Os termos entre parênteses são ambos termos musicais. Intrada é a dupla ideia apresentada acima, trecho que abre uma partitura, enquanto coda, que advém de calda, é o seu término. O livro, portanto, não foge de ser uma espécie de composição musical que vai, ao seu ritmo, conduzindo o leitor.

é para aonde se pode ir. Do vazio advém a existência, é ele que pode tornar o ato possível.

Posteriormente, depois que já se sabe a direção, aumenta-se o desejo. Querer começa por tornar a própria vontade em viagem. Do momento em que a mente elabora a ideia segue-se um contínuo processamento, ao argumentar consigo mesma a necessidade de ir, de sair a perambular. É aí que a viagem começa, ao mesmo tempo em que vai tomando forma, em que desperta uma maior e mais forte vontade, até o segundo em que permanecer já não é possível. Cada vez que se fala na bendita viagem, cada vez que se olha uma foto do destino, recebe-se uma notícia sobre o local, cada aspecto que possa minimamente lembrar o que está por vir é um agregado que empurra o viajante a descobrir e a deslumbrar-se, que o excita ao pensar em viver novas paisagens, do mundo e dentro de si mesmo, “pois toda viagem vela e desvela uma reminiscência” (ONFRAY, 2009, p. 32). Querer a viagem já é viajar, e viajar é seguir em frente, ainda que seja para retornar.

Os “entremeios”, como o próprio nome sugere, dizem respeito aos momentos intermediários, àquele espaço-tempo em que a largada foi dada, mas o destino não foi alcançado, assim como no retorno, em que a casa permanece distante, mas já é almejada: “não mais no lugar deixado, ainda não no lugar cobiçado” (ONFRAY, 2009, p. 35). Todavia, não há um significado pejorativo em seu sentido. Como lembra o autor, é preciso saber habitá-lo (p. 35), tanto quanto ele serve para reencontrar um lugar (p. 85). Esses espaços-tempos não são algo perdido, um tédio que se ocupa do viajante enquanto ele não chega aonde quer. Não é dessa pressa e dessa inutilidade a qual se refere Onfray (2009), quando fala dos entremeios. Para ele há uma enorme fecundidade que, por sinal, se mescla com a filosofia do caminhar (GROS, 2010), quando diz que o caminhante, ao longo de seu trajeto, durante o largo período que ocupa em se deslocar, vai se impregnando da paisagem, vai absorvendo seu entorno ao ponto de que ele praticamente não precisa nem mesmo chegar aonde queria, pois ele já está lá. O entremeio apresentado pelo primeiro filósofo francês tem essa mesma característica, cadenciar o viajante até que chegue ao seu objetivo. O entremeio tem a força de ir ritmando o coração e acalmando o espírito, de libertá-lo do que deixou para trás. “É nessa espera mágica que a viagem solidamente se inicia” (ONFRAY, 2009, p. 39).

Assim, se o primeiro entremeio, o de ida, impulsiona o viajante, o segundo o puxa de volta para casa. “Voltar para é também voltar de. No caso, refazer o entremeio de ir, mas num outro estado de espírito. [...] O primeiro entremeio supõe o desconhecido, o segundo, o realizado”. É preciso se acostumar a estar em casa novamente, ao mesmo tempo em que decidir voltar é uma escolha que reitera a força do local onde se habita, lócus de descanso e de recuperação das energias, como atracadouro até a próxima partida. Que se retorne da viagem é

a razão de ser dela própria, pois só assim se “obstrui a histeria do movimento que, caso contrário, ficaria girando sem fim” (ONFRAY, 2009, p. 87). É nesse processo de reencontro que se vai deixando assentar tudo que se viveu. “Tudo pesa, em bloco, e nada ainda se distingue” (ONFRAY, 2009, p. 91), pois é somente depois de tornar à casa que filho pródigo conseguirá dar forma ao que aconteceu.

O “durante”, ou seja, a viagem em seu decorrer central, constitui-se por quatro partes: realizar a amizade, organizar a memória, inventar uma inocência e deparar com a subjetividade.

Realizar a amizade significa, para o autor, a concepção da companhia. Em quantas pessoas se deve viajar, só ou acompanhado? Sua defesa é clara e diz respeito a alcançar o título que nomeia tal subcapítulo. Deve-se viajar em duplas e, mais especialmente, entre amigos. “Dois nos dispensa dos dissabores de um só e dos inconvenientes de muitos” (ONFRAY, 2009, p. 44). E especialmente a amizade, “esse amor menos o corpo” (ONFRAY, 2009, p. 46), possui a força de uma construção prévia da viagem, de certa forma impulsionando-a, ao mesmo tempo em que a própria viagem solidificará, reestruturará e dará novo fulgor a relação entre os amigos viajantes. A amizade é, portanto, um conforto, visto que no “exercício da amizade, o outro é o estranho menos estranho possível” (ONFRAY, 2009, p. 45).

Organizar a memória diz respeito às formas de registro, que poderão estruturar o que ocorreu uma vez que a viagem estiver finda. É necessário registrar, e a multiplicidade de maneiras – a pintura, a fotografia, o desenho, o poema, o cartão-postal – tem apenas a contribuir com as intenções de registro: sensações diferentes manifestam-se de maneiras específicas, especialmente a partir do suporte que lhes é dado. Qual será pouco importa (ainda que o autor tenha o seu preferido), “desde que a memória produza lembranças, extraia quintessências, elabore referências com as quais organizar mais tarde o conjunto da viagem” (ONFRAY, 2009, p. 52). Há uma ressalva importante, também, sobre a quantidade da bagagem documental, pois a abundância fervorosa dos registros modernos mais atrapalha do que contribuem. Não devem restar grandes compêndios da viagem, mas materiais realmente significativos para a organização posterior, “não mais que os pontos cardeais necessários à orientação” (ONFRAY, 2009, p. 53).

Inventar uma inocência é se despir dos acúmulos de nossas vidas, ainda que seja impossível, e até mesmo indesejável, que sua renúncia seja plena. O que chama à atenção é para o fato de não se chegar, como costumeiramente se faz, com todo o aporte cultural que foi se embrenhando no indivíduo. “A inocência supõe o esquecimento do que se leu, ouviu, aprendeu. Não a negação, nem o abandono, mas a colocação à distância daquilo que parasita uma relação

direta entre o espetáculo de um lugar e nós” (ONFRAY, 2009, p. 59). A proposta coloca-se clara ao diferenciar o turista do viajante - aspecto, não estritamente igual, que possui eco nos situacionistas -, pois o primeiro compara enquanto o segundo separa, através de uma “vontade etnológica, cosmopolita, descentrada e aberta” (ONFRAY, 2009, p. 58), que luta contra os clichês, os estereótipos e as barreiras morais, especialmente contra a visão missionária e colonizadora, que chega proferindo discursos surdos sobre seus projetos prontos. Mas o viajante não é aquele que aceita facilmente a diferença e que tudo relativiza, pelo contrário, por sua posição pode verdadeiramente resistir ao diferente na tentativa de entendê-lo antes de acatá-lo. A inocência é que pode catalisar o estranhamento, ao “pegar pelo interior, que é compreender, segundo a etimologia” (ONFRAY, 2009, p. 59). O viajante, a partir de tal condição, coloca-se também na perspectiva de alguém preocupado em “livrar-se dos preconceitos sobre a forma da viagem” (ONFRAY, 2009, p. 60), usando e abusando de todas as formas possíveis de viajar, jamais negando o auxílio da tecnologia (sua defesa do avião como criador de rupturas é contundente), mas tampouco se prendendo a ela (como se depois de advento aéreo não fosse mais possível circunavegar o planeta ou transpor uma fronteira a pé).

Deparar-se com a subjetividade, junto com o anterior, são os pontos mais importantes dos durantes. “Nós mesmos, eis a grande questão da viagem” (ONFRAY, 2009, p. 75). Pensar sobre o mundo é pensar sobre si e sobre si próprio no mundo, pois este é o que se percebe dele. Assim, viajar é questionar-se o tempo inteiro: a premissa é socrática, conhece-te a ti mesmo. Vivenciar o mundo é recriá-lo constantemente a partir de uma subjetividade renovada, é descobrir algo que antes não se sabia. “Longe de ser uma terapia, a viagem define uma ontologia, uma arte do ser, uma poética de si. [...] No topo do mundo, no fundo dos abismos, no meio dos desertos e do oceano, o eu ainda conduz a dança, mais do que nunca” (ONFRAY, 2009, p. 79-80).

O “depois” é o momento de fechamento da jornada, e apresenta uma dupla característica: cristaliza uma versão que fala algo sobre o mundo. Se anteriormente foram pensadas as maneiras e possibilidades de organizar a memória é porque tal implicaria nesse momento, porque depois de viajar o que fica é uma versão particular do que aconteceu. Contar sobre as experiências, repassar as anotações feitas, rever as fotos, tudo isso carrega os fatos que compõe o que factualmente ficará da viagem. Neste sentido, ela se configura como o que permanece, localizando-se para além dela mesma, porque sua existência não reside nos acontecimentos. São as cristalizações que dão vida ao passado, que o arrancam de onde está para fazê-lo presente, “podendo separar o essencial e trazer de novo à superfície os momentos de luz com os quais se constrói a lembrança” (ONFRAY, 2009, p. 97). Essa versão cristalizada,

a narrativa que referendará a viagem, remete para o autor à etimologia da geografia, ou seja, uma escrita sobre a Terra. “O mundo resiste, porém, às tentativas de colocá-lo em palavras” (ONFRAY, 2009, p. 101).

Enfim, considerar uma continuação é condição que se arraiga no viajante, paradoxalmente, quando este retorna ao lar. Estar de volta em casa consiste em começar a elaborar a próxima viagem. Se a questão primordial da viagem é realmente a descoberta de si próprio então nunca se poderá garantir que ela não venha, ao menos, a ser desejada novamente. “Saber-se nômade uma vez é o que basta para nos convencer de que tornaremos a partir, de que a recente viagem não será a última. A menos que a morte aproveite um trajeto para nos colher...” (ONFRAY, 2009, p. 109).

A primeira dúvida que surgiu, ao se fazer a aproximação do que foi exposto acima com os trabalhos de campo da pesquisa, é se caberia tratá-los segundo a concepção de viagem. É naturalizado pensar em um período e uma distância mínima para que se estabeleça a possibilidade de afirmar que algo foi, de fato uma viagem: como se fosse preciso, pelo menos, passar um dia fora, dormir longe de casa, sair de sua cidade. Viajar dependeria, assim, de um compasso e de um cronômetro. Entretanto, acredita-se que está em outra seara a compreensão sobre o assunto.

O antes - querer e começar a planejar a viagem -, ocorreu desde o projeto de seleção de mestrado. Foi aí que a ideia dos trabalhos de campo se iniciou, uma primeira proposta sobre sua realização, uma vez que abordar a psicogeografia depende, necessariamente, das derivas. Na qualificação eles se “encorparam”, mas ainda assim permaneceram latentes. A partir desta que finalmente começou o entremeio de ida, com algumas derivas experimentais e muitas efervescências do como fazer. Uma preparação para começar a olhar o Centro sempre com olhos “situacionistas”. Mas somente a prática efetiva da pesquisa estabeleceu o durante.

Ao longo de alguns meses foram realizadas diversas incursões ao bairro, fosse estritamente com o intuito de derivar, registrar, analisar, fosse por alguma outra razão - que, como dito, se mesclou as idas propositais. Cabe assinalar que todos os aspectos elencados por Onfray (2009) passaram por essas experiências. É certo que alguns mais e outros menos.

A questão da amizade, por exemplo, se deu de maneira branda, posto que grande parte das derivas foram feitas individualmente. Ainda assim, por algumas vezes houve a companhia de amigos e conhecidos que, por diversas razões, acabaram por cruzar os caminhos. Mais predominante, de outra perspectiva, é dizer que sua presença aconteceu pelos debates travados sobre a pesquisa, nos contares que regem as relações cotidianas. Invariavelmente, no

convívio partilha-se da rotina, e sendo a maioria desses amigos colegas de curso ou de áreas afins, em muito contribuíram para anular um possível sentimento de solidão, trazido pelas várias caminhadas de um homem só. A eles devem-se inúmeros alentos e enriquecimentos, e nesse sentido realizou-se a amizade que propõe a teoria. Há de ressaltar que o encontro das derivas, com os múltiplos habitantes do Centro, denota de fato momentos de companhia, porém não de amizades, apenas de realizações amistosas.

A organização da memória vinha sendo debatida desde que se começou a escrever o projeto, tentando pensar em maneiras múltiplas e complementares de registrar as derivas. Daí se ter chegado às fotos, narrativas e mapas. Aproveita-se para estabelecer um “gancho” com a delimitação das ambiências, visto que a restrição da pesquisa a estas cristalizações não encerra a totalidade das criações à disposição. Poderiam ter sido desenhados croquis, escrito contos através de um personagem ficcional, ou filmado curtas-metragens, ou gravado ruídos dos lugares. Pela pulsão metafórica e imbricação etimológica, a força de um poema talvez se sobressaia na construção concisa de uma poética da geografia.

Inventar uma inocência ocupou, impreterivelmente, o cerne da análise. Aquém das questões mais amplas colocadas pelo propositor da teoria, despir-se da bagagem acumulada no passar dos “meus vinte e poucos anos” significou deixar em segundo plano as histórias pessoais, tentando postar uma atitude de estranhamento, de desconhecido, de primeira vez. Levar de antemão o mínimo possível, buscar o essencial, usar as lentes do agora. Tal não torna a ressalva no tópico menos verdadeira, não há como recuperar aquela condição primeva, da Inocência, visto que o Eu não é peça de vestuário. Contudo, faz parte do amadurecimento o contínuo examinar da vida (ou, pelo menos, deveria), que nesse caso se pode nominar de inventar inocências. Enfim, é esta ramificação do durante que embasou, por exemplo, as tentativas de não fazer do que era um local pessoalmente importante uma referência coletiva. Quando inevitável, espera-se ter ficado claro nas descrições.

O último dos aspectos, deparar-se com uma subjetividade, ainda não se sabe em que medida foi efetuado. A proximidade é demasiadamente considerável, e a reflexão resta turva por enquanto. Simultaneamente não há dúvida de que houve este confronto, que suposições foram postas de lado, que impressões foram adquiridas. As ideias não podem ter permanecido estanques porque caminharam junto. Todavia, a transformação está por ser plenamente assentada, esperando sua próxima transformação. Pois a “busca de si termina no momento do último suspiro” (ONFRAY, 2009, p. 109).

Enfim, o depois ainda não chegou. A angústia das palavras ausentes pesa até o ponto final, e nem a escrita nem a pesquisa estão concluídas, há coisas por fazer. Bem diz o ditado,

“só termina quando acaba”.

A principal finalidade em ter sido feita a exposição acima reside em que há muitas leituras possíveis para contribuir com uma concepção de trabalho de campo mais aberta, que não se restrinja somente às coisas objetivas, e que por isso seja menos clara e prática. Que exista uma preocupação existencial, em vez de se dirigir somente ao positivado, de se fechar no mensurável e no palpável. Além de que, acredita-se, há uma relação direta com questões metodológicas que vieram das limitadas representações dos situacionistas em suas pesquisas psicogeográficas, em especial no que tange às possibilidades e finalidades de registro e de construção da memória.

A seguir pretende-se retomar um autor que apareceu nas indicações sobre as concepções de espaço trazidas para o trabalho, mas agora para trazer a outra parte de seu pensamento: a noção de paisagem em Eric Dardel (2011). Esta tentativa tem o intuito de aclarar como a seção “Expressões dardelianas” foi constituída, e qual sua influência sobre a maneira de vivenciar os campos. Posteriormente será relacionada com a proposta de poética da geografia, para explicar o que é capaz de reger todas essas “partes”, agrupá-las, se não sintetizá-las, em uma constelação coerente de conceitos (HAESBAERT, 2010).

VIVER A PAISAGEM, VISUALIZAR COREMAS

Esta parte da dissertação precisa ser entendida como se estivesse sendo construída em dois movimentos, como uma partitura - a influência da construção sumária do “Teoria da Viagem” (ONFRAY, 2009) é mais que evidente.

O primeiro consistiria em trazer uma concepção metodológica de práticas de campo através da noção de viagem, dando nexos a uma contribuição que pretende extrapolar as especificidades da pesquisa, na medida em que se parte de que todo trabalho de campo carrega consigo um potencial de transformação da existência, enquanto tentativa de desvendar o mundo e quem o habita. Mesmo que por meio de campos mais tradicionais e menos derivantes. Por isso o subcapítulo precedente tentou dar conta do que podem ser, e para que devem servir, as idas e vindas do laboratório ao campo, e vice-versa.

O segundo movimento, que será abordado agora, é o substrato do que já foi discutido. Uma viagem, ou um trabalho de campo, são constituídos por paisagens, que são, por sua vez, constituídas de matéria. Não importa se é pesquisada uma vertente ou um assentamento, ambos são sustentados por ela. Dardel (2011) agrupou esta característica comum

na denominação “espaço material” (p. 7), que comporta todos os outros espaços concebidos pelo autor.³² Se aceita-se que o homem está ligado à sua condição terrestre, não há análise que lhe escape, pois, por “toda parte o espaço geográfico é talhado na matéria ou diluído em uma substância móvel ou invisível” (DARDEL, 2011, p. 7).

Não há trabalho de campo no vácuo, porque é a materialidade que dá forma à Terra. “Ele [o espaço material] é a falésia, a escarpa da montanha; ele é a areia da duna ou a grama da savana, o céu morno e enfumaçado das grandes cidades industriais, a grande ondulação oceânica. Aérea, a matéria permanece ainda matéria” (DARDEL, 2011, p. 7-8).

Partindo do mesmo autor, não importa, também, qual objeto se tem em frente, é na sua expressão paisagística que ele pode ser percebido, para depois ser analisado. Mesmo em um estudo de alcance global, que trate dos grandes fluxos financeiros, das ondas migratórias, enfim, a paisagem está presente, mesmo que ela não esteja ali expressa à altura dos olhos, mas como ele mesmo disse “a paisagem não é, em sua essência, feita para se olhar [...]” (DARDEL, 2011, p. 32). Ao conceber um mundo organizado globalmente se está partindo, ainda assim, de uma expressão paisagística (tanto da manifestação física do processo, como as cidades de Nova Iorque ou Tóquio, ou qualquer outra cidade global, quanto das manifestações mais abstratas, como as redes de informações que propriamente conectam o planeta), porque remete à existência do homem perante um determinado arranjo espacial, diz algo sobre uma maneira de viver e de ocupar o solo, ao evidenciar uma “inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação do seu ser com os outros, base de seu ser social” (DARDEL, 2011, p. 32).

Viver a paisagem seria um equivalente a “estar em campo”. Como disse Dardel (2011), “afastamento e direção definem a *situação*” (p 14), ou seja, localizam o homem na Terra, afinal de contas sempre se está em algum lugar. Assim, mais uma vez, aparece o campo como condição de externalidade, onde não se está e para onde alguém se dirigirá, e de onde retornará. Cabe lembrar que situação não diz respeito somente ao deslocamento no espaço, mas às mudanças que podem ocorrer ao longo do tempo, dando uma nova face para o mesmo local. Seu principal propósito é destacar a noção de contexto espaço-temporal. “Toda espacialização geográfica, porque é concreta e atualiza o próprio homem em sua existência e porque nela o homem se supera e se evade, comporta também uma temporalização, uma história, um acontecimento” (DARDEL, 2011, p. 33). Todo campo se dá em uma determinada área, por certo período.

³² Os outros espaços - telúrico, aquático, aéreo e construído - foram previamente citados, na parte “Expressões Dardelianas”, do presente trabalho.

Mas para que os contextos sejam expressos, através da leitura e da interpretação, é necessária a observação através da paisagem, que adquire, portanto, um estatuto à parte na geografia dardeliana. As diferentes categorias que compõem o espaço material são vivenciadas através dela, dando-lhe uma compreensão que a coloca como “o que está em torno do homem, como ambiente terrestre” (DARDEL, 2011, p. 30). Assim, paisagem e situação misturam-se com o que está em volta e entre os homens: “a Terra como lugar, base e meio de sua realização” (DARDEL, 2011, p. 31). Em outras palavras, poderia dizer-se que a Terra ambienta o homem, revelando, simultaneamente, as amarras que o prendem e as possibilidades de seus rompimentos.³³

Ao assumir a postura de que é importante sair do laboratório para ir em direção ao que se estuda, está se afirmando que há coisas com as quais uma investigação desse nível precisa se deparar, porque do contrário debilita-se em falar delas: existe algo que está lá e que é importante à pena humana. “A paisagem pressupõe uma presença do homem, mesmo lá onde toma a forma de ausência. Ela fala de um mundo onde o homem realiza sua existência como presença circunspecta e atarefada” (DARDEL, 2011, p. 32). A paisagem dardeliana permeia, portanto, toda a composição deste trabalho, embora muitas vezes de maneira implícita. Se para ele a Terra é o texto a ser decifrado, as paisagens são as chaves do código. Acrescentando, as entradas de campo, no caso as derivas, são o que possibilitam sua tradução.

Porém, por mais que tenha uma enorme beleza literária e uma enorme potência epistemológica, falta-lhe certa instrumentalidade. Para suprir tal aspecto abordar-se-á a análise dessa noção de paisagem através, como prometido, da proposta de Onfray (2009). A intenção, sem muita presunção, é operacionalizar essa noção de paisagem, não por meio de sua reformulação, mas por uma aproximação a partir da elaboração original. Outra razão é destacar a importância e fertilidade dessa combinação autoral, uma vez que a poética do filósofo alia-se ao existencialismo do geógrafo.

Ambos acreditam ser possível ler as paisagens para decifrar a Terra, como um texto, concebendo que um mundo é resultado dessa interpretação, e cada um deles compõe expressões da existência humana, em relação inseparável e, entretanto, nem sempre amigável à base que lhe sustenta. “Uma seleção rigorosa afasta o anedótico para que o espírito se concentre no essencial – emoções cruciais, percepções cardinais. Arquiteta-se, então, um mundo” (ONFRAY, 2009, p.95).

³³ Aqui se remete ambientar com a noção de geração de ambiências (REGO, 2010) e as ideias de um “meio entre” e de um “meio em torno”, as cargas materiais e simbólicas que condicionam a existência de cada indivíduo e as relações que esse indivíduo mantém com outros seres. Estas foram questões também previamente abordadas.

Para Onfray (2009) a poética depende de formas didáticas de grafar o mundo, e por isso defende seu recorte em estruturas geométricas, as quais estamos habituados todos os dias. Estas estruturas são os coremas, modelizações criadas pelo geógrafo francês Roger Brunet, “capazes de explicar as organizações espaciais legíveis nas paisagens” (ONFRAY, 2009, p. 103).³⁴ A partir de quatro abscissas e sete ordenadas, chega-se a uma composição de 28 figuras, “cuja disposição permite decifrar a terra” (ONFRAY, 2009, p. 104). Nó, ponto, linha e rede combinam-se com malha, quadriculado, gravitação, contato, tropismo, dinâmica territorial e hierarquia. A matriz formada por essas combinações denomina-se de “carte-modèle” (BRUNET, 1986).

Todo e qualquer trabalho de campo, destarte, diz respeito àquela “*geograficidade do homem*” (DARDEL, 2011, p. 1-2), citada ainda no começo deste trabalho, em Parâmetros Espaciais. Parte-se do vivido para pensar o que é possível viver. Tal caminho pode ser o suporte para se chegar a ver os coremas na paisagem, quando, finalmente, “aprendemos a lê-los e a vê-los, pontos de localização, linhas de ligação, fluxos geradores de desequilíbrios, passagens abertas e fechadas, crescimentos e decrescimentos, atrações e repulsões, auréolas e faixas, pontas de redes e áreas de drenagem” (ONFRAY, 2009, p. 106). As formas coremáticas tornam-se, por conseguinte, possibilidade de explicação da existência humana diretamente fundada na superfície terrestre, extraído a partir das formas concretas. “Uma floresta e uma área, um caminho e uma linha, uma aldeia e um ponto, uma paisagem e uma rede” (ONFRAY, 2009, p. 103).

Cabe aqui uma ressalva acerca do método coremático, ou teoria, como pretende seu idealizador, pois não é dele estritamente que se trata nesta abordagem. Não é a partir da sua gênese que se está diretamente trabalhando. Trata-se, isso sim, de uma proposta dos coremas como maneira de enxergar o mundo. A questão colocada não é de importância ou de eficácia do método original (o que, aliás, não é minimamente posto à prova), de recortes traçados sobre as formas evidenciadas na natureza. Simplesmente parece que, para o caso em tela, é mais interessante tratá-los como noção, como uma ideia de subjetivação, um ato mental em marcha. Compreender os coremas, enfim, pela ótica de Onfray (2009), em vez de por sua proposição original. Eles foram úteis e utilizados nesta pesquisa na medida em que auxiliaram a racionalizar sobre as preocupações situacionistas, porque o intuito, em momento algum, era de realizar um estudo coremático. Assim, em vez de um “passo-a-passo”, de tentar reproduzir o método, tomou-se a discussão como uma “filosofia das forças e dos fluxos, das formas e dos

³⁴ A “teoria dos coremas” pode ser originariamente encontrada em “La composition des modèles dans l'analyse spatiale”. In: Espace géographique. Tome 9 n°4, 1980. pp. 253-265.

movimentos” (ONFRAY, 2009, p. 102), como ponto de partida, adensamento do arcabouço teórico e referência perceptiva: internalizá-los para que servissem de bússola. Aclarando, pode-se mencionar as seguintes relações. Os eixos de conexão são a formação de uma malha, mas também dizem respeito à ocorrência de tropismos (movimentos segundo estímulos do ambiente). As placas giratórias dependem de uma ação gravitacional (ou de uma atração, se traduzido literalmente), e foram estabelecidas segundo uma hierarquia. As ambiências são delimitadas de acordo com contatos, ou seja, os limites entre duas regiões distintas, que por sua vez são polígonos que circunscrevem determinada porção terrestre. E a psicogeografia, operando pela reflexão conjunta desses elementos, evidencia dinâmicas territoriais.

Quando dançam sob os olhos do viajante essas categorias sintéticas, o trabalho poético se torna possível, trabalho do devaneio e da meditação, do sentimento e da sensação. Uma poética da geografia supõe essa arte de deixar-se embeber pela paisagem, para querer depois compreendê-la, vê-la em suas combinações, antes da partida para as regiões lúdicas onde o poeta acompanha o geógrafo e o filósofo, como complemento, não como inimigo (ONFRAY, 2009, p. 106).

LÁ E DE VOLTA, OUTRA VEZ.

Os trabalhos de campo comportam diversos retornos. Retornar do campo, retornar para e retornar de, mais uma vez. O próximo campo, futuro por ser realizado. Retornar do campo, retornar de si mesmo. Retornar para ele, tornar a procurar-se. Retornar presume haver ido, e condiciona partir de novo. Aquele que decidiu ver o quão fundo vai a toca do coelho não tem mais como fugir, encontrará sua sombra ou a seguirá procurando.³⁵ Já não é possível deixar-se estagnar, juntar poeira, escorar teias de aranha. O único medo que se deve ter é do campo transformado em perenidade, ficar na realidade alcançada, descoberta, novidade pulsante, seguir pelo caminho eterno da investigação com algo que se encantou. Entretanto, como avisou Lacoste (1985), essa não é a melhor opção. Na condição de pesquisador é preciso dizer basta, a não ser que o campo se torne o ordinário, e, assim, deixe de ser o que é, um espaço de pesquisa, para ser um espaço do cotidiano. Dada a relação próxima entre ambos, em função do lugar estudado e de quem o abordou, tal distinção por diversas vezes precisou ser reiteradamente repetida, como um mantra.

³⁵ “Entrar em campo não é adotar uma postura mecânica de recolhimentos de dados, levantamento da área de estudo, contato com os objetos. Muito além, é uma postura política totalmente delineada pelas adoções metodológicas a que cada um se propõe. Entrar em campo pode ser algo totalmente burocrático, passo de um planejamento apenas, mas pode muito bem ser a experiência humanista mais profunda que já se teve, uma viagem alucinógena atingida pela sobriedade de quem um dia despertou, pois quando teve que escolher, escolheu tomar a pílula vermelha, mesmo que tenha sido apenas pela curiosidade de ver o quão fundo vai a toca do coelho” (LIMA, 2011, 39).

Aquele que decidiu partir para observar o que apenas lhe surgia como clarões na noite não tem mais escapatória. Está indo ao encontro do desconhecido e dessa convergência restará uma mudança. Esta condição é imperativa e invariável. Por mais que se conheça a área da pesquisa dela não se sabe o que se será encontrado, ou ir até ela não seria necessário. Aquele que sabe, ou supõe saber, todas as informações de que necessita sobre o que estuda, dispensa os campos e, portanto, dispensa as viagens. Para determinado sujeito a luz do dia ou da noite não faz diferença, o contato com outras pessoas se torna estéril e a vivência da paisagem uma convivência monótona.

Os trabalhos de campo requerem uma continuidade descontínua. Não se pode permanecer perpetuamente em campo. O seu fim impede a vertigem do deslumbramento, que cega pelo romantismo de uma realidade estranha e fascinante e propicia afastar-se, deixando a poeira baixar para que algo, enfim, possa ser dito. Posteriormente é preciso ir deparar a cristalização com o que possibilitou a memória, os fatos empíricos, para confrontá-los, repensá-los e, então, reorganizá-los. Processo de verificação do próprio campo.

Outra faceta importante dos retornares diz respeito ao habitar, que etimologicamente se relaciona diretamente com hábito, habitat, habitação. Assim, habitar confirma, primeiramente, nossa segurança em relação à Terra, pois se tem certeza que o chão abaixo dos pés não desabará enquanto se dorme, que tudo estará lá ao se despertar. É dessa maneira que “a Terra é experimentada como *base*” (DARDEL, 2011, p. 40), não somente como suporte ou ponto de apoio ao corpo, mas “onde se aconchega nossa subjetividade” (DARDEL, 2011, p. 41). Esta experimentação está imbuída tanto no comum, no cotidiano e rotineiro, quanto nas oportunidades excepcionais do campo. Especialmente em uma viagem investigativa de duração longa é importante mantê-la presente, para que, mesmo longe de casa, cada sujeito não se sinta completamente deslocado do mundo, e assim possa aproveitar, com calma, do tempo que dispõe longe das referências habituais.

Todavia, tal segurança não se manifesta somente enquanto característica metafísica, mas também pela praticidade que oferece o retorno ao lar. É nele onde se pode realmente descansar, recuperar as energias, proteger-se das intempéries e dos perigos do mundo, é “o lugar onde os riscos são os menores e onde se depõem no chão as armas, as bagagens, o que estorva em tempo normal” (ONFRAY, 2009, p. 87).

A relação entre os trabalhos de campo e uma viagem torna-se ainda mais consistente quando se dá por conta que ambos, com finalidades um tanto distintas, é verdade, se deparam com seus diários e, especialmente, com suas narrativas. O campo, assim como a viagem, supõe um registro. Escreve-se, fotografa-se, conta-se sobre o que foi vivido. Seja na forma estrita de

um diário, seja em um relatório científico, o que se está fazendo é narrar acontecimentos que foram importantes, que dizem algo sobre um tema e que podem, para além de si mesmos, ser pertinentes a outrem. Não é à toa que até hoje são editados diários de viagens de grandes exploradores, que até hoje sejam fascinantes as histórias de circunavegação, de ultrapassagem do círculo polar, de escaladas em montanhas ou de desbravamentos de florestas, das impressões sobre uma grande cidade da época. Relatos de viagem despertam a curiosidade e alimentam o espírito. Sem estes empuxes ninguém deixa seu porto seguro para ir desbravar o mundo.

O trabalho de campo, ao fim e ao cabo, é uma duplicidade: pausa e partida. É a hora de sair do laboratório e ir respirar a céu aberto. E depois retornar. E de novo. “Pois o poema do mundo não cessa de invocar propostas de deciframentos” (ONFRAY, 2009, p. 111).

CORPOS, CONFLITOS E A CIDADE

A escolha de pesquisar o Centro Histórico de Porto Alegre e não os outros vários, e tão diferentes, bairros da cidade, advém de mais de uma razão. Não necessariamente em ordem, pode-se citar, primeiramente, a questão de que ele traz consigo uma representação social do que é esta cidade, por concentrar edifícios de referência tanto para seus moradores como para turistas, tal qual o Mercado Público e a Usina do Gasômetro. Além disso, é um bairro amplamente banhado pelo principal corpo d’água local, o Guaíba. Já no TCC, o campo realizado também se deu nessa área, sendo a dissertação uma possibilidade de continuar essa empreitada. Não se pode negar, igualmente, que a própria história do autor se entrelaça com esta área, conjuminando uma vontade pessoal ao escopo geral. Enfim, e aí sim, mais importante do que tudo isso, está o apontamento de que é preciso “visitá-la [a cidade] minuciosamente, [...] começar pelo local que foi, quase sempre, consagrado pela lenda, onde ela teve seu berço, e terminar pelas fábricas e seus depósitos” (RECLUS, 1965, p. 154). Acompanhando-se linearmente esta citação, ela não só colocou em questão qual seria a área de estudo da atual investigação, como dá indícios de por onde continuar derivando. Além de qual local, há a maneira de como proceder em tal “visita”.

O estudo lógico das cidades, conjuntamente no seu desenvolvimento histórico e na fisionomia moral de seus edifícios públicos e privados, permite julgá-las como se julgariam os indivíduos: constata-se qual é a dominante de seu caráter e até que ponto, na complexidade de suas influências, foram úteis ou funestas para o progresso das populações que se encontravam em seu raio de atividade. [...] Os contrastes se mostram claramente no modo de crescimento que apresenta cada cidade (RECLUS, 1985, p. 154).

Do indicativo de local e de como encará-lo desembocou-se na realização prática, a

decisão de efetuar esse encontro por qual possibilidade de deslocamento. Percorrer uma área através da propulsão dos tendões é a mais lenta escolha para sentir a paisagem, conforme nosso tamanho no mundo. Caminhar através de uma área urbana é vivenciar o caos, é sentir o movimento acelerado de tantas informações, perdidas dentre tantas outras. É topar-se com outros ombros, ensurdecer-se com outras vozes, desviar de outros olhares. Investigar uma área urbana por meio de caminhadas é investigar a vida cotidiana no seu desenrolar ordinário, é perceber o espaço em sua banalidade: todas as pessoas, todas as empresas, todas as instituições (SANTOS, 1996). O espaço na sua totalidade, mas jamais hermético ou passível de encerramento. A questão, todavia, não é tratar a totalidade literalmente, o que seria, inclusive, impossível. Aliás, o próprio Milton se pergunta sobre significar algo tão amplo e abstrato “através de um discurso como um dado objetivo” (SANTOS, 1996, p. 9). É por isso que o espaço banal deve ser tratado mais como um apontamento, uma ideia analítica a partir do vivido, “uma reconstrução do método através da vida, isto é, do Homem vivendo” (SANTOS, 1996, p. 7). Quando se atravessa uma rua não é possível escolher: a realidade na medida do corpo é integral, materialmente integral, e é nessa relação obrigatória que se precisa operar. Não há como escapar, “porque numa cidade estamos condenados a viver juntos” (SANTOS, 1996, p. 12). O autor sugere, enfim, que o espaço do cotidiano seja pensado considerando-se diversas categorias, as quais cabe abordar direta e brevemente.

a) corporeidade, individualidade e socialidade;

A corporeidade é o próprio corpo do homem, em sua existência física e simbólica, “forma com que eu me apresento e me vejo” (SANTOS, 1996, p. 10), e também como se é visto por outrem. A individualidade leva a considerar “os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós” (SANTOS, 1996, p. 10). A socialidade, por sua vez, seria “o fenômeno de estar junto” (SANTOS, 1996, p. 9).

b) materialidade e imaterialidade;

Essa é a duplicidade que cerca o homem em sua existência na Terra, a questão física do mundo e suas significações/representações, ou, mais especificamente nas palavras – conceitos – do autor, a tecno e a psicofera, o mundo “que envolve o homem no fim do século e, de outro, a esfera das paixões, das crenças, dos desejos, tão objetiva em nossa vida quanto objetiva é a esfera da materialidade” (SANTOS, 1996, p. 11).

c) normas e espontaneidade;

Aqui o que se dá é relação entre o que é regulado enquanto comportamento e existência do cotidiano e o que pode ser feito por livre e espontânea vontade, autonomamente,

talvez se pudesse dizer. Nunca o mundo “foi tão regulado, tão normado: normas públicas, normas das empresas [...], normas formais, normas informais, normas sempre” (SANTOS, 1996, p. 11).

d) pragmatismo e originalidade;

Enfim, este embate coloca “a oposição entre a rotina e o novo, entre a repetição do passado e a produção do futuro” (SANTOS, 1996, p. 11). O que significa tratar do cotidiano também no limiar do uso utilitário e competitivo do espaço frente ao uso comum, de um projeto coletivo da sociedade e de sociedade.

Em especial as últimas duas categorias estão relacionadas com dois conceitos utilizados em sua grande obra (SANTOS, 2008) e que se repetem aqui, que são as horizontalidades e as verticalidades (SANTOS, 1996, p. 11), ou seja, o espaço a partir de sua produção contínua, ininterrupta, em oposição (no caso em associação teórica) ao espaço pensado e produzido a partir de pontos e linhas, que, às vezes em quadrícula, às vezes radial, recobrem os cantos mais longínquos do globo, operando “twenty-four/seven”³⁶, e que representam e permitem a reflexão sobre os agentes hegemônicos, “desinteressados da vizinhança, despreocupados da co-presença” (SANTOS, 1996, p. 11), porque distantes do cotidiano que reproduzem.

Toda a discussão colocada resume-se, enfim, em “enfrentar geograficamente a questão do cotidiano” (SANTOS, 1996, p. 13), através de três grandes dimensões: “como a espacialidade se dá, como a individualidade evolui e como a corporeidade é sentida” (SANTOS, 1996, p.10). Não é somente no gesto, mas na forma como um ser está perante o mundo, que influenciará em si mesmo e nos comportamentos alheios. Uma mulher está sob uma vigilância social totalmente diferente de um homem, por conseguinte, uma mulher negra circula a partir de julgamentos distintos de uma mulher branca.

Ainda assim, mesmo com todos os indicativos do autor, resta a dúvida. Como encarar factualmente o mundo? Como bater de frente com ele e como abraçá-lo? Como superar a dificuldade de sua objetivação, que reside, portanto, em sua compreensão. Nesse ponto, o pensamento miltoniano vai fortemente ao encontro do que dizem Dardel (2011) e Onfray (2009). “O mundo do tempo de Colombo ou de Cabral era formado por um conjunto de possibilidades diferentes do mundo de Voltaire ou de nosso mundo. Isto é um mundo: um conjunto de possibilidades” (SANTOS, 1996, p. 13). E, enquanto tal, deve ser defendido que os mais diferentes credos e lógicas sejam ouvidos e debatidos, que as liberdades individuais

³⁶ Expressão que designa um acontecer durante as 24 horas do dia, nos 7 dias da semana.

sejam garantidas, que múltiplos projetos sejam considerados, que, enfim, a cidadania seja exercida. Para se ter um mundo é preciso que outros mundos sejam possíveis. O que coloca como estratégia começar por afastar a visão teleológica acerca do cotidiano. Em vez de enfrentá-lo na forma de uma linha de chegada, um fim a ser alcançado, um objetivo adiante, talvez seja mais profícuo enxergá-lo como algo que está sempre sendo feito, sempre por se realizar. O cotidiano é a rotineira construção do dia de amanhã, porque sua existência se dá na preocupação com o próximo despertar.

Voltando à questão, para o acontecimento de uma pesquisa que decide pelo caminhar é preciso que se tome o tempo devido. Caminhar requer horas, requer repetições, visitar o mesmo local, mais de uma vez, e outra vez, e de novo. Caminhar torna-se uma rotina que não se repete, porque nunca é a mesma. Os dias variam, entre céus ensolarados e nublados, secos e chuvosos, quentes e frios. Outras pessoas nos mesmos locais, outros locais, as mesmas pessoas, e assim por diante. “As imagens podem diferir não só pela escala da área considerada, mas também por uma questão de ponto de vista, hora do dia ou estação do ano” (LYNCH, 2011, p.95-6). As combinações possíveis em uma matriz que considerasse em seus eixos as possibilidade físicas e sociais de uma caminhada em determinada área é enorme, e sinceramente, desinteressante. Serviria, no máximo, em nível de curiosidade, quase que um dado solto num longa estória por ser contada. Ainda assim, que se dê ao trabalho, poder-se-ia pensar, rapidamente, nas variáveis como os três turnos do dia, as quatro estações (que podem ser, por exemplo, apenas duas, dependendo da região que se trata), os doze meses do ano, os sete dias da semana.

E aqui estão somente entradas temporais, há de se considerar também as espaciais, em combinação com essas anteriores: condições do relevo, condição climática, aspectos da vegetação. Subir uma ladeira com chuva é mais perigoso do que quando ela está seca, um parque sem as folhas durante o outono é diferente de si mesmo na primavera, a brisa do rio no verão é refrescante, em efeito oposto aos ventos de inverno. Agora que se multiplique isso para todas as quadras de todas as ruas do bairro. É impossível de ser realizado e, ainda que fosse, continuaria descabido. Assim, nem mesmo houve a intenção de criar um inventário psicogeográfico dessa amplitude. Como dito, impossível por questões práticas de trabalho, mas especialmente por sua finalidade e utilidade. Ressalta Ratzel (2001), em seu brevíssimo texto “Amigos, o sublime não mora no espaço”, que um extenso acúmulo de dados sempre coloca a questão de seu manuseio, que fazer diante de tanto volume coletado, até onde tal acúmulo é benéfico. Deter maior quantidade de tera, giga ou megabytes não define que se saiba mais sobre um assunto. Deter informação não é o mesmo que deter conhecimento. Certamente, há uma

relação quantificável entre ambos, visto que não é possível saber sem conhecer, todavia, tal relação não é expressa de forma diretamente proporcional: mais informação não implica, *sine qua non*, mais conhecimento sobre alguma coisa.

Infelizmente, não foi possível seguir a indicação de Onfray (2009), e ser tão conciso quanto os pontos cardeais. Uma mínima abundância de registros fotográficos se fez necessário, por exemplo, porque não se está aqui tratando de um relato de viagem pessoal sobre uma temporada de férias. A amplitude de referências descritas no capítulo da análise psicogeográfica deu a medida para o acervo organizado.

A rua, o lócus das caminhadas, destino dos campos, é o lugar onde a vida urbana acontece, é o que faz da cidade uma realidade geográfica (DARDEL, 2011). Ela se expressa, se faz presente, quando se está indo em direção ou quando já se está nela, implicando, portanto, o aberto e fechado: não é à toa que a expressão “ir para rua” denota sair, ir para o lado de fora. Assim, ela se expressa, se faz presente, quando se está nela ou indo em direção a ela. E também quando está sendo evitada, quando é negada, pois há dias em que se quer ficar em casa e não sair de jeito nenhum. A rua torna-se o mais diabólico encontro. Independentemente, em ambos os casos ela é a principal referência do habitante da urbe, seja fato ou ideia, e torna-se o grande parâmetro do cidadão quando concebida como objeto de disputa e palco de acontecimentos políticos.

Bem se lembrou, ainda no referencial teórico, do papel histórico contido nas ruas. “Parades, demonstrations, protests, uprisings, and urban revolutions are all about members of *the public moving through public space for expressive and political rather than merely practical reasons*” (grifo nosso; SOLNIT, 2000, p. 216)³⁷. Mas se ela representa transformações sociais é, também, nela que se dá a vigilância dos corpos. Individualmente, isso é verdade, mas o é especialmente no que diz respeito à sociedade, esse corpo coletivo em que um órgão sempre atribui ao outro a razão de seu estado enfermo. É pela multiplicidade de seus entendimentos que a rua frutifica compressões sobre as possibilidades existentes, e reiteradamente negadas da vida contemporânea. Em um mundo, ao mesmo tempo globalizado e adensado em assentamentos urbanos polarizados. Literalmente, a maior expressão desses fenômenos, aparentemente paradoxais, são as cidades globais e seus habitantes descentrados, porque a dificuldade em se configurar a imagem de uma cidade como esta é quase impossível. O que se têm são pontos luminosos, que se conectam com outros, através de espaços esvaziados de significado. “Os topônimos constituem um tapete espalhado no espaço. [...] Os nomes que

³⁷ Desfiles, demonstrações, protestos, levantes, e revoluções urbanas são todos membros do público movendo-se através dos espaços públicos para se expressar e fazer política mais do que por razões práticas (tradução livre).

memorizamos nos permitem falar das aldeias, das vilas ou das cidades que atravessamos” (CLAVAL, 2010, p. 19). Mas não há memória ordinária que retenha tantos nomes de ruas, ou mesmo de bairros. As urbes se tornaram extensivas demais. É por sua multiplicidade impossível de ser açambarcada que os sujeitos desorientam-se, criando uma imagem escassa de significados, e perdendo-se do que de mais básico há nesta geografia primeva, “presente nas práticas, nas habilidades, nos conhecimentos que todos sempre mobilizamos em nossa vida diária” (CLAVAL, 2010, p. 8). Se a constituição mental da cidade é falha, necessariamente as possibilidades de interpretação e ação também o serão. Enquanto a preocupação com o meio urbano for a de proporcionar o mais econômico deslocamento, as distorções de direção, distância e forma continuarão a ser internalizadas como “se o mapa fosse desenhado numa folha de borracha infinitamente flexível” (LYNCH, 2011, p. 97).

Continuando com as caracterizações da rua, ela é, também, o que separa o público do privado, em sua duplicidade de posse de propriedade e de resguardo à exposição. Habitar, mesmo um cômodo que seja, é um dos direitos humanos mais básicos que existe e, assim, liga-se à existência de cada sujeito no mundo. Privar-se é um aparte, uma separação dos outros, um impulso de evitar os olhares alheios que estão no eterno desconhecido que é o lado de lá. Nesse sentido, a garantia à moradia e à privacidade se confundem. Está última, por sinal, é pontualmente defendida como um dos três aspectos que compõem o direito ao entorno (SANTOS, 2012): os espaços públicos, a privacidade e a “salubridade” ambiental. Quem, se não os constantes habitantes das ruas, está mais aquém disso? Pois mesmo o primeiro direito, que se poderia pensar garantido, não o é, uma vez que se pressupõe certos códigos de estética e de conduta para ingressar em qualquer estabelecimento que seja. Sede de uma Secretaria ou albergue, a norma dá os parâmetros. Como dito anteriormente, a privacidade liga-se à moradia, pois é nela que nos privamos do resto. Assim, a ausência dela é uma das perversidades maiores que se pode ter ao cruzar-se com tantos prédios abandonados, ou mesmo inacabados, ao passo que se evidencia tanto desabrigo. Quando é a alavancagem dos especuladores imobiliários que rege a produção do espaço, e não a política – no sentido originário de gestão coletiva – os direitos são relegados, porque estão em segundo plano. Daí, lemas como o apresentado no título do documentário Dandara, “enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”³⁸. Há uma leitura interessante, ao encontro desta questão, que é a obra de Ana Fani (CARLOS, 2011). Tomando os referenciais de valor de troca e de uso para abordar os embates entre os diversos atores sociais, a autora defende que na produção da cidade contemporânea o primeiro valor

³⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FQ4zbXaZHGy>. Acesso entre Novembro de 2014 e Março de 2015.

sobrepuja o segundo, fazendo com que o uso seja fruto da lógica que maximiza lucros, que acaba por transformar, em última instância, a cidade em negócio e o espaço em mercadoria.

Reflexos disso podem ser encontrados no Centro de Porto Alegre, e também em sua ambiência expandida: a ocupação transformada no primeiro assentamento urbano do Brasil, o Utopia e Luta na Borges de Medeiros, a Ocupação Saraf na Av. Mauá e a Ocupação Caminho Novo, na Av. Voluntários da Pátria. Se o bairro é espaço da alienação espetacular-mercantil, ele também é espaço de resistência. E não é somente uma garantia ao teto sobre a cabeça que está em xeque, quando se pensa essas ocupações. Muito mais amplo, é um projeto de cidade que está sendo afirmado. Enquanto o programa “Minha casa, minha vida”³⁹ ocupa-se em construir e financiar conjuntos habitacionais, adequados às diferentes rendas, o Centro é um local onde diversos prédios estão subutilizados ou abandonados. Mesmo assim, continua-se expandindo a urbe para as periferias do município, reforçando, por consequência, a demanda de um direito à cidade, que é negado mesmo quando transmutado em programa social.⁴⁰ Mas, como dito, há resistência. E são nessas tentativas, umas mais perenes, outras mais fugazes, que ela efetivamente se efetua. “Mesmo estando sujeitos ao rolo compressor homogeneizador da cidade-espetáculo, atores sociais urbanos ainda conseguem reverter o processo ao se apropriar de espaços públicos, para habitação ou encontros variados” (JACQUES, 2005, p. 19). Entretanto, não é uma luta fácil, muito menos justa em oportunidades. O cabo-de-guerra pende, de saída, para um lado.

Curiosa, mas não coincidentemente, a tentativa de revitalização do Cais Mauá, abordado nas ambiências do Centro, está impregnado da mesma lógica. A licitação do Porto depende da especulação imobiliária internacional, que através de grupos de financiamento e empresas de construção civil, ditam os usos e as aparências das cidades em qualquer recanto do planeta. A sensação de *déjà vu* está sempre à espreita. Do sul da América Latina até o leste da Ásia, há o risco provável de que um observador qualquer se depare praticamente com o mesmo prédio. Visita-se um lugar novo, mas a sensação é a de um lugar conhecido. Agrega-se, ademais, a questão anterior. Os desejos individuais, e mesmo coletivos de cidade, são indiferentes nessa escala de produção do espaço. O capital espanhol, majoritário na empresa Cais Mauá do Brasil SA, criada com a finalidade de executar e gerir a obra, demanda sua reprodução. Se isso

³⁹ <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em Janeiro de 2015.

⁴⁰ Neste link do site da prefeitura encontra-se os bairros onde foram edificadas os Residenciais do programa: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=133. Acesso em Janeiro de 2015.

depender de processos de gentrificação, que assim o seja (JACQUES, 2005)⁴¹. Este conceito ganha força no Brasil especialmente no âmbito de preparação para a Copa do Mundo Fifa 2014, onde se cria uma situação em que a segregação social se efetiva pelo meio da impossibilidade espacial; através da elitização de uma determinada área. É uma exclusão que opera de maneira silenciosa, porque não envolve, em princípio, nenhuma relação corpo-a-corpo, e sim uma valorização espacial, econômica e simbólica. A gentrificação, em uma analogia bastante precisa, manifesta-se como área VIP. Como esta forma de construir a urbe tem sua mirada na reprodução de capital, demanda-se um projeto que seja eficaz financeiramente, daí a opção óbvia por shoppings e torres de escritório e residência. O espaço, por sua característica de escassez (CARLOS, 2011), faz com que seja preciso maximizar sua valoração, para que de cada obra retenha o maior montante possível. Diga-se de passagem, é visando a isso que os contratos para esse tipo de obra são feitos na casa das dezenas. O da Mauá é uma concessão de vinte e cinco anos, renováveis. O arrendamento para a prefeitura será, anualmente, de míseros dois milhões e meio de reais. Para fechar, uma das maiores intervenções que ocorrerá, serão as, *ipsis literis*, milhares de vagas de estacionamento. Não há nenhuma dúvida que construir arranha-céus espelhados, e tantas vagas de estacionamento quanto possíveis, são regras de ouro desse urbanismo empobrecedor de sentimentos e de participações, de usos pré-estabelecidos, rígidos e imutáveis no seu período de existência.⁴²

Para além de todas as particularidades que se poderia observar, seja nas ocupações, seja no projeto de revitalização, é o que lhes aproxima que dá maior importância. Os pontos de vista são irreconciliáveis. Não há consenso possível entre a reivindicação popular de cidade – o que chega a ser quase redundante – e sua mercantilização, apenas acordos, por parte de quem tenta garantir pelo menos um mínimo dentro dos absurdos ofertados. É necessário, nesse contexto, ser tão razoável quanto se foi em Maio de 68, pois a demanda continua invariável.

Está em andamento outro projeto extremamente similar, para não dizer idêntico, ao do Cais Mauá. Ainda que longe do Centro, o Estaleiro Só terá, surpreendam-se, um shopping, uma torre – evidentemente espelhada, igual às do seu vizinho, o Shopping Barra Sul – e um

⁴¹ A citação a ela diz respeito ao respaldo da ideia contida no parágrafo. O conceito original de gentrificação, como citado pela autora, é de Neil Smith, em “The new urban frontier, gentrification and the revanchist city”, Londres, Routledge, 1996. Outra fonte pode ser encontrada em “Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano”, na Revista GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 21, pp. 15-31, 2007. Disponível em <<<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/268/140>>>

⁴² Todas as informações citadas no parágrafo, sobre os contratos, valores e projeto para o Cais da Mauá, podem ser encontrados no comunicado da prefeitura, http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=136811&p_secao=3&di=2010-12-23, e no tópico sobre o Porto, na página do programa Viva o Centro, http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p_secao=114. Acessos entre Setembro e Março de 2015

parque.⁴³ Até aí, Inês é morta. Não bastasse os projetos refletidos, as duas áreas são de margem, e correspondem à padronização de toda sua extensão, ainda que estudos apontem diferenças nas características a serem implementadas, como nas Diretrizes para Orla do Guaíba (SPM, 2003).

Enfim, não se pode nem mesmo escapar de argumentar acerca do adjetivo “Histórico”, recentemente acrescentado no Bairro Centro, pela Lei nº 10.364, de 22 de janeiro de 2008.⁴⁴ É inegável a relação entre esta nova denominação e uma tentativa de atração turística para a cidade, expressa nas placas bilíngues que lentamente foram aparecendo na paisagem, nas placas de sinalizações históricas indicando alguma construção, nas placas de indicativos de direção sobre os principais “marcos regionais” (LYNCH, 2011, p. 53). O “Programa Monumenta”, por exemplo, do Ministério da Cultura, envolve Centros Históricos ao redor do país, financiando tombamentos. Não se é contrário ao tombamento de edificações, muito pelo contrário, sua preservação deve ser feita com afinco. O que toca aqui é ver como existe uma correlação de forças, que vão gerindo o espaço e definindo o cotidiano tal como ele é. Acrescer o termo Histórico jamais pode ser tomado como apenas uma adjetivação. Envolve níveis de decisão, financiamento, interesses em promover uma imagem que seja facilmente comercializada e, especialmente, rentável. A cidade é vendida tal qual uma camiseta “de marca”.

O processo contemporâneo de espetacularização das cidades é indissociável das estratégias de marketing urbano, ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para a cidade que lhe garanta um lugar na nova geopolítica das redes internacionais. O que se vende hoje internacionalmente é, sobretudo, a imagem de marca da cidade (JACQUES, 2005, p. 18).

E amplia-se, novamente, os envolvimento do caminhar, reiteradamente mostrando que a urgência em caminhar não está somente no ato em si, na defesa do deslocamento a pé, e no caso do que acabou acontecendo durante os campos, por meio da bicicleta. O interesse de uma pesquisa que coloca seu desenrolar a partir da velocidade do corpo, e a responsabilidade de seu acontecimento na sua própria capacidade física de suportar o cotidiano, não se encerra aí. O caminhar também serve como uma metáfora, um alerta contra o enclausuramento da vida moderna. Dos condomínios horizontais murados às ruas monitoradas. Ser constitucional o

⁴³ Um panorama geral sobre a questão pode ser encontrada nesta reportagem: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/09/construcao-de-torre-comercial-na-area-do-antigo-estaleiro-so-segue-sem-data-para-comecar-4595553.html> Acesso em Fevereiro de 2015.

⁴⁴ Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000029576.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsiirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em Janeiro de 2014.

direito de ir e vir não significa muito, porque caminhar não é somente uma garantia de descolamento, implica uma existência material, uma localização para se tornar ato. “Freedom to walk is not of much use without someplace to go” (SOLNIT, 2000, p. 249).⁴⁵ E são vários os casos em que as restrições se impõem sobre os corpos. Em uma barreira física, um constrangimento simbólico, uma incapacidade econômica. Tudo isso se mostra na cidade e se sente ao caminhar.

Caminhar é uma experiência integral, da carne ao espírito. É o corpo movendo a mente. Gros (2010) e Solnit (2000) destacam, através de vários autores tão diversos como Walter Benjamin, Henry Thoreau, Immanuel Kant, Frederick Nietzsche, Charles Baudelaire e Guy Debord, que mover os pés é tanto uma questão importante para a filosofia quanto é uma maneira de se filosofar. Coloca-se, por conseguinte, a questão da rua, no sentido dos ambientes abertos, das veredas rurais e urbanas, e de dois grandes momentos: há uma hora para escrever como há uma hora para caminhar. E apesar disso, a vida contemporânea corre atrás do relógio, encerrando os corpos em locais fechados e geralmente pequenos, de baixo custo para o bolso e caros à psique de seus ocupantes. Conjuntos habitacionais que mais parecem prisões, ônibus cheios que mais parecem alimentos enlatados, filas que mais parecem jogo de dominó e cubículos de escritórios que mais parecem uma colmeia. Mesmo a concessão ao lazer é feita “sob medida”, como uma piada de mau gosto, não sendo nada mais “do que o tempo ocioso entre uma jornada de trabalho e a seguinte” (LIMA, 2011, p. 50). As opções de descanso já estão decididas, basta escolher a lista da cartilha, pois o espetáculo almeja englobar toda a vida, existente e potente.

Emerge daí o quanto é preciso tornar-se um errante, um desviante, um subversivo. E tornar-se um errante é um processo de enraizamento, por mais paradoxal que possas ser. Enraizar-se não significa necessariamente permanecer, estar parado, fixado ao solo. Enraizar-se é permanecer ligado ao terreno, certamente, mas o enraizamento enquanto processo metafórico é um sentimento, uma alusão que serve para ver que, entre erguer-se aos céus ou pressionar os pés contra o chão, há uma diferença analítica. Caminhar pela cidade é uma oposição ao olhar que se coloca de cima e acima do espaço que observa. Diferentemente, quando um corpo anda, seu olhar e as linhas do horizonte se confundem, se colocam na mesma posição, mesclam-se, buscam-se, mas jamais se encontram. Como um jogo dual, um atrai e o outro se sente atraído, uma busca que se sabe inútil, mas que cumpre o papel de estimular, como um flerte que sempre se renova. Ou como uma criança, que brinca de correr atrás da sombra. A

⁴⁵ Liberdade para caminhar não é de muito uso sem um local para ir (tradução livre).

busca e a diversão residem na tentativa. Portanto, observar, concluir e, finalmente, agir, são distintamente marcantes a partir da pretensão de cada miradas, o que ao mesmo tempo obriga ressaltar que é importante não abandonar uma em detrimento da outra. Se dizem coisas que a outra não consegue, ambas são necessárias. Acredita-se, nesse sentido, que adentra o papel nevrálgico de uma cartografia de maior esmero que a empregada pelos situacionistas, de um acervo de fotos ilustrativo das descrições, e, como eles próprios colocam, da importância dos dados estatísticos e documentais para auxiliar tal investigação. É necessário buscar teorias e fontes históricas que auxiliem a explicação do que é visto, experienciado em sentido amplo. A paisagem não se explica por si mesma, porque não é um sujeito que pode literalmente interagir com outro, nem é algo velado à espera de sua abertura, tampouco se explica plenamente pelo contato epidérmico, pela simples presença, caso contrário, a ramificação totalizante do espaço espetacular-mercantil seria impossível, ou ao menos incomum. A elucidação de realidades, alheias ou corriqueiras ao observador, necessita de exercício do pensamento, de crítica, de validações e aceitações de verdades, de expansão e transcendência, leia-se, de ramificação de possibilidades e ultrapassagem dos limites.

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentária. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual (SANTOS, 2012, p. 81).

Em razão disso é que a luta contra a alienação implica uma desconstrução das fronteiras do ordinário aceitável, e que se entende a psicogeografia como investigação que busca o que é negado e tenta pensar o que não existe. “O cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação” (SANTOS, 2012, p. 71).

Assim, advoga em prol dos que tem seus discursos amputados, relegados, ultrajados, silenciados. Os que estão longe demais dos centros de poder, em prol dos que não conseguem deslocar sua informação, dos que não são cidadãos em nenhum nível, sem qualquer direito assegurado. Os que, muitas vezes, não são nem mesmo reconhecidos como gente, “como se as pessoas nem lá estivessem” (SANTOS, 2012, p. 59). As limitações do indivíduo pelo espaço passam a ser entendidas, também, como um impedimento à sua fala. “A distância geográfica é duplicada pela distância política. [...] Quanto mais longe dos centros de poder, mais difícil é fazer ouvir a própria voz” (SANTOS, 2012, p. 118). Através desse jogo perverso e vicioso, as vozes cessam, como se cansassem: ensurdecidas porque impotentes, impotentes

porque ensurdecidas. Proferir um discurso acompanha a assimetria em se fazer escutar. Poder falar é um primeiro momento, definitivamente necessário, mas incompleto. Qualquer um, em tese, pode utilizar uma esquina como “palanque”, para gritar ao sete ventos tudo o que bem entenda sobre sua condição, sobre sua vida, sobre suas ideias e projetos. A questão posterior é o alcance dessa voz, para além do limite próximo: em outras palavras, que força de barganha ou que alavancagem política detém cada discurso? O local de fala envolve um embate de territorialidades. Afinal, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Cabe lembrar, a nível de exemplo, o que descreve Sennet (2010) sobre o lócus da voz na sociedade ateniense, na ágora e, enfim, na gestão da *pólis*. A preocupação entre forma da urbe e conteúdo criado a partir e através dela era intrínseco, tanto no sentido geral, da disposição da “cidade”, quanto dos locais específicos. Tal não dizia respeito somente à política, pois na sociedade retratada a voz tinha papel importante em qualquer assunto, e qualquer figura pública “de respeito” deveria saber se expressar verbalmente. Possuir uma boa retórica era tão importante quanto o manejo da espada e o cuidado do corpo. O teatro grego também expressa o destaque dado à voz nessa sociedade, onde o anfiteatro tinha um efeito acústico propício ao ser que se encontrava sob os “holofotes”. Falar, inclusive, mexia com a energia interna dos corpos. Como bem destaca o autor, para esse povo expressões como “calor do debate” possuíam uma conotação muito mais precisa do que metafórica. Voltando ao ponto que mais importa à pesquisa, é pelo aspecto relacional entre voz e arquitetura que os gregos vão sair da praça, transformando os acotovelamentos e abafamentos da ágora em uma organizada câmara, com assentos e posições definidas: a vida ateniense regia e tangia todos os sentidos do corpo humano. A ciência do calor corpóreo, por exemplo, sustentou e explicou sistemas de dominação - mulheres eram frias, portanto inaptas à vida pública, ou seja, impedidas de serem cidadãs -, bem como definiu hierarquias entre atividades - ser um escultor estava abaixo de ser um escritor, o que demonstra que o privilégio do pensamento não é exatamente uma questão moderna. A altivez ereta, o passo firme, a eloquência, todas essas eram preocupações que se misturavam no fazer político, concedendo respaldo, ou não, ao seu portador: o general Péricles, imortalizado por Homero na *Ilíada*, era famoso tanto por sua habilidade estratégica quanto por seus discursos.

Podem ser enganchadas, também, as observações que este mesmo autor faz sobre a arquitetura romana, mostrando que várias questões pertinentes, hoje, tem reflexo em um passado longínquo. A forma das cidades assentadas em territórios conquistados deveriam reproduzir a mesma lógica linear da capital imperial, deveriam refletir a presença do poder

central a partir de seu desenho, alterando, inclusive, o comportamento dos autóctones, “fazendo-os adotar rapidamente os hábitos romanos” (SENNET, 2010, p. 118). Além disso, a reestruturação planejadora do governo de Adriano remodelou o Forum – área central de Roma, equivalente à ágora ateniense – com o mesmo propósito das cidades provincianas, inibir “a exposição da diversidade” (SENNET, 2010, p. 123), expulsando mercadores de toda sorte. Sua conclusão sobre essa época é salutar e presente. “As geometrias do poder regulavam tanto a intimidade de cada um como o domínio público” (SENNET, 2010, p. 126). Não é assim que procede o urbanismo hoje? As remodelações do espaço vem impregnadas de intenções, de práticas embutidas nas formas apresentadas. A orla do Guaíba é local de exercício, o Caís local de “compra e venda”, as ruas entremeio de locais fechados. E nada mais. Por esses mecanismos é que são produzidas as coerções dos discursos, que “limitam seus poderes, [...] dominam suas aparições aleatórias, [...] selecionam sujeitos que falam” (FOUCAULT, 2012, p. 35). E assim volta-se, como um *looping*, à importância de ainda se considerar as disciplinas em um mundo tão impregnado de controle.

A origem dos estudos de Foucault (1977; 2012) sobre o poder disciplinar remonta às fábricas, hospitais e quartéis. Remonta a espaços disciplinares, onde tal poder aflorou e se fortaleceu. Todavia, é necessário reconhecer que se sua origem é enclausurada, sua expansão dependeu de corpos que ultrapassaram esses muros e se mesclaram aos corpos indisciplinados. A lógica sobre o indivíduo transformou-se em manutenção e controle do social. Que utilidade haveria em restringir uma ação estritamente aos que estão sob efeito direito de sua influencia? Nos termos do poder seria uma atitude ineficaz.

Além, é claro, dos seres disciplinados que carregaram consigo essa forma de agir para fora das instituições em que foram moldados, a expansão da disciplina não se deu estritamente por conexão de influências particulares. Ela precisou expandir-se como comportamento coletivo, e aí adentra a funcionalidade do panóptico. Assim, disciplinar e vigiar são ações consonantes e que se reforçam. Mais especialmente, estão completamente diluídos na rotina sem que, na maioria das vezes, se perceba.

Determinado espaço implica em um comportamento específico: boas maneiras para locais civilizados, estar apresentável frente às normas. Como alerta Gomes (2012), o nomo e o genoespaço estão sempre em conflito, a tensão entre o espaço “que funda a sociedade de contrato” (GOMES, 2012, p. 40), e que é “normativo, regulador e formalizador de práticas” (GOMES, 2012, p. 40), e o espaço qualificado pelo “grupo ou a comunidade” (GOMES, 2012, p. 60), “marcados pelo simbolismo e pela ideia de agregação vivida em diferentes escalas que podem variar desde a de um bairro até a de um vale ou de um tipo de paisagem ou região”

(GOMES, 2012, p. 63). O Centro de Porto Alegre, sem sombra de dúvidas, é regido por ambas as matrizes territoriais. Em determinados horários uma se sobrepuja perante a outra, mas elas nunca se solapam. A urbe, e não só os comportamentos diretos, depende dessas matrizes. Conforme o local, as características das construções estão muito mais calcadas em uma organização comunitária/utilitária do que legislativa, e vice-versa. Os sobrados da Avenida Voluntários da Pátria são duplamente exemplares. Sua estética colonial mistura-se às construções posteriores, de pequenos “puxadinhos” e reformas precárias, feita sem o consentimento dos órgãos administrativos, que não se tornam nem mesmo cientes do que se passa. Mas ainda mais significativo do que isso é a mudança radical no controle exercido durante o horário comercial para as horas mais tardias, quando o olhar público-estatal “desaparece”.

No cotidiano de uma cidade estão sempre em disputa as territorialidades do Estado e as territorialidades dos grupos e indivíduos, uma eterna tensão dialética entre o controle e a liberdade dos corpos e a produção da urbe. Mas antes de adentrar nessa seara, cabe falar de uma “primeira” disciplina, ou melhor, de um momento anterior, que rege a possibilidade da discussão, do que e do como.

Esta é uma dissertação de mestrado. Perfeito, mas o que isso implica? Implica dizer que este é um trabalho que precisa seguir normas bastante específicas. Existe uma instituição na qual ele se alicerça, que concede o lócus e o renome de seu acontecimento: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em sentido amplo, o Programa de Pós-Graduação em sentido específico. Quem financiou esta pesquisa, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, também é outra instituição normalizadora. Quem supervisiona a forma igualmente, a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Há questões compartilhadas e questões específicas de cada instituição, coisas que dizem respeito a uma que não dizem a outra, os interesses são distintos, mas há de se enxergar que norma, no sentido disciplinar, é algo que rege a todas e que, portanto, tem influencia direta sobre a própria pesquisa. Falar sobre o poder disciplinar, desde que de maneira disciplinada. Assim, este jamais poderia se pretender um trabalho situacionista. Por mais que sua forma e conteúdo pudessem ser motivos de jogo e subversão, seu limite está dado previamente. É no mínimo curioso observar que verdadeiramente situacionista seria não fazê-lo. Assim, não podendo sê-lo, o que se tenta é aproximar-se dele. Fazer uma análise que contribua através e para a visão situacionista. Foi nessa tentativa que se fez a discussão apresentada sobre uma psicogeografia, de transferir a busca do urbanismo prazeroso, ou seja, de usar as formas existentes para outro propósito e de conceber formas possíveis, para enxergar o que ambienta as condições existentes e os porquês

de ser como se é.

Vaneigem (2002) faz uma análise sobre o poder, e seria completamente pretensioso dizer que se está fazendo algo que os situacionistas negligenciaram. Não é disso que se trata, mas de fazer uma análise em outra escala. Se sua análise se dá no âmbito social, versando sobre a reprodução do espetáculo como maneira de governo, cabe discutir suas implicações por e a partir do cotidiano, dos corpos, da urbe, enfim, da pesquisa psicogeográfica propriamente. Ao investigar os prazeres e sentimentos ocasionados pela urbe, os situacionistas relegaram a força latente de seu maior foco de discussão, o espetáculo, ou mais precisamente, a sociedade espetacular-mercantil. As análises macroescalares não se deram dentro dos estudos psicogeográficos, seu estudo foi feito à parte. Dito de outra forma, a questão não é conceber novos usos para formas antigas, como faz Khatib (2003 [1958]) em Les Halles, ao propor que o Mercado Central fosse palco de ações promovidas pelo proletariado (o que nunca acabou acontecendo, porque o mesmo foi demolido). A mesma situação, estritamente, poderia ser transportada atualmente para o Cais da Mauá. O contraponto colocado é não dos usos que poderiam ser diferentes, mas a própria razão que impede os devires. É disso que surgiu, no início da dissertação, a questão entre o ser, o que é psicogeografia, e o conhecimento atingível através dela (LIMA, 2013). Não adianta colocar em pauta quais são os prazeres negados, se o contexto da negação não é contestado. Mais precisamente, os situacionistas chegaram nesse ponto, que é a sociedade do espetáculo. O cerne reside em que este aspecto central parece não ter influenciado análises explícitas em suas derivas. Sendo exatamente o que não permitiu que suas constatações psicogeográficas aflorassem para além de apontamentos imaginativos (como brincar de labirinto nas catacumbas parisienses).

A TEMPORALIDADE DO ESPAÇO

Temporalmente, em sua linearidade, uma dissertação de mestrado ocorre ao longo de dois anos corridos. Uma qualificação no meio do caminho, uma defesa de conclusão ao final. Este é um breve ou um longo período? Nenhum, necessariamente: depende de quem e/ou do que se trata. Comparando-se dois níveis de educação superior, a duração de um mestrado representa, na melhor das hipóteses, metade do tempo de uma graduação. O que, por sua vez, pode ser muito ou pouco. Enquanto amostragem investigativa o mesmo se mantém: dois anos em termos geológicos é insignificante, enquanto em termos de planejamento governamental é muito.

Portanto, o tempo depende. Um panorama sobre o Município de Porto Alegre,

desde a origem do assentamento urbano até o presente momento, cobriria um período de mais de dois séculos, o que implica selecionar determinadas variáveis de análise: a mudança dos traçados viários, mudanças arquitetônicas, eventos extraordinários. O que é possível apontar e utilizar de tal amostragem são gotas quando se pensa em termos de cotidiano. As mudanças nas vidas que acompanharam esse processo de produção da urbe se perdem frente à condensação do tempo em acontecimentos “representativos” do todo, mas o fazem apenas de maneira pontual, como janelas para o passado e com efeito de ruptura, no sentido de que geralmente são tomados eventos que possam demonstrar um antes e um depois, enquanto que no cotidiano o que predomina é o agora. É o espaço banal referido anteriormente.

Uma diferença abismal surge entre as temporalidades de uma pesquisa quando se opõe cotidiano e série histórica. O tempo do cotidiano é lento e presente, enquanto o tempo serial é rápido - na verdade pontual - e largo. As transformações do espaço acompanham as transformações do corpo, tal qual as horas que se tornam dias, que se tornam semanas e que acabam por ser décadas. A temporalidade da psicogeografia acompanha a rotina, vivencia-se a construção de um prédio que não estava lá no início da pesquisa, uma duplicação de via que não havia se iniciado, uma loja que não havia aberto. Isso se falando em estrutura, que é algo mais perene e estanque. Os seres são bem mais voláteis, em todos os sentidos, e sua mudança pode ser vista, basicamente, de duas formas. Primeiro, e de maneira mais marcante, o fato de que as pessoas de cada dia não são as mesmas. Os ocupantes de um ônibus ou de uma cafeteria dificilmente não se renovam. É verdade que a repetição de lugares e horários tende a propiciar um reencontro, mas isso acaba por se diluir, especialmente, dentro de uma pesquisa derivante. O outro aspecto é o fato de que há pessoas que “vêm junto com os lugares”, como um antigo garçom de um restaurante típico da cidade, o dono de um pequeno mercado que faz a função de cobrador no caixa, o guardador de carros de uma rua sempre movimentada, o atendente de uma loja especializada. Todavia, a permanência parece ser uma arte em extinção.

Tomando como exemplos casos específicos da dissertação, há alguns especialmente marcantes, por sua magnitude, presteza de término e/ou ruptura em relação ao ambiente anterior. Os exemplos trazidos servem, também, para embasar o que foi dito antes, em relação às possibilidades de escolha amostral dentro de uma pesquisa psicogeográfica. Não há como fugir das mudanças que se apresentam, das condições históricas, das exceções e até mesmo dos acontecimentos únicos - a maior delas tendo sido a vivência de Porto Alegre enquanto cidade-sede da Copa do Mundo Fifa 2014, que mesmo acontecendo por apenas um mês (a exceção e unicidade do acontecimento), modificou e influenciou a vida dos moradores da cidade por anos precedentes e por vir (as condições históricas). Lembrando que ao longo do período de mestrado

foram aparecendo placas em inglês, distribuídas pelo Centro, com indicações de locais e caminhos turísticos. Em verdade, diversas sinalizações novas pipocaram por toda a cidade, mas em especial no bairro histórico elas eram, e permanecem sendo, bilíngues: um caso aparentemente simplório, mas extremamente significativo para se entender que a produção do espaço envolve diversos agentes, com velocidades diferentes, em uma situação multiescalar.

NARRATIVA INTERPESSOAL AMBIENTADA EM ESCALA 1:1

Para alguns pode ser que o título deste capítulo seja demasiado longo. Diga demasiadas coisas e, talvez, o faça para se esconder atrás de si mesmo. Como alguém muito eloquente que, prolixamente, vai amarrando um termo no outro, complicando para não mostrar o simples que diz. Todavia, ao decompor o título rapidamente percebe-se que nada disso vem ao caso. Orgulhosamente, diga-se de passagem. As quatro partes do título expressam ideias bastante pontuais que se explicará brevemente, para então começar a contar o que realmente se quer.

Todas elas, as quatro partes, devem ser tomadas em sentido bastante próximo do literal, e mais, do corriqueiro. Narrar como o ato de contar uma estória, de repassar acontecimentos que se viveu, que foram significativos e que podem servir para outrem, seja como adubo para a imaginação, seja como um bom caso de ser escutado, seja pelo que seja, é importante para quem o conta e será para quem o escutar. É certo que sem muita pretensão de grandiosidade. Interpessoal é tomado em duplo sentido. Primeiro é o fato de que a narrativa envolve a relação de quem narra e de quem é narrado: pessoas encontradas em meio às derivas. Algumas apenas observadas ao longe, outras mais de perto, de algumas se escutou estórias “com um ouvido comprido”, como diz a expressão, com outras de fato se estabeleceu uma conversa. Mas interpessoal, também, com o caro leitor que por ventura se debruce frente este material. Ambientada porque situada em um ambiente, um entorno por onde se caminhou e tanto se viveu. Em escala 1:1 porque na altura dos olhos, na medida do corpo, em meio à rua. Onde tudo está em seu tamanho integral e, simultaneamente, sempre em perspectiva, em profundidade, em “não-sei-quantas” dimensões.

Um título complexo, talvez, mas certamente pouco complicado e nada prolixo.

Antes: um pedido e uma justificativa.

Esta parte da dissertação tornará a escrita em primeira pessoa, mesmo sabendo-se que não é usual fazê-lo. Todavia, a ela compete às estórias que vivi, encontros e despedidas

que só posso contar, mas não provar, nem mesmo demonstrar, porque não carrego registro de sua grande maioria. Que este trecho da pesquisa seja tomado com a mesma despreensão com que nos deparamos diante de um amigo, onde nem sequer considera-se questionar o que nos conta o outro sobre a noite anterior. Assim, se não é verdade, pelo menos que seja bem contado. Espero, entretanto, não ser tomado pelo ruim que há do pescador.

Não sei. Não sei quantos meses foram. Quando exatamente se iniciaram as derivas e quando elas terminaram. Em algum momento aludi que a viagem começou lá atrás, ainda com o projeto de mestrado. É bem verdade, só que não é disso que falo aqui, mas das derivas empíricas. Das idas ao Centro, que nada mais foram que tentativas de jogar, no sentido situacionista, com a frase de Cézanne, feita de epígrafe no TCC: tentar ser “a consciência da paisagem que se pensa em mim”.

No fundo, acho que não importa. Mas foram ao redor de três meses, de densas permanências, de dedicadas passagens, de horas por dia descendo e subindo ruas, cruzando esquinas, sentando em mesas, entrando em edifícios. O que posso garantir é que, depois de uma primeira intencionalidade clara - “a partir de agora estou indo fazer as derivas para a dissertação, portanto, preciso me concentrar em observar, no mínimo, determinadas coisas” - deixei de pensar cada campo como *um* campo, individualmente. Como cada deriva sendo uma única, com suas anotações e relatos. Em tal data, por tais ruas, observei que. Passei disso ao radicalmente oposto, tornando cada ida ao Centro uma deriva dentro da grande deriva da pesquisa. Busquei sanar dúvidas sobre o Mercado Público, por exemplo, em uma passagem breve para recarregar o cartão de passagens de ônibus e lotação - o TRI, e seu ínfimo, e até irritante, trocadilho entre Transporte Integrado e a expressão gauchesca, “tri” como junção superlativa de algo. É uma ideia que aproxima as derivas de um possível cotidiano, de uma rotina comum, transferindo a psicogeografia da posição de externalidade para de simbiose. É possível realizá-la de modo mais frouxo, e mais impessoalmente, é verdade. Tecnicamente, não há tão grande empecilho, uma vez que se atenha em demarcar os eixos de conexão, por exemplo, ou mesmo alguma ambiência. Não é, ao mesmo tempo, de uma relação de infusão que depende sua acuidade, onde seria necessário um tempo mínimo de convivência com a paisagem para que se pudesse, somente a partir daí, adquirir suas “propriedades físico-químicas”. Mais precisamente, o que aconteceu foi que me dei conta, ao transformar as derivas em mapas e descrições em capítulo precedente, que estava tratando do cotidiano, mesmo que sem abordá-lo conceitualmente. Queria, e acredito que consegui, tê-lo como noção implícita, como cotidiano propriamente, mais sem sentido ordinário do que como definição. E, em se tratando dele, cotidiano, não teria porque

negar a potência existente em internalizar o que fazia no meu dia-a-dia comum, desde que mantivesse um olhar de investigador, de “pesquisador situacionista”. Como disse na parte das entradas de campo, em alguns momentos esta atitude pesou, porque tive que ir e vir mais vezes do que se fossem eventos bem definidos. Contudo, pelas razões que expus, decidi que preferiria não. Houve um caso emblemático, quando fui de táxi - uma coisa bastante rara no meu dia-a-dia, por sinal - para a Rodoviária, já atrasadíssimo e em pânico com o terrível trânsito automotor que acompanha seu entorno. Há muito que este local é um problema na vida dos porto-alegrenses, pois a frota de veículos particulares, as linhas de ônibus, a circulação de pessoas, tudo mudou muito desde sua instalação, em 1970. Prova cabal são as atuais obras de escoamento pela Júlio de Castilhos, para a região metropolitana, bem como a expansão de serviços a Rodoviária em direção à Rua Voluntários da Pátria. Enfim, voltando ao meu nervosismo e ao taxista, este me comentou, despretensiosamente, que não tinha mais jeito, “ela [a Rodoviária] ficou ilhada”. E, de fato, está numa área em que as possibilidades físicas de acompanhar o futuro aumento dos serviços, necessário para atender a demanda, são, provavelmente, desfavoráveis. O importante, para além disso, é que foi essa conversa que me deu um “clique”, como uma epifania. Não podia deixar de observar e mais ainda, de absorver, o que o cotidiano que eu estava estudando tinha para me dar. Seria como falar de alguém que está no recinto sem dirigir-lhe a palavra. Abolir a concepção dos campos como algo hermético fez o Centro abrir-se perante minha rotina, e assim me tornei parte da minha própria investigação. Ao mesmo tempo, tentei me ausentar das derivas enquanto indivíduo, pois elas estavam falando de algo comum. Não podia deixar recair a análise num Centro que fosse “só meu”. A não ser nessa narrativa. Aqui estou no topo do mundo, e ele me pertence.

Aproveito, então, a brecha que dei a mim mesmo, para fazer uma afirmação que não tem o intuito de ser genérica, no sentido de que talvez não se dê o mesmo com outras pessoas. Diz respeito mais a uma questão que foi pertinente para o autor deste trabalho, algo pelo qual se passou e que resulta interessante de ser contado. Fica a inquietação, é verdade, de saber até onde o mesmo se daria com outrem. Enfim, após os meses de caminhadas e “bicicletadas” pelo Centro, chegou um momento em que estar sentado se tornou difícil, e, mais do que isso, estar em um ambiente fechado tornou-se um problema real, eminente e impertinente. Este não é um trabalho que possa se sustentar por anotações, pois depende da entrega de um material final, digitalizado, editado, organizado, normatizado. Depende da elaboração de mapas, feitos através de um software, portanto, em um computador. E mesmo que se possuísse um notebook de alta performance, o que não é o caso, ainda restaria a questão de que é inconveniente carregar ao longo de várias horas tal equipamento. Assim, trabalhar no

sentido laboratorial tornou-se um problema. Além disso, quanto à questão prática de trabalho, o próprio pensamento pareceu trancar-se com a paralisia das pernas. Pensar caminhando tomou o lugar do pensar sentado. As ideias e linhas de raciocínio, que são movimento por si só, porque pulsos elétricos entre neurônios, começaram a demandar um movimento global do corpo e um espaço aberto para acontecer. A partir de determinado momento, o “estar na rua” tornou-se condição e meio para a realização da pesquisa. Ilustrativamente, este parágrafo foi escrito em uma varanda, à frente de um céu límpido e ensolarado, com uma temperatura amena, respaldada por uma refrescante brisa. Enxergar o dia lá fora, do outro lado da janela, tornou-se angustiante e um constante convite para seu encontro. Quando impossível, a solução foi tornar a casa o mais íntimo e livre escritório: abrir todas as janelas, levantar todas as persianas, para que a rua pudesse adentrar e fazer-se presente, como uma espécie de solução moderna do dilema entre Maomé e a montanha.

Outra questão interessante é que foram os campos, e mais especificamente, a necessidade de definir para pessoas completamente estranhas e alheias ao que faço, o que propriamente eu estava fazendo. Frente esta dificuldade, espontaneamente me escapou uma resposta da boca, quase sem querer. Comecei a dizer que minha pesquisa era “uma tentativa de caracterizar a vida no Centro”. Dessa definição singela acabei percebendo o que havia se tornado minhas derivas, um ensaio sobre a vida cotidiana. Foi num ato corriqueiro que veio certa clareza sobre meus atos, e que me surgiu na mente a frase que dá título a esta dissertação.

Para começo de conversa, que já vai adiantada, é que foi difícil sair do meu circuito no Centro, dos locais que usualmente vou, do que estou acostumado a fazer, inclusive de forma intuitiva. Por mais de uma vez me peguei caminhando “sem pensar”, tão internalizados que alguns locais estão. Tanto deixar de observar a paisagem com um olhar mais arguto, para tomar as referências de que necessitava para o trabalho, quanto estar reproduzindo um caminho comum, virando em uma esquina conhecida, trajeto para um lugar corriqueiro. Às vezes atos condicionados se revestem de acaso, e achamos que estamos fazendo algo diferente do que sempre fizemos, até o momento em que percebemos que apenas demos um novo nome para uma coisa antiga. É por isso que há ocasiões em que derivar demanda um enorme esforço de concentração, ainda mais quando se está em locais bastante familiares. É preciso atentar à investigação psicogeográfica e à traiçoeira mania de percorrer os mesmos meandros todos os dias.

Feliz ou infelizmente, poderia passar “um par de páginas” contando minhas aventuras pelo Centro. Com muito pesar, não o farei. Mas sou obrigado a comentar alguns acontecimentos e, particularmente, questões que foram importantes para a pesquisa como um

todo, tal qual a estória do taxista. Evento de alguns minutos que mudou meses de caminhadas.

Quando parti foi de maneira solitária, comecei acompanhado apenas de meus pensamentos. O convívio, viver com o outro, se deu como a evolução de uma intimidade. Lentamente fui conversando com toda sorte de gente e compartilhando toda sorte de assuntos. Alguns mais do que outros. E um que particularmente ainda me angustia muito é a violência, porque existe um sentimento de insegurança forte acerca do bairro. No imaginário coletivo, a noite cai como um cronômetro que marca o tempo permitido para que a lei de Talião seja cumprida. É verdade que existe uma razão para esse imaginário, mas ela não é plena, não versa igualmente para toda a área. Os tipos de violência, inclusive, variam conforme a situação. Muda, também, conforme quem a vivencia. Enquanto um policial, que trabalhou durante anos no posto da brigada sediado no Abrigo da Praça XV, me disse que “ninguém quer trabalhar aqui de noite” – ele próprio tinha acabado de conseguir transferência de turno -, um artesão morador de rua expressou certo desdém sobre o tema, porque não fazia muita diferença na sua vida. “Todo mundo me conhece”, disse, complementando que “na rua, assim, é assalto que ‘rola’, essas briga aí, com morte e tiro, é saída de festa, ou coisa de gangue”. Só para o lado da Farrapos e Voluntários é que todos firmaram consenso sobre, se é permitido o trocadilho, uma violência corriqueiramente violenta. “Tem que saber por onde andar”, concluiu. A grande maioria das pessoas assume que a zona residencial do bairro, grosseiramente entre a Av. Borges de Medeiros e a Usina do Gasômetro, “é mais tranquila”. Mas houve quem disse que “todo lugar no Centro é perigoso”, em particular um vendedor das bancas de fruta que ficam abertas vinte e quatro horas por dia. Ele, inclusive, era responsável pelo reabastecimento da grande maioria delas, a partir das quatro horas da madrugada, antes da cidade despertar. Diferente do policial, faz isso há décadas e não tem desejo pelo turno contrário. Sua segurança no local advém do que faz, como se lhe desse certa inocência. Contudo, as opiniões sobre a violência no Centro não são somente sobre a noite. Em uma deriva acabei passando por detrás da sede da Igreja Universal, na rua Comendador Manoel Pereira, que delimita um dos lados da placa giratória Osvaldo Cruz. Aí encontra-se uma senhora que vende alguns lanches, água e café. Eu vinha passando e ela me perguntou se não queria nada, acabei aceitando pausar um pouco. Papo vai, papo vem, depois de alguns convites para participar dos cultos, já que eu parecia “uma alma muito boa”, acabou mencionando a decadência moral e cívica (essas palavras são estritamente minhas) em que vivemos, “não tem mais hora ‘pra’ nada”. O consumo de drogas, os furtos de carteira, os xingamentos, as brigas, “a gente já se acostumou, acha que é normal”. Independente ao que ela se referia e os valores conservadores que carregava, diga-se de passagem, seu ponto era cirúrgico. Nos acostumamos com o melhor e o pior que nos cerca. Naturalizamos opressões,

sofrimentos, frustrações. As expressões “faz parte”, “a vida é assim”, são salutares. Nos despedimos com um aperto de mão. “Vai com Deus, e aparece Sábado para a festa dos jovens”. Não voltei. Talvez um dia, pelo valor intrínseco da experiência. Para fechar a questão sobre a violência, senti falta de estatísticas que pudessem corroborar, ou não, o que escutei. Na Primeira Delegacia de Polícia, localizada na Rua Riachuelo, escutei dos dois homens da lei que deveria tentar a Secretaria de Segurança Pública, na Rua Voluntários da Pátria. Casualmente sabia onde era, porque havia passado por lá em outra deriva, que, aliás, merecerá um comentário. Enfim, liguei, mas ninguém soube me informar onde conseguir tais dados. Foi sugerido, inclusive, que o meu pedido – “o que houver, depredação ao patrimônio público até assassinatos, no Centro Histórico” – não existe, ou seja, que, ao menos publicamente, não há estatísticas desse tipo, para essa escala. O mais próximo que cheguei disso foram os dados da Secretaria Municipal de Segurança, encontrados no “Observa Poa” - Observatório da Cidade de Porto Alegre -, mas a região Centro, ou território, como é tratado no site, abriga bairros demais para permitir qualquer conclusão mais restrita. O mesmo problema é encontrado em relação aos dados por regiões do Orçamento Participativo. É curioso observar que essas indagações levam a pensar sobre a relação e condição escalar das derivas. Operar num nível próximo aos fenômenos não comporta uma resposta governamental. As descrições e sensações sobre a insegurança possuem, como já ressaltado, um claro gradiente, que vai da zona residencial em direção à zona comercial: Duque de Caxias, Riachuelo, Fernando Machado e Demétrio em oposição à Voluntários da Pátria, Farrapos e Júlio de Castilhos, próximo à Rodoviária. A escala de quem caminha e a escala do Estado são radicalmente diferentes e, muitas vezes, inconciliáveis.

Tendo falado basicamente da violência física, cabe falar de uma situação simbólica pela que passei. Um dia sentado numa das lancherias do Abrigo do Chalé, comendo um famigerado “xis carne”, a míseros R\$ 4,00, presenciei uma rara cena em meio ao nosso mundo machista. Passa, já na metade do almoço, uma mulher, de seus 30 anos, com um vestido colado à meia-coxa. Rapidamente um dos “chapistas”, os funcionários que trabalham cozinhando nas chapas de metal incandescente – vira para o outro e diz “olha aquela lá, com aquele vestidinho, aquilo lá não é só calor”. Para minha surpresa, que esperava uma reciprocidade, a resposta foi seca, “deixa ela, cada um se veste do jeito que quer”. Terminada minha tarefa, peguei a minha adorada bicicleta Caloi 10, de 1976, e rumei lentamente para casa, optando pelo caminho mais longo devido ao estômago pesado. Em vez de subir a Av. Borges de Medeiros, fui pela retilínea Rua dos Andradas, circundando a colina. Já perto da Casa de Cultura Mário Quintana, exatamente quando decidi dobrar para a Av. Sete de Setembro, e evitar a leve subida de paralelepípedos (que incomodam pela ausência de amortecedores e pelos pneus de aro fino), a

cena que tinha antes presenciado arruinou-se. Um homem, de gaúcho “à caráter”, bradando uma bandeira pela vitória de Ivo Sartori para governador, grita na minha direção, “olha essa bicha, vai ‘cortá’ esse cabelo!”. Na época carregava longos dreadlocks. São duas conclusões que podem ser tiradas dessa estória. Os dois casos, na perversa sequência que se sucederam, envolvem o que é ser mulher e homem estampados como carimbos, estéticas imbuídas de determinados comportamentos, que possuem seu condenável julgamento moral. A violência simbólica se evidencia nos atos corriqueiros, nas nomeações que fazemos acerca dos outros, nos julgamentos que efetuamos. Os preconceitos socialmente reproduzidos passam despercebidos porque são expressões de males que, em geral, não reconhecemos como nossos. Ninguém se vê opressor, porque a opressão está sempre nos outros. Conscientes ou não, acho que posso afirmar que é corriqueiro não nos enxergarmos enquanto tal. Interpretar a si mesmo, para extrapolar a questão, é amplamente difícil. A lição socrática não se dá tão facilmente. A outra conclusão da estória aponta sobre a circulação, a descoberta e a experiência. Primeiro, é só por estar aí, “despretensiosamente”, que pude presenciar o que narrei. Se estivesse preocupado com algum deslocamento pendular, econômico em suas distâncias e distrações, nada disso constaria. Deambular reveste-se de uma potente força quando visto para além da “vagabundagem” e do ócio. Força os limites das preocupações estritas com o imediatamente produtivo. Além disso, os detalhes narrados sobre o relevo, as preocupações fisiológicas, o tipo de terreno, o meio de deslocamento, todos apresentam a multiplicidade de considerações que se faz na medida do corpo, na presença eminente da paisagem. A urbe vista de dentro enriquece a percepção e desperta os sentidos. Circular como uma experiência de formação das nossas individualidades e como referência coletiva de cidade – em vez da visão imperial do automóvel – são coisas negadas à nós pelo urbanismo vigente.

Antes de passar ao último assunto, com sua espécie de fechamento destas estórias, sou “obrigado” a mencionar que participei de uma atividade chamada Viva o Centro a pé, promovida pelo programa Viva o Centro, a cargo de várias secretarias municipais. Está é uma atividade que se dá nos Sábados de manhã, em média, a cada duas semanas. É como uma visita guiada, orientada neste caso por um arquiteto, que passa por partes de interesse particular de cada saída. Para mim foi de extrema valia, uma vez que me apresentou o arquiteto autodidata Fernando Corona, responsável pela fonte espanhola no centro da Praça Montevideú, bem como várias outras edificações e fachadas. Seus filhos, inclusive, acabaram formando uma linhagem de arquitetos, com influência considerável na história da cidade e, portanto, do Centro. Enfim, é uma atividade bastante interessante e importante na divulgação de conhecimentos e de lugares bastante peculiares. Mas deixa de ser apenas uma visita guiada, e nesse sentido não se afasta de

uma atividade turística, e aí precisamos lembrar que as críticas situacionistas mostram os limites e as negatividades de tal natureza.

Enfim, termino falando sobre uma reflexão que envolve a minha caracterização do Centro, o que ficou dele para mim, qual a minha síntese. Depois de várias derivas pelo bairro comecei a me deparar com uma questão bastante marcante, que me acompanhou por um bom tempo, sobre a excepcionalidade dos eventos que presenciei. Por exemplo, durante o período de mestrado houve semanas de acampamento na Praça Montevideú, recolhendo assinaturas para um projeto de tarifa sobre o transporte público, convocado pelo movimento Bloco de Lutas pelo Transporte Público. Falando nele, houve também as Jornadas de Junho. Houve ensaios do carnavalesco Bloco da Laje, bem como um cortejo. Houve a Feira do Livro da cidade. Houve mortes em saída de bar. Houve obras de engenharia. Houve festas em espaços públicos, como o Largo Vivo. Houve uma nova ocupação de edifício abandonado. E assim por diante. A Feira do Livro é esperada, porque anual, mas seu acontecimento é exceção na rotina do Centro, é um evento, no sentido de acontecimento pontual. Assim como o Largo Vivo, que não se sabe quando, mas se espera que vá acontecer um próximo. O acampamento, por outro lado, foi como uma zona autônoma temporária⁴⁶, que se autogeriu pelo tempo que pode, tentando concluir seu objetivo. Nem esperado, nem corriqueiro. Mas, ao mesmo tempo, totalmente consonante com o caráter “democrático” do bairro, que historicamente concentra manifestações políticas. Não é à toa a Esquina Democrática, como foi nominado o cruzamento da Rua dos Andradas com a Av. Borges de Medeiros, por causa das passeatas contra a ditadura. Enfim, fica posto que não é tão simples delimitar o que é do Centro, estritamente seu cotidiano, seu mais ordinário, comum, repetitivo, do que não é. Mesmo um evento ímpar encaixa-se no todo. Cheguei a uma conclusão de que o Centro acaba sendo uma “rotina de exceções”.

⁴⁶ Conceito de Hakim Bey (2011), que é bastante autoexplicativo. Tenta definir acontecimentos que se deram em determinada área, sob sua própria regência, pelo tempo que lhes foi possível ou necessário.

CONCLUSÃO, A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?

É difícil dizer adeus para algo que nos acompanhou por, pelo menos, dois anos de labor. Dois anos envoltos em um trabalho que finalmente se encerra. Sim, o término se dá em função do tempo. Mas não só por isso, há de se encaminhar e finalizar a discussão. Em geral, achamos que há um não-dito que deveria ser posto em palavras, definitivamente importante e que seguramente fará falta. Entretanto, essa é uma sensação que não se deve temer. Pelo contrário, é necessário abraçá-la, visto que quando ela se posta em nossa mente torna-se como uma impressão marcada pelo fogo.

Não há sombra de dúvida de que este foi o caso aqui. Em determinado momento, dei-me por conta de que havia ideias de livros e artigos que li que “faltavam” no trabalho. Uma citação sem ser partilhada, um apontamento deixado para trás. Ao mesmo tempo, a dissertação, como qualquer outro trabalho, deve ter a função de uma vitrine, a saber, colocar à mostra o que foi, em algum momento, produzido, e não a de um armazém, onde se guarda tudo que há. Acredito que a amostragem do realizado basta para discutir o que foi proposto. Não é necessário, agora, escrever mais do que consta, mesmo que haja relevância no que foi resguardado. Sempre haverá uma próxima deriva.

O limite para esta dissertação está nas condições necessárias, ou seja, no que é elementar para que ela exista. Vale uma distinção, no sentido de que não digo isto enquanto tópicos - introdução, objetivo, referencial, desenvolvimento, conclusão -, ou enquanto o aluno que faz “o mínimo para passar”. As condições necessárias a que me refiro são as de dimensão lógica, o mínimo, aí sim, do que é preciso ser considerado para satisfazer o objetivo proposto: realizar uma pesquisa psicogeográfica.

E é em função dessa proposta de análise que foram colocadas as questões das ambiências, dos eixos de conexão e das placas giratórias. É bom lembrar que tais parâmetros foram definidos pelos termos da bibliografia situacionista, e não por pura e espontânea vontade - esta parou na escolha do tema.

Fora do escopo da IS, foi considerada – de novo, não por mero livre-arbítrio, mas por uma sequência de reflexões - a tríade que dá sustento à pesquisa. O caminhar é o modo elementar de qualquer deriva, pois mesmo que ele não seja predominante, ou mesmo literal – um cadeirante também pode derivar -, o caminhar representa uma metáfora e uma transcendência que açambarca muito além do movimento dos pés: falar dele versa sobre a própria ideia de locomoção. O corpo, na sua duplicidade individual e de sociedade, impõe-se na magnitude de seu anterior, e mais, como o que diretamente permite que alguém caminhe.

Não há ser humano sem corpo, nem social sem coletividade. Em sociedade somos obrigados a conviver com o Outro, esses seres estranhos que, em grande parte, nunca vamos conhecer, mas que são a própria condição do fazer político. E, enfim, é através da urbe que os corpos se movimentam e projetam suas ações. É pelos labirintos da urbe que a investigação situacionista se realiza. A tríade, que contém em si um quarteto possível, com a constituição da cidade, também teve seu quinhão de pensamentos e páginas materializadas, nas quais busquei o mesmo intuito da análise psicogeográfica, satisfazer o necessário, construir sugestões de abordagem sobre a análise urbana por meio de um primeiro experimento com esse método.

Ultrapassar o que foi efetivamente escrito seria começar a trilhar o caminho dos compêndios. Tentei apenas mostrar possibilidades de visões que, na verdade, são múltiplos embasamentos de uma alegação primária: *é importante derivar!* Todas as páginas que seguiram foram para demonstrar o argumento que embasa esse pensamento. Assim, este trabalho é uma espécie de apologia, não por meio de uma coletânea de importantes escritos situacionistas, mas pelo exercício de sua teoria. Acredito ter apontado que a psicogeografia apresenta as mesmas potencialidades que métodos tradicionais de análise e planejamento, e em vários sentidos suplanta seus defeitos e impossibilidades, em outros seguramente peca frente a eles.

A investigação do meio urbano, segundo as concepções da IS, envolve, de maneira irremediável, a dualidade entre externo e interno. É preciso derivar, certamente, percorrer as ruas conforme seus empuxes, sentir para poder falar, ao passo que também é preciso manter um olhar longínquo. Quando demarca os eixos de ligação sobre uma imagem, o situacionista está, como o urbanista moderno, traçando linhas em uma escala pequena, de esparsos detalhes. Da mesma maneira uma placa giratória. Mas o distanciamento não se dá somente em termos de presença física, a partir de onde o olhar lança-se sobre a área. Essa dualidade está estreitamente ligada com outra, entre observador e objeto. O que digo depende do lugar de onde falo, tanto quanto depende do que e de como eu falo. Uma determinada ambiência, se lembrarmos de sua definição, resulta das relações físico-sociais e das relações sociais entre si. Assim, a psicogeografia apoia-se na materialidade física imbricada nas percepções de quem a vivencia. O que leva para mais uma questão, o fato de que a análise do sujeito não pode fechar-se em si própria, porque têm coisas que ele mesmo desconhece. Documentos históricos, pesquisas precedentes, apontamentos estatísticos, teorias diversas. Tudo isso é importante, visto que a percepção da paisagem não garante, por si só, os desvendamentos do meio urbano, porque correlata às faculdades do observador, ao mesmo tempo em que a mente não pode perceber o que quiser, porque correlata à realidade.

Assim conectam-se os diversos pontos que compreendem o que coloquei como gênese deste trabalho, as fundações da investigação situacionista, e minha principal crítica a ela, de que a construção do urbanismo unitário jamais pode depender predominantemente dos sentimentos e sensações dos sujeitos derivantes. Um urbanismo feito para dar prazer deve ser consequência de uma abordagem muito mais ampla do que pensar em alternativas de ocupação, “em vez de um centro comercial deveríamos ter aqui um anfiteatro para aulas públicas” (por exemplo, uma das ideias que tive para um dos armazéns no Cais Mauá). É preciso ter em vista as amarras que governam o próprio surgimento dos prazeres, que alocam seus limites e que definem suas possibilidades. E não basta dizer, “é culpa da sociedade espetacular-mercantil”. Logo, uma solução é expandir o entendimento de prazer enquanto gozo pontual, um lugar bonito e que me alegra, às condições de concepção, construção e, por fim, usufruto de uma situação.

Em outras palavras, não é difícil, a partir de uma leitura das discussões situacionistas, pensar em propostas de jogos urbanos, de aproveitamentos distintos do espaço. Por isso reforço a crítica. É preciso que eu me pergunte, para além de quais usos gostaria de fazer de determinado local, por que é que não posso realiza-los. O que é que não sei sobre a minha existência, o que me impede de criar situações para além das opções que me são dadas, que razões sustentam a ausência da construção de uma cidade, propriamente dita? É uma espacialidade da dominação que está em causa, portanto, é nos interstícios das narrativas e cartografias por fazer que reside o convite e a força da psicogeografia - especialmente através de mapeamentos populares, mas isso é conversa para outro momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BALANDIER, Georges. **O contorno: poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1977.
- BEY, Hakim. **Zona autônoma temporária**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.
- BOOKCHIN, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CESAR, Vitor. Urbanismo 1:1. In. KUNSCH, G. (Org.) **Urbânia 3**. São Paulo: Editora Pressa, 2008, p. 112-114.
- CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CONSTANT. Outra cidade para outra vida. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 114-117. [Publicado originalmente em Internationale Situationniste, nº 3, 1959]
- DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**. A natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DAMIANI, Amélia. A crise da cidade: os termos da urbanização. In. DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo, Contexto, 2001, p. 118-131.
- DIAS, Tielle Soares. **A expansão da ocupação urbana sobre o relevo do município de Porto Alegre/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), IGEO/UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/32726>>
- DEBORD, Guy-Ernest. Introdução a uma crítica da geografia urbana. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Casa da Palavra, 2003a, p. 39-42 [Publicado originalmente em Les lèvres nues, nº 6, 1955].
- _____. O declínio e a queda da economia espetacular mercantil. In: **Situacionistas: teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002, p. 117-129 [Publicado originalmente em Internationale Situationniste, nº 10, 1966].
- _____. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e da ação a tendência situacionista internacional. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b, p. 43-59 [Apresentado originalmente na fundação da Internacional Situacionista, 1957].
- _____. **Sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

GROS, Frederic. **Caminhar, uma filosofia**. São Paulo: É Realizações Editora, 2010.

GOMES, Paulo César da Costa. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. In: **Revista TERRITÓRIO**, n 1(2), 1997.

_____. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GROSSMAN, Vanessa. **A arquitetura e urbanismo revisitados pela Internacional Situacionista**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006.

GUÉRIN, Daniel. **Anarquismo**. Editora Gerninal, Rio de Janeiro, 1968.

GUTIÉRREZ, Andrea. **Movilidad o inmovilidad**: ¿Que es la movilidad?. Aprendiendo a delimitar los deseos. 2009. Disponível em
<<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/ptt/GutierrezClatpu09b.pdf>>
Acesso em Outubro de 2010.

HARVEY, David. Do administrativo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 163-190.

_____. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

_____. (et al). **Occupy**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOME, Stewart. **Assalto à cultura**: utopia subversão guerrilha na (anti) arte do século XX. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

Internacional Situacionista (IS). A fronteira situacionista. In: JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a, p. 129-131 [Publicado originalmente em Internationale Situationniste, nº 5, 1960].

_____. A miséria do meio estudantil. In: **Situacionistas**: teoria e prática da revolução. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002, p. 25-57 [Publicado originalmente como panfleto em 1966].

_____. Definições. In: JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b, p. 65-66 [Publicado originalmente em Internationale Situationniste, nº 1, 1958].

JACQUES, Paola Bernstein. Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade. In. **Revista ARQTEXTO 7**. Porto Alegre: UFRGS/PROPAR, 2005, p. 16-25.

_____. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In. **CORPOCIDADE: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 106-119.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

KHATIB, Abdelhafid. Esboço de descrição psicogeográfica do Les Halles de Paris. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 79-84 [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 2, 1958]. 47

KOTÁNYI, Attila; VANEIGEM, Raoul. Programa elementar do bureau de urbanismo unitário. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 139-142 [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 6, 1961].

LACOSTE, Yves. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

LIMA, Theo Soares de. **Caminhos urbanos à Deriva**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/555>>

_____. **Deambular pela cidade como uma experiência humanista**. In. Revista TERRITÓRIO AUTÔNOMO [recurso eletrônico] / ReKro – n. 2, 2013, p. 27-40. Disponível em <<http://www.rekro.net/revista-territorio-autonomo/>>

_____. **O fato e a arte de regionalizar**. In. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 585-592, 2014. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/3380>>

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MAGALHÃES, Fabio Lopes Bonna Moreirão de. **Idéias provisórias para tempos provisórios: a trajetória da Internacional Situacionista e apontamentos para seu lugar na Geografia**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, vol. 17, nº 49, 2002, p. 11-29.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. **Segmentaricidaes: passagens do Leme ao Pontal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2007. Disponível em <<http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/dissertacoes/2007/Danichi.pdf>>

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem**: poética da geografia. Porto Alegre: L&PM, 2009

PELLETIER, Philippe. A grande cidade entre barbárie e civilização em Élisée Reclus. In. **Élisée e a Geografia das liberdades**. São Paulo: Editora Imaginário, Expressão e Arte Editora, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Khedyr, 2011.

RECLUS, Élisée. **Renovação de uma cidade**. Repartição dos homens. São Paulo: Editora Imaginário, 2009.

REGO, Nelson. Apresentando um pouco do que sejam ambiências e suas relações com a geografia e a educação. In. REGO, N; SUERTEGARAY, D. M. A; HEIDRICH, A. L. (Org.). **Geografia e educação**: geração de ambiências. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 7-10.

REZSLER, André. **La estética anarquista**. Buenos Aires: Libros de Araucária, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EdUSP, 2012.

_____. **Por uma epistemologia cidadã**: por uma epistemologia da existência. In: Boletim Gaúcho de Geografia, n. 21, Porto Alegre, 1996, p. 7-14.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In. CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 97-108.

SOLNIT, Rebecca. **Wanderlust**. A history of walking. New York: Penguin Group, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In. CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 147-166.

_____. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. In: **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 101-114.

_____. **Tabuleiros de esperança**: sobre o papel político-pedagógico do jogo de xadrez. 2012. Disponível em <<http://passapalavra.info/2012/06/60231>> Acesso em Outubro de 2013.

Secretaria de Planejamento Municipal (SPM). **Diretrizes para Orla do Guaíba**. s.d. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/projeto_orla7.pdf>. Acesso em

entre 2014 e 2015.

_____. **Diretrizes urbanísticas para a Orla do Guaíba no município de Porto Alegre.** 2003. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=151>. Acesso em entre 2014 e 2015.

THOREAU, Henry David. **Walden ou A vida nos bosques.** São Paulo: Ground, 2007.

_____. **Desobediencia civil y otros textos.** La Plata: Terramar, 2009.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002a.

_____. Banalidades Básicas. In. **Situacionistas: teoria e prática da revolução.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002b, p. 73-115. [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 7 e 8, 1962-63.]

VEIGA-NETO, Alfredo. **Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola?** In. Simpósio Espaços e tempos escolares, 10º ENDIPE, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.4.htm>> Acessado entre Janeiro e Março de 2015.

ZIBECHI, Raúl. **Territorios en resistencia: cartografia política de las periferias urbanas latinoamericanas.** Buenos Aires: La Vaca Editora, 2008.